UNISÃOJOSÉ

Projeto Pedagógico de Curso

TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

Rio de Janeiro 2023

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

TECNOLOGIA
EM
EM SEGURANÇA PÚBLICA

2023

1. APRESENTAÇÃO 6
1.1. Missão do Curso 9
1.2. Visão do Curso 9
1.3. Valores do Curso 9
1.4. História do Curso 10
1.5. Corpo Docente 11
1.6. Regulamentação 12
1.7. Vagas 13
1.8. Formas de Ingresso 14
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA 15
2.1. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso 15
2.1.1. Políticas Institucionais de Ensino 15
2.1.1.1. Formação Científica 18
2.1.1.2. Formação Técnica 19
2.1.1.3. Formação Humanística e Visão Multicultural 19
2.1.1.4. Formação Administrativa 20
2.1.1.5. Formação Comportamental e para a Responsabilidade Social 20
2.1.1.6. Educação Ambiental e para os Direitos Humanos 21
2.1.2. Políticas Institucionais de Pesquisa 22
2.1.3. Políticas Institucionais de Extensão 23
2.2. Políticas de Apoio ao Discente 26
2.2.1. Programas de Apoio Pedagógico 26
2.2.2. Programas de Apoio Financeiro 27

2.2.2.1. Programa de Apoio ao Estudante (PAE) 27

2.2.2.2. Programa Universidade para todos (ProUni) 28

2.2.2.3. Programa Financiamento Estudantil (FIES) 28

2.2.2.4. Programa de Iniciação à Pesquisa - IP 28

2.2.2.5. Programa de Monitoria 29

2.2.3. Estímulos à Permanência 29

2.2.4. Organização Estudantil 30

2.2.5. Acompanhamento dos Egressos 30

2.3. Gestão do Curso e Processos de Avaliação Interna e Externa 31

2.4. Objetivos do Curso 34

2.4.1. Objetivo Geral 35

2.4.2. Objetivos específicos: 36

2.4.3. Perfil Profissional do Egresso 37

2.4.4. Quanto aos Conhecimentos 38

2.4.5. Quanto às Habilidades e Competências 39

2.4.6. Quanto às Atitudes Profissionais 39

2.5. Estrutura Curricular 40

2.6. Conteúdos Curriculares 45

2.7. Certificações Intermediárias 45

2.8. Fundamentos Metodológicos 46

2.8.1. Acompanhamento e Avaliação do Estudante Ensino e Aprendizagem 49

2.8.1.1. Avaliação Integral 51

2.9. Monitoria 54

2.10. Iniciação à Pesquisa 56

2.10.1. Extensão Universitária 56

2.11. Matriz Curricular 57

3. CORPO DOCENTE E TUTORIAL 59

3.1. Coordenação de Curso 59

3.1.1. Regime de Trabalho do Coordenador 61

3.2. Núcleo Docente Estruturante – NDE 61

3.2.1. Regime de Trabalho do corpo docente 63

3.2.2. Atribuições docentes 64

3.2.3. Experiência Profissional do docente 64

3.2.4. Experiência no Exercício da Docência Superior 65

3.2.5. Experiência no Exercício da Docência na Educação à Distância 66

3.3. Corpo de Tutores 67

3.3.1. Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador do Curso 68

3.3.2. Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância 68

3.3.3. Atividades de Tutoria 69

3.3.4. Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria. 72

3.4. Equipe Multidisciplinar 73

3.5. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem. 74

3.6. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) 76

3.6.1. Material Didático 78

3.7. Colegiado de Curso 79

4. INFRAESTRUTURA 80

4.1. Gabinetes de Trabalho 81

4.2. Salas de Aula 82

4.3. Auditórios 82

4.4. Laboratórios 83

4.4.1. Laboratórios de Informática 84

4.4.1.1. Política de Uso dos Laboratórios de Informática 85

4.4.1.2. Recursos e Sistemas de Informática para Apoio Acadêmico e Administrativo 86

4.4.2. Laboratórios de Formação Básica 88

4.4.3. Laboratórios de Formação Específica 88

4.4.4. Laboratórios da Área de Negócios 88

4.5. Biblioteca 88

4.5.1. Adequação do Acervo 92

4.6. Estacionamentos 94

5. PARCERIAS E CONVÊNIOS 94

1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso do curso superior de tecnologia em Segurança Pública do Centro Universitário São José – UNISÃOJOSÉ, orienta as ações e o desenvolvimento didático do curso, definindo os princípios, fundamentos, condições e procedimentos necessários para a formação profissional em conformidade com a políticade ensino, o referencial teórico metodológico, princípios, diretrizes, estratégias e ações contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, as Diretrizes Curriculares Nacionais de Cursos Superiores de Tecnologia definidas pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST) e a resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica em resposta às necessidades de desenvolvimento econômico social e sustentável prevalentes da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE do curso em Segurança ública tem como proposta de trabalho não só a melhoria do processo de concepção e implementação do projeto pedagógico do curso, mas também no desenvolvimento permanente dele, com vista a sua consolidação, com à preocupação constante na elaboração do currículo que garanta uma articulação coerente entre os objetivos, o perfildo egresso, a missão da UNISÃOJOSÉ, os objetivos institucionais e as diretrizes curriculares nacionais baseadas no CNCST.

A integralidade do PPC deste curso em Segurança Pública está evidenciada nos princípios que norteiam o trabalho pedagógico, como o ensino problematizado e contextualizado promovendo a relação indissociável da pesquisa, ensino e extensão; flexibilidade curricular, garantindo a atualização e a efetiva participação do estudante nas questões do seu tempo; promoção de atividades que socializam o conhecimento, como grupos de pesquisa remotas, seminários remotos, encontros científicos remotas, programas e projetos de extensão entre outras. Orientação para o contexto profissional, colocando oestudante em contato com o mundo do trabalho para que descubra e desenvolva suas

aptidões, habilidades e competências profissionais; garantia de uma formação inter e multidisciplinar pautada em uma base sólida de conhecimentos e de princípios éticos.

O curso em Segurança Pública tem como meta principal formar profissionais capazes de desenvolver e aplicar inovações científico- tecnológicas nos processos de gestão na área de segurança. Planejar implantar, supervisionar e avaliar projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional. Aplicar metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional. Planeja e implanta ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão. Avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação em diferentes níveis de complexidade tecnológica e organizacional, com diferencial empreendedor, responsabilidade social e compromissos com o meio ambiente.

São critérios para o planejamento e a organização de cursos de Educação Profissional e Tecnológica:

- atendimento às demandas socioeconômico ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho;
- conciliação das demandas identificadas com a vocação e a capacidade da instituição ou rede de ensino, considerando as reais condições de viabilização da proposta pedagógica;
- possibilidade de organização curricular segundo itinerários formativos profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica consonantes com políticas públicas indutoras e arranjos socioprodutivos e culturais locais;
- identificação de perfil profissional de conclusão próprio para cada curso, que objetive garantir o pleno desenvolvimento das competências profissionais e pessoais requeridas pela natureza do trabalho, em condições de responder, com originalidade e criatividade, aos constantes e novos desafios da vida cidadã e profissional;
- incentivo ao uso de recursos tecnológicos e recursos educacionais digitais abertos no planejamento dos cursos como mediação do processo de ensino e de aprendizagem centrados no estudante;
- aproximação entre empresas e instituições de Educação Profissional e Tecnológica, com vista a viabilizar estratégias de aprendizagem que insiram os estudantes na realidade do mundo do trabalho; e
- observação da integralidade de ocupações reconhecidas pelo setor produtivo, tendo como referência a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e o acervo

de cursos apresentados nos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e de Cursos Superiores de Tecnologia.

O presente curso de tecnologia é ofertado na modalidade de Educação a Distância (EAD), caracterizada como modalidade educacional, na qual a mediação didático-pedagógica, nos processos de ensino e aprendizagem, ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, de modo que se propicie, ainda, maior articulação e efetiva interação e complementariedade entre a presencialidade e a virtualidade real, o local e o global, a subjetividade e a participação democrática nos processos de ensino e aprendizagem em rede, envolvendo estudantes e profissionais da educação (professores, tutores e gestores), que desenvolvem atividades educativas em lugares e/ou tempos diversos.

Na busca pela oferta de ensino superior na modalidade EAD com qualidade e excelência, a UNISÃOJOSÉ utiliza tecnologias, metodologias e recursos educacionais, materializados em ambiente virtual interativo, inclusive materiais didáticos, além de sistemas de acompanhamento e de avaliação de aprendizagem, que se encontram devidamente detalhados neste PPC.

Outros dois importantes diferenciais do presente curso estão sedimentados na equipe multidisciplinar, formada por professores, tutores e profissionais técnico-administrativos de apoio, com comprovada titulação acadêmica e vasta experiência profissional, e na estrutura modular do curso, cuja garantia de interdisciplinaridade se encontra na previsão de um projeto integrador que compõe cada módulo de aprendizagem.

A UNISÃOJOSÉ oferta um curso reconhecidamente de excelência, possuindo todas as ferramentas necessárias para o desenvolvimento das aulas teóricas e realização de atividades práticas de ensino, permitindo a integralização do currículo, da pesquisa e da extensão e o desenvolvimento dos estágios supervisionados, inseridos nos projetos integradores dos módulos finais do curso.

Os projetos integradores na matriz curricular do curso em Segurança Pública, da UNISÃOJOSÉ contribuem para promoção e desenvolvimento de capacidades profissionais do estudante por meio de estudo de casos baseados no desenvolvimento

de empreendedorismo com base nos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) definidos na conferência das Nações Unidas com as 27 metas a serem atingidas nos próximos 30 anos.

1.1. Missão do Curso

Contribuir para o desenvolvimento econômico e social local e regional, através da formação de cidadãos e de profissionais humanistas, inovadores, empreendedores, socialmente responsáveis e éticos, preocupados com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, e que, no exercício das suas habilidades e competências profissionais e pessoais, sejam capazes de desenvolver e aplicar inovações científico-tecnológicas nos processos em Segurança Pública.

1.2. Visão do Curso

Ser identificado como referência no Estado do Rio de Janeiro pela qualidade do ensino ministrado e pela articulação do mesmo com os temas vinculados ao debate sobre o desenvolvimento sustentável e seus desdobramentos na formação de profissionais de em Segurança Pública que possuam as habilidades e competências necessárias para a articulação das questões sociais, ambientais, econômicas e legais, no âmbito do planejamento e implementação de ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de Segurança Pública.

1.3. Valores do Curso

O curso em Segurança Pública proposto por este projeto pedagógico segue osmesmos valores constantes do PDI da UNISÃOJOSÉ:

- Dignidade da pessoa humana;
- Pluralismo de ideias;

- Multiculturalismo;
- Justiça social;
- Liberdade de aprender, ensinar e divulgar o saber;
- Desenvolvimento sustentável;
- Meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- Tecnologia a serviço da promoção da pessoa humana;
- Excelência no ensino;
- Comprometimento com uma educação cidadã, empreendedora e socialmente responsável; e
- Gestão democrática.

1.4. História do Curso

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública, que foi autorizado pelaportaria reitoria nº 10/2021 da UNISÃOJOSÉ, nos termos da decisão do Conselho Universitário-CONSU, proferida nos autos do PA nº 003/21 – GA, depois de ouvido o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, em reunião ordinária do dia 13/05/2021, teve suas atividades acadêmicas iniciadas em 7dejunho de 2021.

Ressalte-se que o curso em Segurança Pública da UNISÃOJOSÉ postula ser deexcelência, o que pode ser apurado pela análise do seu projeto pedagógico, da elevada qualificação de seu corpo docente e de tutores, e pela qualidade das ferramentas tecnológicas, material didático-pedagógico e metodologia inovadora de ensino e aprendizagem.

Estes são, entre outros, os motivos que, credenciam a UNISÃOJOSÉ a continuar, com denodo e altivez, sua missão institucional, contribuindo para a evolução e o desenvolvimento da comunidade em que está inserida, ao permanecer oferecendo o Curso de Tecnologia em Segurança Pública (EAD).

A seguir o quadro demonstrativo do Corpo Discente

CORPO DISCENTE	2021	2022	2023
Ingressantes	4	8	5
Matriculados	3	14	13
Concluintes	0	0	2
Matriculados em Estágio Supervisionado	-	-	-
Matriculados em Extensão	-	0	20
Participantes em Programas com Bolsas	-	-	0

1.5. Corpo Docente

O curso em Segurança Pública conta com corpo docente qualificado e experiente, composto por 10 professores, 90% com titulação de mestre ou doutor.Eles são contratados em regime de trabalho de tempo integral, parcial ou horista, seguindo as normas da CLT. Os docentes estão disponíveis para atender os estudantes em fluxo contínuo, orientando-os nas suas atividades acadêmicas, tanto nas específicas de cada Unidade Curricular,quanto nas de caráter geral, como a participação em grupos de pesquisa e atividades extensionistas.

As atividades realizadas pelos docentes são documentadas por meio de atas de reuniões, relatórios de pesquisa e/ou de extensão.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública do Centro Universitário São José é composto por cinco docentes, com 100% com formação em pós-graduação stricto sensu., e atuando, sua maioria, em regime de tempo integral ou parcial.

Prof.Dr. Fernando Galvão de Andrea Ferreira

Prof.Dr. Irineu Carvalho de Soares

Prof.Me. Bianca Freire Ferreira

Prof. Me. Sergio Mouta

Prof. Dr. Solano A. de Souza Santos

DOCENTES TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA		
NOME	**TITULAÇÃO**	**CARGA HORÁRIA**
Bianca Freire Ferreira	Mestrado	INTEGRAL
Fernando Galvão de Andrea Ferreira	Doutorado	INTEGRAL
Irineu Carvalho de Oliveira Soares	Doutorado	INTEGRAL
Jefferson Leal Bueno	Mestrado	HORISTA
Luciano Santos da Silva Tamaqueira	Especialista	PARCIAL
Mauricio Mendonça de Carvalho	Mestrado	PARCIAL
Renata da Silva Hanzelmann	Doutorado	HORISTA
Roberto Corrêa dos Anjos	Mestrado	PARCIAL
Sergio Expedito Machado Mouta	Mestrado	INTEGRAL
Solano Antonius de Souza Santos	Doutorado	INTEGRAL
Thiago de Àvila Medeiros	Mestrado	INTEGRAL

1.6. Regulamentação

- Nome do Curso: Tecnologia em Segurança Pública
- Ato Autorizativo – portaria reitoria nº 10/2021 da UNISÃOJOSÉ de 13/05/2021
- Carga horária Total: 1.650 horas
- Regime: modular quadrimestral
- Duração do Curso: integralização no prazo mínimo de 2 anos e máximo de 3 anos.
- Turno de Funcionamento: modalidade EaD
- 500 vagas anuais, com três entradas (3 quadrimestres)
- Mantida Centro Universitário São José
- Mantenedora SEARA – Sociedade de Educação e Assistência Realengo

- Endereço: Rua Marechal Soares de Andrea, nº 90, Realengo, Rio de Janeiro, RJ

1.7. Vagas

São oferecidas 500 vagas anuais, com três entradas (1º, 2º e 3º quadrimestre). Este número de vagas tem como base pesquisa realizada junto às comunidades locais, instituições públicas, organizações sociais existentes na região e junto à comunidade do entorno da instituição.

A adequação do número de vagas é verificada de forma assistemática, através da observação direta dos sujeitos que compõem a comunidade acadêmica (docentes, colaboradores técnico-administrativos e discentes), e sistemática, considerando pesquisa institucional realizada pela CPA e diretamente com a comunidade acadêmica do curso.

Os dados coletados no que diz respeito às relações docentes/discentes e tutores/discentes, bem como quanto ao espaço físico das salas de aula, laboratórios, espaços de práticas acadêmicas, biblioteca e área de convivência, são apresentados e discutidos nas reuniões do NDE que, ao identificar alguma situação que possa trazer dificuldades ao processo de formação dos estudantes, propõe as adequações necessárias.

Importante frisar que a adequação do número de vagas é analisada sob a perspectiva do ingresso quadrimestral através das várias formas de acesso previstas, mas também no que se refere a cada unidade curricular em particular. Assim, quando necessário, ocorrem divisões de turmas, visando manter a relação docente/discente e de recursos disponíveis em proporções que favoreçam o desenvolvimento das atividades acadêmicas, especialmente quando se trata de conteúdos teórico-práticos, desenvolvidos em plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem, onde a vivência prática do estudante é condição para a assimilação do conteúdo apresentado.

Com base nas análises a partir de dados coletados junto à comunidade acadêmica, podemos afirmar que o número de vagas ofertado pelo curso se encontra totalmente adequado no que se refere à relação entre docentes/discentes e tutores/discentes, assim

como no que tange a relação discentes/recursos disponíveis, discentes/espaço físico existente.

1.8. Formas de Ingresso

As formas de ingresso estão definidas no Regimento do Centro Universitário São José. Resumem-se em:

- Processo Seletivo – o candidato, comprovando sua conclusão no ensino médio, realiza sua inscrição por meio do Portal UNISÃOJOSÉ e agenda o processo seletivo, composto de uma prova objetiva e uma redação. Os candidatos aprovados e classificados até o número de vagas ofertadas são convocados para a realização da matrícula, realizada integralmente *online*;

- Transferência Interna de Curso – estudantes da UNISÃOJOSÉ, matriculados em cursos afins, podem solicitar transferência de curso, desde que existam vagas disponíveis no curso. Havendo mais candidatos do que vagas é realizado processo seletivo. Os candidatos podem solicitar análise para aproveitamento de estudos das unidades curriculares cursadas no curso de origem.

- Transferência Externa – os estudantes de outras Instituições de Ensino Superior (IES), matriculados em cursos afins autorizados ou reconhecidos pelo MEC, podem solicitar transferência, desde que existam vagas disponíveis no curso. Havendo mais candidatos do que vagas é realizado processo seletivo. Os candidatos podem solicitar análise para aproveitamento de estudos das unidades curriculares cursadas no curso de origem.

- Portadores de Diploma de Ensino Superior – estudantes que tenham concluído um curso superior na UNISÃOJOSÉ ou em outra IES reconhecida pelo MEC, podem requerer matrícula no curso sem necessidade de realização de processo seletivo, desde que existam vagas disponíveis no curso. Havendo mais candidatos do que vagas é realizado processo seletivo. Os candidatos podem solicitar análise para aproveitamento de estudos das unidades curriculares cursadas no curso de origem.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA

2.1. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

Conforme consta no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e no Projeto Pedagógico de Curso – PPI da UNISÃOJOSÉ, as políticas institucionais têm suporte nos princípios educacionais fundamentados em concepções pedagógicas inovadoras, em busca de um ensino com qualidade, considerando: formação ética e educação para a cidadania; articulação com a sociedade; educação voltada para o empreendedorismo, meio ambiente e desenvolvimento sustentável; gestão participativa; consolidação do ensino com a iniciação científica; articulação curricular e interdisciplinaridade; avaliação formativa; e participação dos discente no processo educacional.

As políticas institucionais se irradiam para o curso em Segurança Pública são implementadas no sentido de garantir a harmonia entre os objetivos dos cursos, as estruturas curriculares e os perfis dos egressos, explicitados no respectivo PPC e concretizados na relação indissociável entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

Desta forma, o Projeto Pedagógico do curso que ora se apresenta, fruto da reflexão e comprometimento docente,possui estrutura curricular consistente e eficaz para com as demandas acadêmicas e sociais e demandará esforços, planejamento, dedicação e monitoramento constante para sua sustentabilidade e plena consolidação.

2.1.1. Políticas Institucionais de Ensino

O PDI e PPI da UNISÃOJOSÉ estabelecem políticas institucionais de ensino como eixos norteadores para todos os seus cursos de graduação:

- Diversificação na oferta dos cursos de Graduação e Pós-Graduação, nas modalidades presencial, semipresencial e EAD, visando o atendimento das demandas locais e regionais;
- Compatibilização do número de vagas dos cursos de Graduação e Pós-Graduação, visando o atendimento das demandas locais e regionais e a

equalização da relação Corpo Docente – Projeto Pedagógico de Curso (PPC) – Infraestrutura;

- Atendimento às DCNs dos Cursos de Graduação;

- Incentivo à formação continuada e a capacitação do corpo docente e de tutores, objetivando o ensino com qualidade, pautado em novas práticas pedagógicas e estratégias inovadoras de ensino;

- Investimento em materiais, recursos e tecnologias de informação e comunicação (TIC) que facilitem o desenvolvimento dos PPCs, que promovam a interatividade entre docentes e discentes e o acesso aos recursos e materiais didáticos em qualquer hora e local;

- Investimento em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), que garanta a cooperação entre tutores, docentes e discentes e o acesso e reflexão sobre os conteúdos das unidades curriculares;

- Oferta de, até, 40% da carga horária dos cursos de Graduação na modalidade semipresencial e/ou à distância;

- Implementação de rol de unidades curriculares institucionais, a serem ofertadas em todos os cursos de Graduação visando estabelecer a identidade na formação profissional perseguida pela UNISÃOJOSÉ;

- Organização das unidades curriculares institucionais em núcleos de conhecimentos, contemplando sólida formação Fundamental, Sociedade e Cidadania, Desenvolvimento Sustentável e Ciências de Dados;

- Formação generalista nos cursos de Graduação, consubstanciada em robusta organização acadêmica técnico-ético-científica.

- Utilização de recursos que proporcionem aprendizagens diferenciadas dentro das áreas dos cursos de Graduação e Pós-Graduação ofertados e que promovam a acessibilidade metodológica;

- Implementação de mecanismos de atualização periódica dos Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação garantindo a integração entre a teoria e prática, a adequação dos conteúdos curriculares à atualização da respectiva área e a modernização da estrutura curricular que considere a interdisciplinaridade, a flexibilidade e a inovação;

- Implementação de sistema de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem de forma contínua e efetiva, adequado ao perfil do profissional estabelecido para os cursos de Graduação, disponibilizado aos estudantes de forma a garantir a melhoria da aprendizagem e a retroalimentação das práticas docentes desenvolvidas;

- Institucionalização do Estágio Supervisionado em todos os cursos de Bacharelado e Licenciatura de acordo com as DCNs e os perfis profissionais estabelecidos nos PPCs, objetivando a interlocução da UNISÃOJOSÉ com os ambientes das entidades concedentes, gerando insumos para a melhoria do ensino e das próprias práticas de estágio;

- Institucionalização do Trabalho de Conclusão de Curso, de forma obrigatória em todos os cursos de Licenciatura e Bacharelado, de acordo com as características específicas e conforme as DCNs, como forma de concatenação dos conhecimentos desenvolvidos ao longo da trajetória acadêmica dos estudantes;

- Incentivo à participação de toda comunidade acadêmica na definição das políticas institucionais de ensino;

- Implementação de sistema integrado de autoavaliação e avaliação institucional interna, e análise, publicização e utilização das avaliações externas como insumos para a permanente atualização dos PPCs.

As diretrizes gerais da Escola da Escola de Direito, Ordem e Segurança da UNISÃOJOSÉ funcionam como articuladoras dos processos de ensino e de aprendizagem, que formam profissionais, com talentos, habilidades e competências técnicas e científicas ao lado do discernimento ético e da responsabilidade social exercida com solidariedade.

O nível de complexidade das competências, habilidades e talentos da formação profissional está vinculado a sua ação prioritária de promover o Espírito ou *Mindset* empreendedora, e inclui o desenvolvimento de soluções por meio de projetos e programas de desenvolvimento econômico, cultural e sustentável aos problemas nas esferas públicas e privadas para o bem-estar e o crescimento econômico e sustentável da Nação Brasileira.

A formação na Escola de Direito, Ordem e Segurança da UNISÃOJOSÉ valoriza e se processa como uma ética de discussão orientada para o entendimento. O dissenso aparece como uma possibilidade na vida, no trabalho e na linguagem.

A aprendizagem valoriza a racionalização dos recursos e a otimização dos custos operacionais do trabalho, sua organização inteligente, quando o estudante percebe que pode trabalhar em equipes com diferentes e desiguais informações, saberes e poderes. A solidariedade do trabalho coletivo se constrói com a ética de convicção e responsabilidade.

O estudante é familiarizado e treinado para saber usar eficazmente meios de se expressar de modo oral e escrito com colegas, professores, funcionários, clientes e comunidade. O estudante é orientado sobre o sentido ético do ouvir. A razão crítica é valorizada como forma pertinente do pensar nos processos de ensino e de aprendizagem. A inteligência é a forma mais elaborada de usar informação.

Os estudantes são encorajados a expor seus pontos de vista e orientados sobre como desenvolver uma argumentação sempre orientada para o entendimento entre as pessoas. O diálogo aparece como procedimento social responsável e solidário.

Esta face da educação está presente na variedade de realidades sociais do aprendizado, tais como, as atividades internas (aulas, laboratórios e encontros remotos para discutir temas pertinentes aos objetivos do desenvolvimento sustentável definidos pela conferência nas Nações Unidas) e externas (atividades complementares, pesquisas, campos e estágios supervisionados não obrigatórios).

Nestes diferentes e desiguais contextos de relação interpessoal, o estudante será estimulado a valorizar a ética de dialogar para o entendimento. Os processos de ensino e de aprendizagem se orientam por respeito às pessoas e aos direitos humanos, bem como pela responsabilidade com o bem-social.

Com a finalidade de atingir o perfil supracitado, o acadêmico deverá receber, durante o curso superior de tecnologia em Segurança Pública, os seguintes tipos de formação e competências:

2.1.1.1. Formação Científica

Busca-se despertar no estudante sua vocação científica por meio dos Projetos Integradores, presentes em todos os períodos de aprendizagem, ao longo de todo o curso.

Nesta etapa do processo ensino aprendizagem, os estudantes são estimulados e orientados a realizarem atividades que lhes permitam imergir no mundo real do trabalho, identificando o estado da arte do setor, seus principais problemas, as experiências

exitosas e não exitosas desenvolvidas e, diante da observação e análise, proporem soluções inovadoras.

Observe-se que, ao longo do curso, este espírito é desenvolvido pelos vários projetos integradores, conforme preconizado no PPC.

Ao fim do curso, todo este processo é coroado pela realização de um relatório final, dentro dos moldes científicos. O estudante é orientado para ler e interpretar o trabalho científico, a tecnologia e o contexto histórico e social.

2.1.1.2. Formação Técnica

A formação técnica e profissional está orientada para a solução efetiva de problemas sociais. A formação técnica dá acesso e desenvolve competências e habilidades específicas do exercício profissional, incluindo a habilidade cognitiva empreendedora. A execução de treinamentos técnicos e gerenciais são partes fundamentais da formação profissional.

A escala da intervenção é percebida como fator determinante da apropriação tecnológica e da forma de organização do trabalho. O estudante se familiariza com programação e na gestão da qualidade de intervenções na comunidade.

A formação técnica dá acesso e desenvolve competências e habilidades específicas do exercício profissional, incluindo a habilidade cognitiva de diagnóstico e de organização. A execução de procedimentos técnicos diretos é parte fundamental da ação profissional.

O nível de complexidade das competências e habilidades da formação profissional está vinculado a sua ação prioritária de promoção da justiça, lato sensu, em todos os níveis.

A formação técnica é também consolidada por meio dos projetos integradores.

2.1.1.3. Formação Humanística e Visão Multicultural

A formação humanística e visão multicultural se dão, não apenas a partir do arcabouço teórico oferecido pelas unidades curriculares, mas prioritariamente através do contato e convívio com o corpo docente e de tutores e com a comunidade, por meio da troca de experiências e de vivências.

Ademais, como forma de promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, a UNISÃOJOSÉ incluiu, na matriz curricular de todos os cursos, o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, buscando, assim, a realização de relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática.

A temática referente ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, constitui ainda unidade curricular específica, pertencente ao Eixo Institucional, do Núcleo de Sociedade e Cidadania: Fundamentos Socioantropológicos.

Os referidos conteúdos são desenvolvidos nas referidas unidades curriculares, sob a perspectiva da filosofia, da ética, da sociologia, da antropologia e da história, visando um ensino integral e contextualizado com a sociedade brasileira, em si, e com a sociedade global, em um sentido mais amplo.

A inclusão dos referidos conteúdos busca garantir ao discente a compreensão plena da história do país com a realidade contemporânea, no que se refere à questão racial e étnica da formação da sociedade brasileira e as suas implicações econômicas, políticas, sociais e culturais.

2.1.1.4. Formação Administrativa

Voltada à racionalização de trabalho e delegação de funções, que é possível quando o estudante adquire a consciência de que poderá trabalhar em equipes multidisciplinares, delegando funções e atribuições aos demais componentes do grupo. Para esta finalidade, o estudante deverá ser capaz de dominar formas de comunicação com seus colegas, professores e todo o corpo administrativo da Instituição.

2.1.1.5. Formação Comportamental e para a Responsabilidade Social

A formação profissional envolve necessariamente a aquisição de atitudes e comportamentos que não apenas identificam aquele grupo profissional, como serve também de parâmetro para a atividade profissional do indivíduo. Partindo deste princípio, a formação comportamental do estudante ocorrerá através de todo o seu percurso acadêmico, através do fornecimento de um embasamento teórico-prático que

leve o estudante à aquisição de atitudes e comportamentos éticos, que considerem a responsabilidade e o bem-estar social em sua prática profissional.

2.1.1.6. Educação Ambiental e para os Direitos Humanos

A categoria de temas transversais é amplamente difundida no campo da pedagogia e foi incorporada pelos Parâmetros Curriculares do Ensino elaborados pelo Ministério da Educação. Sua vinculação aos módulos de formação mostra-se capaz de gerar sinergia importante para o pleno êxito do currículo proposto.

A organização curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública funda-se nos princípios de flexibilidade, interdisciplinaridade e contextualização. Consoante já demonstrado há também tradição da UNISÃOJOSÉ em sua preocupação com a problemática ambiental, evidenciada por sua intervenção na comunidade, buscando resolver, na medida de suas possibilidades, graves problemas que surgem nessa área (cf. art. 225 e seguintes da CF).

A gestão ambiental na cidade e no Estado do Rio de Janeiro tem suma relevância, e o tema tem sido destacado, notadamente, a partir da denominada Eco-92, encontro de repercussão mundial e, posteriormente em 2012, a RIO + 20.

Aliado a isso, a vocação natural da UNISÃOJOSÉ para a questão ambiental exsurge, como demonstrado no PDI, do fato de estar situada na Área de Planejamento 5, constituída de reservas e APAs, que vêm sendo afetadas pelo desenfreado crescimento populacional ao qual se somam, com profundos efeitos deletérios, a ocupação desordenada do solo e afluxo de indústrias poluentes.

A comunidade, assim, será beneficiada pela possibilidade de formação de quadros conscientes e competentes a exercerem a cidadania, com amplo conhecimento dos

procedimentos ambientais e das medidas jurídicas necessárias a proteção do ecossistema local.

Nesta linha, é importante destacar a atividade desenvolvida pelas organizações não governamentais, que, como sabido, compõe o chamado terceiro setor, hoje conhecido pela geração de empregos e quadros aptos a defender a atividade ambiental.

Não se pode olvidar do ensinamento de Konrad Lorenz, prêmio Nobel de medicina de 1973, em sua obra "A demolição do homem - crítica à falsa religião do progresso" de que " o extermínio do meio ambiente e a decadência da cultura caminham lado a lado".

Como corolário desta visão, a IES promove a integração da Educação Ambiental e em direitos humanos em unidade curricular própria, Educação ambiental e para os direitos humanos, que fornece aos estudantes ferramentas que lhes permitem visão profunda e crítica da realidade nacional e global, bem como às políticas públicas respectivas, proporcionando a compreensão dos debates que animam a discussão sobre o tema.

2.1.2. Políticas Institucionais de Pesquisa

O PDI estabelece como políticas institucionais de Pesquisa:

- Programa de nivelamento à distância – atualmente já conta com dois cursos, sendo um de Língua Portuguesa (Práticas de Leitura e Escrita) e Matemática Básica, e encontram-se em fase de desenvolvimento os cursos de nivelamento em Física e Química;
- Incentivo à produção acadêmica docente e implantação de linhas de pesquisa por áreas nos cursos de Graduação e Pós-Graduação;
- Investimento e aprimoramento da Revista Ciência Atual como veículo de divulgação da produção científica docente e discente, objetivando melhor qualificação junto ao Qualis Periódicos;
- Incentivo à participação dos estudantes em projetos de pesquisas, com oferta de bolsas de estudos;
- Fomento à participação de docentes e discentes em eventos de natureza científica, regionais e nacionais;
- Realização de convênios e parcerias com instituições nacionais e internacionais que desenvolvam pesquisas científicas nas diferentes áreas de conhecimento;

- Investimento em pesquisas aplicadas/ação, cujos resultados tragam melhorias na qualidade de vida das comunidades do entorno da UNISÃOJOSÉ;
- Incentivo à participação de toda comunidade acadêmica na definição das políticas institucionais de pesquisa;

A Escola de Direito, Ordem e Segurança da UNISÃOJOSÉ trabalha no sentido de que os estudantes aprendam mais do que reproduzir saber, mas também aprendam a aprender e aprendam a produzir saber.

No sentido de valorizar internamente a produção do saber, a UNISÃOJOSÉ oferece Programa de Iniciação à Pesquisa que inclui a concessão de bolsas.

No início de cada semestre letivo é realizado processo de seleção de bolsistas do programa de iniciação à pesquisa, coordenado por banca de exame nomeada para esta finalidade.

As vagas no programa são oferecidas com base nas grandes áreas do conhecimento jurídico, sendo o processo de seleção feito com base em projetos de pesquisa apresentados pelos estudantes.

Os estudantes aprovados são orientados pelo coordenador do programa de iniciação à pesquisa, que é responsável pelos aspectos metodológicos da pesquisa.

2.1.3. Políticas Institucionais de Extensão

O PDI estabelece como políticas institucionais de Extensão:

- Atendimento às Diretrizes Nacionais para a Extensão Universitária, curricularização de 10% da carga horária total dos cursos para as atividades extensionistas;
- Institucionalização do Programa de Extensão Universitária (PROEXT);
- Incentivo à participação de estudantes nos programas e projetos de extensão com oferta de bolsas de estudos;
- Otimização do sistema de gestão acadêmica de forma a garantir o registro, controle e divulgação dos créditos realizados em atividades extensionistas;

- Formalização de convênios e parcerias visando o desenvolvimento da interação da UNISÃOJOSÉ com as comunidades e entidades do entorno;

- Proposição de programas de Extensão Universitária que garantam impacto social nas comunidades beneficiárias, retroalimentação dos conteúdos e estratégias de ensino por meio do confronto das realidades intra e extramuros universitários e que sejam relevantes para a formação profissional dos acadêmicos;

- Elaboração de um calendário acadêmico que contemple atividades extensionistas institucionais e específicas de cada curso.

- Aproveitamento dos resultados observados durante o desenvolvimento das atividades extensionistas como insumos para o desenvolvimento da pesquisa e melhoria da qualidade do ensino.

- Incentivo à participação de toda comunidade acadêmica na definição das políticas institucionais de extensão.

A Escola de Direito, Ordem e Segurança da UNISÃOJOSÉ participa ativamente da vida comunitária. Esta participação comunitária deriva do conceito fundamental na gênese da Escola, que é formar profissionais competentes e habilitados para interagir com a comunidade na promoção do espírito empreendedor e nos cuidados com o desenvolvimento sustentável da sociedade como um tudo.

A UNISÃOJOSÉ foi em 2002 e 2003 o centro operacional de coordenação do processo de implantação de 150 equipes do programa de saúde da família, nos termos do convênio da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro com o Conselho de Instituições de Ensino Superior da Zona Oeste – CIEZO. Dentro da UNISÃOJOSÉ foi organizado processo seletivo de 1.300 agentes comunitários de saúde, que teve 75 mil candidatos inscritos.

Em entre 2017 à 2019, foram realizadas capacitação de mais de 240 empreendedores comunitários em parceria com a prefeitura do Rio de Janeiro. São abertas 40 vagas semestralmente o a prefeitura seleciona as pessoas da comunidade do entorno para participar do programa.

A atividade de campo na comunidade do entorno da UNISÃOJOSÉ proporciona aprendizagem de competências e habilidades de análise do contexto social e de promoção de atividades geradoras de renda.

A UNISÃOJOSÉ realiza anualmente a Semana Acadêmica, que tem por objetivo abrir espaço para comunicações coordenadas de trabalhos dos estudantes, conferências com professores convidados, oficinas de trabalhos e cursos de atualização.

As comunicações coordenadas incluem a apresentação dos relatórios do programa de iniciação à pesquisa, do programa de monitoria e de temas livres. Esta apresentação é aberta ao corpo docente e discente e a comunidade, e os melhores trabalhos são selecionados por uma banca examinadora para uma premiação.

A atividade de campo na comunidade do entorno da UNISÃOJOSÉ proporciona aprendizagem de competências e habilidades de análise do contexto social e econômico da região.

Neste sentido, os estudantes do curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública vêm participando de eventos realizados pelas UNISÃOJOSÉ como, por exemplo:

- Programas de extensão na comunidade;
- Projeto Ação Cidadania;
- Dia do Ensino Responsável desde 2008;
- Internato Rural, no município de Nova Friburgo;
- Programa de empreendedorismo comunitário desde 2017

Saliente-se que a UNISÃOJOSÉ vem participando desde 2008 do PROJETO RONDON, o maior programa de extensão universitária do país, no qual os estudantes gozam da oportunidade de desenvolver atividades em outras comunidades, vivenciando outra realidade. Até o momento, já foram realizadas operações no Paraná, Amazonas, Paraíba, Tocantins, Pernambuco, Rondônia, Rio Grande do Norte, Piauí, Brasília e Mato Grosso do Sul, que consistem em mais do que uma atividade de extensão, uma lição de vida e cidadania.

2.2. Políticas de Apoio ao Discente

As Políticas Institucionais de Apoio aos Discentes encontram-se bem definidas no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e são desenvolvidas no âmbito de todos os cursos superiores da IES.

O Centro Universitário São José A UNISÃOJOSÉ dispõe de diversos setores de atendimento ao corpo discente, destacando-se: central de atendimento a novos estudantes, secretaria geral, secretaria das coordenações de curso, tesouraria, biblioteca, secretaria do programa de integração ao trabalho e do programa de iniciaçãoa pesquisa, setor de cópias, restaurantes, inspetoria, serviço de assistência social, clínica odontológica, empresa Junior, núcleo de prática jurídica, laboratórios de informática etc.

Vale destacar a implantação, no ano de 2009, da Ouvidoria Institucional, que tem como atribuições ser a última instância na busca de soluções dos conflitos inerentes às atividades pedagógicas e administrativas, além da instituição do Núcleo de Apoio Psicopedagógico da Instituição - NAPI.

2.2.1. Programas de Apoio Pedagógico

O apoio pedagógico fornecido pela UNISÃOJOSÉ passa por alguns pontos determinantes, a fim de promover um melhor aproveitamento do corpo discente, a saber:

- Programa de nivelamento à distância – atualmente já conta com um curso de Língua Portuguesa, sendo que se encontram em fase de desenvolvimento cursos de nivelamento em Matemática, Física e Química;
- Programa de Orientação Didática dos Estudantes a partir de uma abordagem multidisciplinar;
- Programa de Apoio Psicopedagógico promovido pelo NAPI, e supervisionado pela Escola de Saúde e Educação;
- Programa de Desenvolvimento da Aprendizagem – PDA, que visa fornecer aos estudantes de todos os cursos conteúdos e atividades que possam aprimorar a sua capacidade reflexiva, tornando-o apto a produzir conhecimentos acadêmicos, tanto de modo crítico como instrumental. O programa é organizado em módulos, com carga horária de 20h cada, onde estudante pode optar por fazê-los integral ou parcialmente, conforme apresentamos a seguir:

- MÓDULO 1= Leitura, Interpretação e Produção de Textos
- MÓDULO 2= Habilidades de Aprendizagem
- MÓDULO 3= Estudos Contemporâneos
- MÓDULO 4= Oficina de Oralidade

As atividades, propostas nestes programas de apoio pedagógico e aquelas que virão a partir dele, demonstram que a UNISÃOJOSÉ tem realizado ações de apoio pedagógico consideradas inovadoras, com o objetivo de melhoria da qualidade da educação universitária. Existem investimentos na capacitação docente e a promoção de atividades que visam melhorar a formação pedagógica de seus professores, em consonância com a formação instrumental e cidadã de nossos estudantes.

2.2.2. Programas de Apoio Financeiro

A UNISÃOJOSÉ implementa diferentes tipos de apoio financeiro, a saber:

2.2.2.1. Programa de Apoio ao Estudante (PAE).

A instituição, cumprindo sua função social, tem à disposição dos seus estudantes o Programa de Apoio ao Estudante - PAE, um arrojado programa de concessão de bolsas de estudos, descontos e de financiamento de mensalidades para cursos da instituição.

A concessão de bolsas de estudo em percentuais que variam de 10% a 100% é feita mediante análise da necessidade do discente e de acordo com a disponibilidade de recursos da instituição. Atualmente, aproximadamente 80% dos estudantes matriculados em cursos de graduação gozam de algum tipo de bolsa ou desconto para o pagamento de suas mensalidades.

Os estudantes também têm a sua disposição a opção de financiar o pagamento das mensalidades. O financiamento é feito com recursos próprios e funciona da seguinte forma:

- Concessão de financiamento, a cada ano, para até 5% do total de estudantes matriculados no ano anterior, mediante solicitação por escrito onde comprovem insuficiência financeira;

- A instituição financia até 50% do valor da mensalidade, por um prazo equivalente ao prazo restante para a conclusão do curso no momento do financiamento. O financiamento permite que um estudante em um curso de quatro anos pague metade da mensalidade durante oito anos, sem cobrança de juros;

- O valor da mensalidade durante todo o período em que o estudante estiver pagando será igual à mensalidade do curso, que tem sido reajustada pelo índice de reajuste dos salários dos professores;

- Para obter o financiamento, o estudante deve provar a insuficiência financeira (a ser verificada pela declaração de imposto de renda ou outro documento equivalente) e oferecer avalista nos mesmos termos exigidos pelo governo federal na concessão do FIES.

A instituição fechou parceria com o Instituto Educar, empresa especializada em gestão de financiamento estudantil, visando a ampliar o número total de estudantes atendidos pelo programa.

2.2.2.2. Programa Universidade para todos (ProUni)

A UNISÃOJOSÉ participa do Programa Universidade para Todos (ProUni), mantido pelo Governo Federal, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais para cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, desde seu início.

2.2.2.3. Programa Financiamento Estudantil (FIES)

A UNISÃOJOSÉ participa dos programas de financiamento estudantil mantidos pelo Governo Federal, em parceria com a Caixa Econômica Federal, atual FIES, que é destinado a estudantes universitários brasileiros regularmente matriculados em curso de graduação, em instituições de ensino superior não-gratuitas. Todas as vagas disponibilizadas pelo FIES à UNISÃOJOSÉ são preenchidas.

2.2.2.4. Programa de Iniciação à Pesquisa - IP

A iniciação à pesquisa é parte fundamental da formação profissional na UNISÃOJOSÉ, direcionando os egressos para a análise crítica, a interrogação criativa e a solução de problemas. Complementa o ensino de modo que o estudante aprenda a aprender, criando competências e habilidades de análise e reflexão.

O Centro Universitário São José desenvolve programa de bolsas de iniciação à pesquisa, com seleção de estudantes por meio de edital semestral. A partir de propostas de investigação apresentadas pelos estudantes, uma banca de professores analisa e escolhe aquelas que julgarem mais interessantes.

Há uma coordenação geral do programa, que orienta os aspectos formais da pesquisa, cabendo aos professores convidados pelos estudantes a complementação de conteúdo nos processos de orientação.

Os estudantes apresentam relatório semestral de execução da pesquisa, podendo concorrer a uma renovação por mais um semestre para concessão de bolsas.

Os relatórios das pesquisas são apresentados na Semana Acadêmica da UNISÃOJOSÉ, com premiação dos melhores trabalhos.

2.2.2.5. Programa de Monitoria

O Centro Universitário São José proporciona aos estudantes selecionados as atividades de monitoria, sob a forma de um programa que concede bolsas de estudo nos cursos da Escola de Direito, Ordem e Segurança.

No início de cada semestre, são definidas as unidades curriculares em que haverá seleção de bolsistas. Ocorre então o processo seletivo por meio de provas escritas de conhecimentos gerais e entrevistas com avaliação do histórico escolar. Os estudantes selecionados auxiliam no desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas e de apoio ao discente.

Há acompanhamento contínuo das atividades de monitoria, que incluem relatórios mensais. Além disso, os estudantes apresentam seu relatório semestral na Semana Acadêmica da UNISÃOJOSÉ.

2.2.3. Estímulos à Permanência

Além das práticas e programas mencionados anteriormente, a UNISÃOJOSÉ promove, anualmente, a Semana Acadêmica, quando são desenvolvidas diferentes atividades de

cunho acadêmico, inclusive com a presença de palestrantes ilustres, de notório saber. Nessas ocasiões também se apresentam os estudantes com comunicações coordenadas.

Aos sábados são incentivadas atividades esportivas na quadra coberta das UNISÃOJOSÉ, por meio de campeonatos de futebol de salão, com a participação de estudantes, promovendo convivência e aproximação.

2.2.4. Organização Estudantil

Os estudantes das UNISÃOJOSÉ estão organizados na forma de representantes de turma e de cursos. No momento, os discentes estão se organizando para promover a primeira eleição para a formação do Diretório Acadêmico Central (DAC), visando facilitar a participação dos estudantes nos órgãos máximos da instituição. A UNISÃOJOSÉ reconhece o diretório acadêmico como uma organização importante para o desenvolvimento da instituição.

O diretório acadêmico tem importante participação nos processos de autoavaliação na UNISÃOJOSÉ, tanto na fase de sensibilização como na fase de aplicação dos formulários.

2.2.5. Acompanhamento dos Egressos

O Centro Universitário São José vem desenvolvendo um amplo processo de avaliação institucional. Esse processo de autocrítica supõe um olhar retroativo para aqueles que aqui traçaram sua trajetória acadêmica em nível superior e que hoje, provavelmente, encontram-se inseridos no mercado de trabalho.

Com o intuito de delinear um primeiro perfil do estudante egresso dos cursos de graduação de IES, foi elaborado um instrumento que contivesse informações sobre o curso de graduação e posterior aperfeiçoamento, bem como as atividades profissionais desenvolvidas. Essas informações serão organizadas em três blocos, assim designados: o egresso e sua formação educacional; o egresso e seu curso de graduação; o egresso e suas atividades profissionais.

Por opção metodológica do Programa de Avaliação Institucional, o questionário é disponibilizado aos estudantes em nosso “site”. Os dados coletados e analisados nesse

relatório permitirão, ainda que de forma parcial, delinear a qualidade da formação oferecida pelos cursos de graduação, na visão dos egressos e o desempenho profissional destes no mercado de trabalho.

Essas dimensões avaliadas pelos egressos apontarão para a qualidade da formação técnico-científica oferecida pela UNISÃOJOSÉ e as expectativas que os egressos possuem de retornar à instituição para realização de novos cursos, participar de eventos científicos, como ouvintes e palestrantes, bem como fazer parte do quadro do corpo docente.

Essas informações poderão servir de impulso para desencadear um amplo processo de discussão entre docentes, discentes, coordenações, direções e Reitoria, tendo em vista os vários aspectos abordados, relacionados à pós-graduação, extensão, currículo e estágios, infraestrutura e mercado de trabalho.

2.3. Gestão do Curso e Processos de Avaliação Interna e Externa

A gestão acadêmica do curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública está de acordo com o estatuto e regimento do Centro Universitário São José e considera os processos de avaliação oriundos da comunidade acadêmica e a autoavaliação institucional periódica do curso, bem como os resultados inerentes as avaliações externas, como insumo para aprimoramento contínuo do seu planejamento.

Nesse contexto, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UNISÃOJOSÉ foi implantada em 2004 com a responsabilidade pela organização e realização do processo de avaliação institucional, em coerência com as orientações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e com base no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituídos pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, bem como, de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Os trabalhos realizados pela Comissão Própria de Avaliação têm correspondido ao compromisso ético da IES, que tem contado com a colaboração dos órgãos diretivos, administrativo e acadêmico, para atingir o objetivo de se constituir como instrumento

favorável de recomendações necessárias para a intensificação ou correção das ações que visam o incremento da excelência em todas as áreas de atuação da Instituição.

As ações visam facilitar a organização do processo auto avaliativo por meio de formulação de estratégias e instrumentos para a melhoria da qualidade e da relevância das atividades de ensino, pesquisa e extensão, permitindo a integração e articulação coerente de concepções, objetivos, metodologias, práticas, agentes da comunidade acadêmica e de instâncias do governo. É parte do processo avaliativo para promover a realização autônoma do projeto institucional de modo a garantir a qualidade acadêmica no ensino, na pesquisa, na extensão, na gestão e no cumprimento de sua missão acadêmica e social.

A avaliação institucional constitui-se em um dos objetivos estratégicos da UNISÃOJOSÉ, cujo processo é realizado sistematicamente, ancorado em políticas institucionais bem delineadas, planejamento, comunicação, sensibilização, ampla participação e transparência. Sua metodologia contempla coleta e análise de dados, interpretação e elaboração dos relatórios que refletem os resultados, detectando-se, assim, as potencialidades e as fragilidades, setoriais e institucionais.

A autoavaliação possui o objetivo amplo de abordar dimensões e indicadores específicos que permitirá identificar as potencialidades e insuficiências dos cursos e da instituição, promovendo a melhoria da sua qualidade e relevância e, como consequência, a da formação dos estudantes. É um componente central que confere estrutura e coerência ao processo avaliativo a ser desenvolvido pela UNISÃOJOSÉ, integrando todos os demais componentes da avaliação institucional.

Foi identificada a necessidade de que o processo de autoavaliação permita o conhecimento e o diagnóstico situacional dos seguintes de itens:

- Infraestrutura dedicada ao ensino;
- Serviços administrativos de apoio ao ensino;
- Corpo docente;
- Disciplinas;
- Corpo discente; e.

- Coordenação dos cursos.

A partir da compreensão da importância educativa e social da Instituição, em observância a necessidade e importância da autoavaliação institucional, não apenas como cumprimento das normatizações que norteiam os processos de avaliação proposta no âmbito do SINAES, mas com objetivo de contribuir para a melhoria dos processos acadêmico e administrativos nela observados, foi possível o estabelecimento dos procedimentos metodológicos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa de autoavaliação.

- Elaboração do projeto de autoavaliação;
- Definição dos indicadores a serem avaliados em consonância com as diretrizes normativas dos SINAIS;
- Definição de cronograma da pesquisa de autoavaliação;
- Definição da metodologia e procedimentos para a realização de uma pesquisa criteriosa, condizentes com os objetivos definidos e os referenciais de pesquisas qualitativas;
- Análise do PDI da IES;
- Análise dos relatórios de autoavaliação institucional anteriores;
- Análise dos relatórios de avaliações externas, institucional e de cursos;
- Definição dos indicadores a serem avaliados quantitativamente e das questões a serem avaliadas qualitativamente;
- Elaboração dos instrumentos de avaliação e disponibilização em plataforma online (coleta eletrônica de dados);
- Divulgação do período de avaliação;
- Categorização das questões abertas de crítica, elogios e sugestões para a melhoria dos indicadores avaliados quantitativamente e de outros não contemplados no instrumento de avaliação;
- Definição de plano amostral para obtenção de uma amostra confiável da população avaliadora;
- Análise dos dados coletados e elaboração dos gráficos dos indicadores gerais;
- Definição de Índice de Desempenho no Indicador para comparar a avaliação dos indicadores por curso do qual pertencem os respondentes;

Em cumprimento aos procedimentos separamos o processo avaliativo em duas fases:

- Primeira fase: Estabelecimento dos indicadores, elaboração dos instrumentos e Coleta Eletrônica de Dados.
- Segunda fase: Análise dos dados para melhor compreensão do posicionamento dos segmentos que compõem a FSJ, elaboração de diagnóstico, dos relatórios de pesquisa para divulgação à comunidade acadêmica.

As recomendações da CPA são discutidas pelo Núcleo Docente Estruturante NDE e Colegiado de Curso, com o objetivo de implementar soluções para os problemas identificados na avaliação institucional.

Da mesma forma como ocorre com o Relatório da CPA, o relatório elaborado pelos avaliadores se constitui como importante instrumento no auxílio da identificação de fraquezas e virtudes do curso e norte para implementação de ações que visem melhorar aquilo que precisará ser melhorado.

De forma assistemática, o curso é constantemente avaliado por docentes e discentes através de contato direto com a Coordenação de Curso. Habitualmente, a Coordenação mantém rotina de reuniões com as turmas, através das quais é possível colher informações sobre problemas vivenciados pelos estudantes, tanto no que se refere às questões de infraestrutura, como as relacionadas às questões acadêmicas. Em mão inversa, os estudantes têm livre acesso à Coordenação do Curso para individual ou coletivamente, buscarem orientações ou soluções para todas as situações.

O somatório dos resultados das ações sistemáticas e assistemáticas de avaliação institucional e autoavaliação, norteia a gestão do curso, uma vez que se estabelece como balizador para as discussões e tomadas de decisões do NDE, na busca pelo seu aprimoramento.

2.4. Objetivos do Curso

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Centro Universitário São José UNISÃOJOSÉ ressalta que os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação devem guardar coerência entre o perfil do egresso definido a partir das diretrizes curriculares nacionais e ressaltar o compromisso de articular o ensino, a pesquisa e a extensão,

buscando a sólida formação teórica, o trabalho coletivo interdisciplinar, a unidade entre teoria/prática, o compromisso social e ético do profissional, na superação das injustiças sociais, da exclusão e da descriminação.

Um dos aspectos que chamam a atenção no PDI ao definir a concepção do perfil envolve a necessidade da formação de um profissional que contribua para uma sociedade mais humana e solidária, articulando a formação, com a competência científica e técnica, com a inserção política e com a postura ética.

Em consonância com essa orientação institucional o curso Superior de tecnologia em Segurança Pública, proposto por este projeto pedagógico, inspirado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Superior Tecnológico e em convergência com os setores produtivos e o mundo do trabalho, de acordo com a Resolução CNE nº 03/02, que institui as Diretrizes Curriculares nacionais gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia (CNE, 2002) assim como, as necessidades econômicas e sociais prevalentes, tem como objetivos:

2.4.1. Objetivo Geral

Possibilitar formação sólida, humanística, cidadã e emancipatória do profissional de Segurança Pública, de modo que possibilite o desenvolvimento de conhecimentos, competências, habilidades e atitudes necessários para atuar como assessor executivo, empreendedor, consultor e gestor na área de segurança pública, sendo capaz de resolver os diversos problemas que envolvem esta área, como base obrigatória de sua identidade profissional, analisando e refletindo a realidade social, cultural e econômica, dirigindo suas ações para o bem-estar coletivo.

Em paralelo, o acadêmico terá informações dedicadas à sua formação como um cidadão consciente da importância da conservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

O curso em Segurança Pública da UniSãoJosé está voltado para a formação deprofissionais capazes:

• Atuar nas áreas de política, gestão, planejamento e técnicas operacionais no âmbito do sistema de segurança pública.

• Prever e enfrentar conflitos contemporâneos, preservando os princípios da cidadania, dos Direitos Humanos e da cultura da paz.

• Formular políticas públicas voltadas para compreensão da vida nas cidades, nos bairros, nas comunidades e nas relações entre as pessoas.

2.4.2. Objetivos específicos:

Os objetivos específicos do curso incluem:

- formar profissionais aptos a atuar na área de segurança;
- Desenvolver competências profissionais voltadas para a formulação, implementação e gerenciamento de políticas de segurança e de processos de gestão para prover um serviço de qualidade e contribuir para atender as necessidades da sociedade;
- Desenvolver a capacidade de gerenciar pessoas, centrada no desenvolvimento de equipes, na comunicação interpessoal e no espírito de liderança, com foco na participação e na capacidade de tomar decisões.
- Fomentar o desenvolvimento do senso crítico dos profissionais em relação à análise do contexto político, econômico, social e cultural inerente ao cotidiano da vida profissional no setor público;
- Preparar profissionais que tenham no Código de Ética Profissional um norteador para as relações cotidianas, sociais e profissionais, baseado no respeito ao próximo e na promoção da dignidade da categoria;
- Desenvolver habilidades interpessoais que possibilitem ao profissional conquistar, mediante esforço de participação, simpatia e cordialidade, a cooperação da equipe com que trabalha;

- Desenvolver no profissional competências gerenciais com ênfase na comunicação clara, objetiva e assertiva a fim de capacitá-lo para gerenciar conflitos, coordenar e delegar tarefas, supervisionar subordinados, resolver problemas e tomar decisões;
- Capacitar o profissional para a visão sistêmica da organização, conhecendo as potencialidades internas e externas na busca dos objetivos e metas organizacionais;
- Promover formação que abranja ensino, pesquisa e extensão, articulando teoria e prática para atuar nos diversos níveis de planejamento da organização;
- Possibilitar a inserção e permanência do profissional no mundo do trabalho, adaptando-se às inovações tecnológicas e atuando de forma sustentável;
- Incentivar a valorização e reconhecimento da área setorial, zelando por uma postura profissional consoante legislação vigente;

2.4.3. Perfil Profissional do Egresso

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública propõe um perfil profissional com competências voltadas para o desenvolvimento, de forma plena e inovadora, de atividades na área profissional e uma formação específica que o habilite oegresso do curso à:

a. • Atuar nas áreas de política, gestão, planejamento e técnicas operacionais no âmbito do sistema de segurança pública.
b. • Prever e enfrentar conflitos contemporâneos, preservando os princípios da cidadania, dos Direitos Humanos e da cultura da paz.
c. • Formular políticas públicas voltadas para compreensão da vida nas cidades, nos bairros, nas comunidades e nas relações entre as pessoas.
d. aplicação, desenvolvimento, pesquisa aplicada e inovação científico tecnológica nos processos referentes à Segurança Pública;
e. difusão de tecnologias de gestão que atendam às necessidades da sociedade e a melhoria da Segurança Pública
f. formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional;
g. difusão de práticas de gestão inovadoras, balizadas pelos princípios da administração pública e pela ética profissional.

2.4.4. Quanto aos Conhecimentos

O Tecnólogo em Segurança Pública é um profissional, com formação em nível de graduação, que deve ser capaz de articular teoria e prática, mobilizando competênciascom eficiência, eficácia e efetividade e atender as demandas da sociedade. O perfil profissional do acadêmico contempla as seguintes

• Conhecimento sobre as características, necessidades e desafios da sociedade contemporânea em relação a segurança pública e social.

• Conhecimento sobre os dispositivos administrativos, penais e processuais referentes às ações de segurança pública.

• Conhecimento sobre teorias e abordagens sóciopsicológicas; técnicas, tecnologias e estratégias relacionadas à segurança pública.

- Analisar e interpretar a situação atual da economia brasileira;
- Compreender a influência do comportamento humano no gerenciamento de grupos;
- Identificar e aplicar os princípios constitucionais e legais que regulamentam a Segurança Pública;
- Utilizar os princípios e ferramentas da qualidade nos processos em Segurança Pública;

2.4.5. Quanto às Habilidades e Competências

Quanto ao seu campo de atuação, o Egresso do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública serácapaz de:

- Diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da Segurança Pública;
- Capacidade de identificar características, necessidades e desafios da sociedade contemporânea em relação a segurança pública e social;
- Conhecimento sobre os dispositivos administrativos, penais e processuais referentes às ações de segurança pública;
- Conhecimento sobre teorias e abordagens sóciopsicológicas; técnicas, tecnologias e estratégias relacionadas à segurança pública.
- Capacidade pessoal para lidar com a complexidade de situações de risco e incerteza.
- Desenvolver e aplicar inovações científico-tecnológicas nos processos de Segurança Pública;
- Planejar, implantar, supervisionar e avaliar projetos e programas voltados para o desenvolvimento local e regional;

2.4.6. Quanto às Atitudes Profissionais

Possui as seguintes características:

- Internaliza valores de responsabilidade social, respeitando os princípios éticos inerentes ao exercício profissional e a proteção do meio ambiente, exercendo sua profissão de forma articulada ao contexto social, entendendo-a como uma forma de participação e contribuição social;
- Valoriza a honestidade, o senso de justiça social e a humanidade;
- Mostra-se eticamente comprometido com o bem-estar social;
- Possui compromisso com o desenvolvimento profissional e intelectual da pessoa humana e com o progresso da sociedade;
- Desenvolve relacionamento e comunicação interpessoal;
- Possui espírito crítico e preocupação com o aprendizado constante e com o aperfeiçoamento pessoal e profissional;
- Possui disposição e segurança para assumir riscos e flexibilidade às mudanças.

2.5. Estrutura Curricular

O Projeto Pedagógico e a grade curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública da UNISÃOJOSÉ atende aos requisitos do Decreto nº 5.773/06 do Ministério de Educação, que institui o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia como instrumento de aprimoramento e de fortalecimento dos cursos superiores de tecnologia, e à Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007,republicada em 29 de dezembro de 2010, que consolida disposições sobre indicadores de qualidade e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). O instrumento serve como guia para referenciar estudantes, educadores, instituições ofertantes, sistemas e redes de ensino, entidades representativas de classes, empregadores e o público em geral, guiando o aprimoramento do processo educacional.

A matriz curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública conta com um total de 1650 horas-relógio e é estruturada em regime quadrimestral de seis períodos que enfatizam as competências necessárias para depurar as habilidades dos gestores de segurança particular. Possibilita-se, assim, o desenvolvimento do perfil do egresso considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade,

interdisciplinaridade, articulação da teoria com a prática, o que culmina na formação de profissionais capazes de gerir empresas e áreas de segurança patrimonial interna ou terceirizada. Em suma, os estudantes do referido curso adquirem a capacidade de articular e coordenar empreendimentos e negócios no campo da segurança, do gerenciamento de pessoas e do controle e avaliação de custos operacionais.

Os seis eixos modulares de formação são definidos como a seguir:

I. Fundamentos Básicos, com um total de 242 horas, pretende apresentar o embasamento necessário para que o aluno adquira capacidade interpretativa e conceitos universalmente aplicados, como cidadania. Ele é composto pelas seguintes disciplinas do curso: Fundamentos Socioantropológicos, Fundamentos de Psicologia, Sociedade e Direito, Primeiros Socorros e Projeto Integrador I.

II. Direito e Estado, com um total de 242 horas, trata prioritariamente de conceitos básicos de direito constitucional e direito administrativo, mas não deixa de complementar os fundamentos básicos ao abordar métodos de depuração de dados e os diferentes tipos de lógica. Ele é composto pelas disciplinas: Estado e Ordem, Administração Pública e Direito, Raciocínio Lógico, Coleta, Análise e Interpretação de Dados e Projeto Integrador II.

III. Indivíduo, Direito e Sociedade, com um total de 286 horas, apresenta ao discente o direito civil iniciando com os direitos da personalidade, passando pelo direito obrigacional, até chegar na responsabilidade civil e nos direitos reais. Ele é composto pelas disciplinas: Fundamentos, Contratos e Obrigações, Responsabilidade e Culpa, Posse e Propriedade e Projeto Integrador III.

IV. Investigação Criminal, com um total de 286 horas, apresenta os conceitos básicos de direito penal e analisa os tipos penais mais comumente observados no Brasil, além de abordar segurança da informação, segurança escolar, segurança do consumidor, segurança da internet, segurança no trato com produtos perigosos e segurança patrimonial. Ele é composto pelas seguintes unidades curriculares: Fundamentos, Dos Crimes (Parte 1 e 2), Segurança I e Projeto Integrador IV.

V. Gestão e Segurança, com um total de 330 horas, aborda o policiamento comunitário e as mudanças na política de segurança no Brasil nos últimos 20 anos. Além disso, traz conceitos básicos de administração, empreendedorismo, plano de negócios, comportamento organizacional e tomada de decisão. Ele é composto pelas seguintes disciplinas: Investigação Criminal IV - Do Inquérito Policial, Fundamentos de Direito Comercial, Direito Empresarial –Falência, Segurança II e Projeto Integrador V.

VI. Investigação e Perícias, com um total de 264 horas, insere o discente na criminologia e na psicologia forense para depois tratar dos diferentes tipos de perícia. O módulo conta com aulas ministradas por um experiente perito da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Por fim, os temas relacionados à educação ambiental e direitos humanos são apresentados como contextualização para o tratamento da Lei de Execuções Penais. Ele é formado pelas disciplinas: Psicologia Forense e Criminologia, Perícias Cível e Criminal, Educação Ambiental e para Direitos Humanos, Tópicos em Segurança e Projeto Integrador VI.

O aspecto prático do curso fica sob a responsabilidade das disciplinas intituladas "Projeto Integrador". Essas disciplinas consistem em atividades de resolução de problemas reais, a partir de uma ou mais questões específicas (questões orientadoras), constituindo um desafio cognitivo, cuja solução poderá demandar pesquisa e estudo, estimulando o estudante no confronto dos problemas do mundo real na profissão escolhida com os conteúdos assimilados durante as aulas.

Em suma, o projeto integrador visa sistematizar os conhecimentos adquiridos pelos estudantes durante o desenvolvimento do curso proporcionando vivência prática profissional mediante aplicação dos conhecimentos em situações reais. Presente em todos os módulos de sua formação, objetiva viabilizar e apresentar projetos que unam o conhecimento obtido em cada módulo por meio das respectivas unidades curriculares, desenvolver habilidades de pesquisa, interpretação de dados e informações, despertar o senso prático e o interesse pela pesquisa no exercício profissional, promover integração

e cooperação tecnológica entre a UNISÃOJOSÉ e o mercado de trabalho, incentivar a criatividade e os talentos pessoais e profissionais e integrar os conhecimentos acadêmicos com a aplicação no exercício das atividades laborais.

1º Módulo FUNDAMENTOS BÁSICOS	2º Módulo DIREITO E ESTADO	3º Módulo INDIVIDUO, DIREITO E SOCIEDADE	4º Módulo INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	5º Módulo PROCEDI-MENTOS INVESTIGATIVOS	6º Módulo INVESTIGAÇÃO E PERÍCIAS
FUNDAMENTOS SÓCIO-ANTROPOLÓGICOS 44	ESTADO E ORDEM 80	INDIVÍDUO, DIREITO E SOCIEDADE I - FUNDAMENTOS 80	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL I FUNDAMENTOS 80	FINVESTIGAÇÃO CRIMINAL IV 88	PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINOLOGIA 80
FUNDAMENTOS DE PSICOLOGIA 44	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIREITO 66	INDIVÍDUO, DIREITO E SOCIEDADE II – CONTRATOS E OBRIGAÇÕES 66	INVESTIGAÇÃO CRMINAL II- DOS CRIMES 66	FUNDAMENTOS DE DIREITO COMERCIAL 60	PERÍCIAS CÍVEL E CRIMINAL 44
SOCIEDADE E DIREITO 66	OPTATIVA 44	INDIVÍDUO, DIREITO E SOCIEDADE III – RESONSABILIDADE E CULPA 66	INVESTIGAÇÃO CRIMINAL III – DOS CRIMES 66	DIREITO EMPRESARIAL - FALÊNCIA 80	EDUCAÇÃO AMBIENATAL E PARA DIREITOS HUMANOS 44
PRIMEIROS SOCORROS 66	COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS 44	INDIVÍDUO, DIREITO E SOCIEDADE IV – POSSE E PROPRIEDADE 44	SEGURANÇA I 44	SEGURANÇA II 44	TÓPICOS EM SEGURANÇA 44
PROJETO INTEGRADOR i 22	PROJETO INTEGRADOR ii 30	PROJETO INTEGRADOR III 30	PROJETO INTEGRADOR IV 30	PROJETO INTEGRADOR V 30	PROJETO INTEGRADOR VI 30
Carga Horária 242 h Créditos 11	Carga Horária 264 h Créditos 12	Carga Horária 308 h Créditos 14	Carga Horária 286 h Créditos 13	Carga Horária 308h Créditos 14	Carga Horária 242 h Créditos 11

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO – 1.650H 75 créditos - Unidade curricular optativa – LIBRAS /RACIOCÍNIO LÓGICO

Figura 1: Matriz Curricular do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública

2.6. Conteúdos Curriculares

Os critérios de organização e distribuição dos conteúdos curriculares, que garantem a coerência interna do curso, mediante a conjugação de competências e habilidades, ao relacionar teoria e prática, interdisciplinaridade e flexibilidade, bem como os conhecimentos científicos básicos, foram estabelecidos com base nos objetivos e no perfil esperado do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias (horas-relógio), a adequação da bibliografia(acesso total à biblioteca virtual "Minha biblioteca", onde é disponibilizada toda a bibliografia de forma atualizada), acessibilidade metodológica(sistema Unimestre e ambiente AVA), bem como a abordagem de conteúdos específicos.

Especificamente, quanto aos conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental e de educação em direitos humanos, foram eles inseridos na UC "Educação Ambiental e para os Direitos Humanos", ofertada no Módula 6. Já os conteúdos referentes a políticas de educação das relações étnico-raciais e ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena estão inseridos na UC "Fundamentos Socioantropológicos", ofertada no Módulo 1..

Desse modo, imprime-se diferencial no curso dentro da área profissional almejada, induzindo-se o contato com conhecimento recente e inovador, que perpassa, de forma transversal, os conteúdos ministrados em diversas unidades curriculares ao longo de todo o curso, edificando o perfil do egresso que, além de considerar os conhecimentos científicos inerentes à área, tem, ainda, garantida sua formação cidadã, consciente de seu papel social e agente ativo de transformações sociais.

2.7. Certificações Intermediárias

As certificações intermediárias são o resultado de um processo de qualificação profissional que passa pelas mais diversas áreas de formação profissional, buscando atender as necessidades de empregabilidade imediata do estudante no mercado de trabalho durante seu percurso acadêmico.

A UNISÂOJOSÈ apresenta o curso superior de tecnologia em Segurança Pública como uma das principais respostas do setor educacional às necessidades e demandas dasociedade brasileira, uma vez que o progresso tecnológico vem causando profundas alterações nos modos de produção, na distribuição da força de trabalho e na sua qualificação. Um parecer do MEC pondera que "a ampliação da participação brasileira nomercado mundial, assim como o incremento do mercado interno, dependerá fundamentalmente de nossa capacitação tecnológica, ou seja, de perceber, compreender, criar, adaptar, organizar e produzir insumos, produtos e serviços". O MECreafirma, ainda, que "os grandes desafios enfrentados pelos países estão, hoje, intimamente relacionados com as contínuas e profundas transformações sociais ocasionadas pela velocidade com que têm sido gerados novos conhecimentos científicos e tecnológicos, sua rápida difusão e uso pelo setor produtivo e pela sociedade em geral".

Desta forma, o curso superior de tecnologia em Segurança Pública da UNISAOJOSÉ contempla a formação de um profissional apto a desenvolver de forma plena e inovadora.

O curso está estruturado em seis módulosquadrimestrais, o que permite ao estudante receber certificações intermediárias ao término de cada módulo, dentre outros:

• Certificado em Técnicas e Procedimentos Investigativos;

2.8. Fundamentos Metodológicos

O curso de tecnologia em Segurança Pública ofertado na modalidade EaD da UNISÃOJOSÉ segue um conjunto de atividades obrigatórias agrupadas por meio da plataforma UNISÂOJOSÉ como requisitos obrigatórios para o processo de integralização da formação do discente, bem como atividades remotas síncronas por meio da tecnologia Microsoft Teams, partindo da realidade do discente para construir o processo de ensino aprendizagem com o auxílio de mecanismos tecnológicos de suporte à ação colaborativa de ensino, de professores e tutores.

As atividades acontecem em uma única plataforma, hospedados no site institucional (saojose.br), onde o estudante poderá acompanhar todo seu caminhar acadêmico e financeiro, adicionado a essa a experiência de atividades remotas em formato síncrono na plataforma Microsoft Teams, onde os docentes desenvolvem atividades para construção e acompanhamento do Projeto Integrador e demais ações pedagógicas. Os encontros remotos de aprendizagem virtual são realizados quinzenalmente com o acompanhamento do professor tutor.

O curso nesta modalidade é estruturado em seis módulos ofertados quadrimestralmente totalizando assim dois anos de tempo total de integralização. Os módulos iniciais são compostos de unidade curriculares de núcleo comum, servindo como uma formação de base para alcance pleno posteriormente de conteúdos específicos. Cada unidade curricular do módulo é estruturada com recursos como, apresentação, desafios, livro, infográfico, dica do professor com videoaula, exercícios e saiba mais.

O discente é somente aprovado na disciplina caso cumpra a média das atividades previstas em cada aula, prova e Projeto Integrador. O curso prevê avaliações que juntas servirão como base para construção da média do módulo, somente há aprovação ou reprovação por módulo. Podendo ser aprovado no módulo desde que o mesmo tenha obtido a média de 6,0 pontos no somatório das médias ponderadas de todas as atividades, provas e Projeto integrador. Sendo 60% de ponderação nas atividades de projeto integrador do módulo e 40% da pontuação média obtida nas atividades online das unidades curriculares do módulo vigente.

Das atividades obrigatórias ONLINE

Nas atividades obrigatórias online, o discente dedica parte significativa de seu tempo ao estudo individualizado das unidades curriculares do módulo corrente com auxílio de professores e tutor. Este estudo é sistematizado no Plano e Cronograma de Estudos Individuais.

Como suporte à leitura das unidades curriculares e apoio ao processo de ensino-aprendizagem, o aluno conta com tutores e professores para responder suas dúvidas, na correção de exercícios propostos, no envio de links e materiais complementares tudo através de ferramentas assíncronas e síncronas tais como e-mail, fóruns e chats integrantes do Ambiente Virtual de aprendizagem (AVA) e por meio da ferramenta Teams e WhatsApp. Atividades Tutoriais autoexplicativas dão suporte orientando os discentes para o uso das tecnologias adotadas. Dentre estas, destacam-se: o caderno de estudos com conhecimentos básicos da disciplina integrante do módulo; exercícios online no AVA constituídos por questões

objetivas, questões discursivas e estudos de casos; do plano de mapa mental da disciplina, de vídeo de abertura do módulo e de videoaulas e demais materiais complementares disponíveis no AVA.

As atividades obrigatórias online se dividem em Atividades de Aprendizagem Colaborativa e Interdisciplinares e em atividades nas quais o estudo individualizado é elemento indispensável. Dessa forma, a UNISÃOJOSÉ entende como fundamental a criação de ambientes de aprendizagem colaborativa que propiciem essa interação social e interdisciplinar, dentre as quais:

a. Atividade de Avaliação do Desenvolvimento de Competência: Projeto Integrador As atividades do Projeto Integrador são desenvolvidas em cada módulo durante a vigência da unidade curricular, é realizada em grupo, e tem como objetivo levar os discentes a trabalhar coletivamente, articulando o conteúdo das unidades curriculares à um tema gerador sendo o projeto integrador do módulo escolhido com base nos requisitos legais dos instrumentos de avaliação de curso, favorecendo assim, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade. O produto do projeto integrador é um artefato tecnológico (blog, vídeo, podcasting, apresentação eletrônica, resumo ou relatório). A atividade do Projeto Integrador é orientada pela tutoria e possui uma área exclusiva no AVA e na plataforma Microsoft Teams. Estes projetos ajudam os discentes a repensarem seu papel como futuros gestores e cidadãos conscientes e ativos na construção de uma sociedade ética sustentável, justa e inclusiva, na qual as questões étnico-raciais, de direitos humanos e de educação ambiental são contempladas. O tema gerador do projeto integrador tem cinco dimensões de áreas de abrangência construídas a partir dos requisitos legais do instrumento de avaliação de curso presenciais e a distância. Essas atividades obrigatórias constituem a segunda avaliação do módulo que valem 60% da pontuação total do curso.

b. Fóruns e Chats Dentro de uma ótica sócio interacionista, faz-se necessária a inserção de espaços e momentos diversos que favoreçam o compartilhamento de ideias, temáticas e desafios ao longo do curso, seus módulos e disciplinas, através de debates, reflexões que podem se dar de forma síncrona ou assíncrona tais como: a) Discussões Assíncronas realizadas por discentes, professor e tutor, por meio de fóruns de discussões disponíveis no AVA com a ferramenta Microsoft Teams. Durante a vigência de cada unidade curricular integrante do módulo, são disponibilizados diferentes questões-problemas relacionadas ao conteúdo trabalhado e materiais de apoio para servir de subsídios para as discussões; b) Discussões Síncronas realizadas por alunos, professor e tutor, por meio da ferramenta de chat disponível

no AVA. Durante a vigência de cada unidade curricular integrante do módulo, são agendados diferentes momentos para que discente, professor e tutor possam debater diferentes assuntos relacionados à unidade curricular. Para cada chat são ofertados materiais de apoio para servir de subsídios para as discussões.

c. Exercícios online e Provas Os exercícios online e provas são atividades compostas de questões objetivas e discursivas distribuídas nas áreas de competência, de forma a trabalhar o conteúdo programático previsto e planejado, conforme proposto pelo NDE do curso. São trabalhadas questões objetivas e questões discursivas abordado competências a serem desenvolvidas na unidade do módulo. O objetivo dos exercícios online é de avaliar as habilidades e competências do aluno em identificar e resolver problemas organizacionais, usando os conceitos trabalhados nas unidades curriculares. Essas atividades obrigatórias online constituem a primeira avaliação online do módulo que valem 40% da pontuação total do curso. Novas metodologias de ensino baseadas na interação entre professores, discentes e tutores se constituem em um fatordecisivo na política e diretrizes de educação a distância da UNISÃOJOSÉ..

2.8.1. Acompanhamento e Avaliação do Estudante Ensino e Aprendizagem

O presente curso da UNISÃOJOSÉ, parte da premissa epistemológica de que o conhecimento se lança através de um processo de aprendizado contínuo e aberto a inúmeras contingências e só pode ser compreendido através da indissociável vinculação entre teoria e prática e entre os diversos saberes que compõem a estrutura curricular do curso, que está comprometida com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos críticos, autônomos e cidadãos.

Nesse sentido, a aprendizagem é entendida como processo de construção de conhecimentos, habilidades e valores em interação com a realidade e com os demais atores sociais, no qual são desenvolvidas capacidades pessoais e profissionais. Desta maneira a aprendizagem passa a ser vista como um processo contínuo e não de forma isolada, fragmentada e sem vínculos com a realidade dos/as discentes.

Com este referencial, o presente projeto pedagógico do ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA da UNISÃOJOSÉ tem como base a metodologia ativa, na qual o currículo é configurado de maneira integrada, no sentido de articular os vários conteúdos a fim de dar conta das expressões da questão social.

O desafio é trabalhar a formação acadêmica dos discentes do curso ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA por problemas, aulas dialogadas, na busca de caminhos que viabilizem a abordagem interdisciplinar no contexto das competências e habilidades que se quer ver desenvolvida nos/nas discentes através do que se propõe nas diretrizes curriculares do Curso.

O acompanhamento e a avaliação fazem parte do processo de ensino e de aprendizagem. A avaliação procura verificar o desenvolvimento do estudante ao longo de cada semestre letivo.

O acompanhamento das atividades individuais e coletivas dos estudantes é feito em sala de aula, nos laboratórios, nas clínicas, nas atividades de campo e nos estágios supervisionados.

Neste acompanhamento dos estudantes observa-se: participação, assiduidade, pontualidade, integração com os colegas, professores e tutores, relação com o cliente e a comunidade; além da apresentação de relatórios de atividades de laboratório de Práticas de Projeto Integrador, seminários, estudos dirigidos, leituras dinâmicas de textos e artigos da área e discussão de estudos de casos empresariais.

O acompanhamento dos estudantes orienta as ações dos professores e tutores no sentido de buscar sempre a máxima otimização acadêmica, permitindo uma relação com equidade entre professores, tutores e estudantes, visando sua integração ao mercado de trabalho.

A avaliação consiste na observação permanente das manifestações de aprendizagem para proceder a uma ação educativa que otimize os percursos individuais relacionando-os a uma constante prática investigativa. A avaliação é mediadora da ação pedagógica reflexiva. Ela é uma ação que promove a melhoria da qualidade do ensino.

Neste contexto, deve-se mencionar que as normas de avaliação discente, ultrapassam a mera confecção de provas, permitindo não só aferir a dificuldade de aprendizagem do estudante, no decorrer do curso, como também estimular a superação das dificuldades individuais através da prática de pesquisa. Nesta linha, entre as ações implantadas,

destaca-se a obrigatoriedade na realização do encontros remotos em laboratório de Práticas de Projeto Integrador , de cunho participativo, com ênfase no estudo de casos, caderno de exercícios, trabalhos individuais e em grupo, pesquisas e estudos de casos empresariais que são complementados por atividades de Laboratório de práticas projeto integrado supervisionadas por professores e tutores, em ambientes de aprendizagem colaborativos, denominadas de Avaliação Continuada. A avaliação é complementada com a realização de testes quadrimestrais dissertativos sobre os conteúdos programáticos das unidades curriculares dos módulos.

2.8.1.1. Avaliação Integral

O sistema de avaliação integral foi elaborado visando aferir de forma integrada os conteúdos das unidades curriculares oferecidas nos módulos aos estudantes do ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA da UNISÃOJOSÉ.

Trata-se de uma estratégia importante para a efetiva integração do processo de ensino na medida em que as unidades curriculares/conteúdos do módulos são orientadas para uma avaliação, tendo como eixo comum o desenvolvimento das habilidades e competências a serem trabalhadas em cada módulo.

Este sistema de avaliação garante a coerência das questões com os objetivos de cada unidade curricular, convergindo com as diretrizes do projeto pedagógico. Os resultados dos Testes Avaliativos (TAs) devem refletir uma verificação e uma mensuração da aprendizagem integrada.

processos de ensino-aprendizagem.

Em relação aos procedimentos de acompanhamento e de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem, vale enfatizar que: a avaliação consiste na observação permanente das manifestações de aprendizagem para proceder a uma ação educativa que otimize os percursos individuais. A avaliação é mediadora da ação pedagógica reflexiva, promovendo a melhoria da qualidade do ensino e, nesse sentido, a aprendizagem é conquista do estudante, com orientação, acompanhamento e avaliação docente.

Os cursos de graduação a distância da UniSãoJosé estão estruturados em módulos. Dessa forma, o estudante só será considerado aprovado em cada módulo se obtiver aprovação em todas as unidades curriculares e no projeto integrador do respectivo módulo.

No caso em que houver reprovação em uma ou mais unidades curriculares e/ou no projeto integrador, o módulo ficará pendente até que o estudante o faça novamente e consiga ser aprovado.

De forma excepcional, e a critério exclusivo da UniSãoJosé, estas UC's, nas quais o estudante foi reprovado, poderão ser cursadas de forma isolada, em paralelo ao desenvolvimento de outro módulo, ocorrendo como se fosse uma "dependência". Para que possa cursar uma UC no regime de dependência, o estudante deverá estar matriculado em um módulo de aprendizagem, salvo se não houver mais nenhum módulo a ser cursado para a conclusão do curso.

A regra geral, nos casos de não aprovação em alguma das unidades curriculares e/ou no projeto integrador do respectivo módulo é que o estudante aguarde a oferta novamente do respectivo módulo para poder cursá-lo de forma integral.

No caso de o módulo prever uma certificação intermediária, esta só será obtida após aprovação em todas as unidades curriculares e no projeto integrador que compuserem o respectivo módulo.

Para criarmos uma cultura de valorização da aprendizagem, levando o estudante a realizar o esforço próprio que a aprendizagem exige, adotamos os seguintes princípios:

• As unidades curriculares de formação geral e específicas do curso, têm seu conteúdo avaliado pelo professor responsável, que observará as diretrizes expostas anteriormente (mecanismos e princípios) sendo, portanto, o principal responsável pelo processo "ensino-aprendizagem" e com a colaboração do professor tutor no acompanhamento do desenvolvimento das atividades.

• Todas as unidades curriculares foram previamente preparadas pelos docentes e apresentadas aos estudantes, com orientações precisas e detalhadas do que o mesmo deve estudar.

Estrutura da avaliação do módulo:

A avaliação do módulo é composta por 4 testes avaliativos (TAs), mais 1 Projeto Integrador. Sendo a soma das TAs equivalente a 40% da nota final e o Projeto integrador equivalente a 60%.

Em cada unidade curricular ocorrerá um teste avaliativo (TA1), aplicado após o acesso a um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem. Portanto, serão 4 TAs por módulo. A soma destas TAs representa 40% da nota final do módulo.

A avaliação do projeto integrador será realizada pelo tutor do módulo, que atribuirá uma nota de zero a 10 (dez), considerando:

• Cumprimento do prazo de entrega;

• Qualidade dos textos no que se refere às questões de coerência e construções gramaticais;

• Qualidade acadêmica das atividades realizadas;

• Adequação dos trabalhos às normas da ABNT.

Será considerado aprovado no módulo o estudante que obtiver nota igual ou superior à 6,0 (seis).

As atividades online têm dias e horários previamente agendados e as informações estão disponibilizadas dentro do Ambiente Virtual de Aprendizagem da UNISÃOJOSÉ, na Planilha de Atividades e em cartazes que são divulgados periodicamente, através do portal da instituição, cartazes afixados nos quadros de avisos e nas redes sociais.

Entre as ações implantadas, destaca-se a necessidade de participação nas aulas remotas, com ênfase na construção do Projeto integrador, a realização das TAs e os exercícios e desafios das UCs.

Nos módulos específicos dos cursos, contam com três Estudos de caso de comprovação das competências, seis grupos de exercícios de fixação das habilidades e mais um fórum de reflexão crítica.

Dessa forma, os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, previstos para os processos de ensino-aprendizagem dos cursos de graduação na modalidade a distância, possibilitam o desenvolvimento e a autonomia do estudante de forma contínua e efetiva e, com isso, são disponibilizadas informações sistematizadas aos estudantes, com mecanismos que garantam sua natureza formativa e com o consequente planejamento de ações inovadoras e concretas para a melhoria da aprendizagem, em função das avaliações realizadas.

O Centro Universitário São José, pretende que este sistema garanta a constante atualização e melhoria do PPC, ensejando, com isso, a garantia permanente da oferta de cursos de graduação na modalidade a distância de qualidade, compatível com a demanda do mercado.

2.9. Monitoria

A monitoria é atividade complementar do ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA, realizada pelos estudantes bolsistas de regularmente matriculados sob supervisão de professores. Os objetivos do programa de monitoria incluem:

- Oferecer ao estudante monitor a possibilidade de se desenvolver mais em área do conhecimento do seu interesse;
- Incentivar o estudo de disciplina sob orientação do professor supervisor;
- Desenvolver a capacidade de liderança e do trabalho em equipe com os colegas;
- Desenvolver habilidade e competência de facilitar processos de aprendizagem.

No início de cada módulo de aprendizagem, há processo de seleção de bolsistas de monitoria para unidades curriculares do curso. O estudante, para ser candidato a estas bolsas, deve:

- Estar regularmente matriculado no curso.
- Ter sido aprovado no módulo com nota igual ou superior a 7,0 (sete).

O processo seletivo é composto de uma prova escrita de conhecimentos específicos e gerais atuais e de uma entrevista com análise de currículo por uma banca examinadora.

Cabe ao monitor:

► Auxiliar o tutor de um módulo na realização de processos de ensino e na preparação de material didático e experimental em sala de aula virtual ou atividade de campo;

► Auxiliar o tutor na orientação e nos esclarecimentos de dúvidas dos estudantes;

► Apresentar plano de trabalho no início do módulo, aprovado pelo professor/tutor supervisor e entregue a coordenação do curso;

► Apresentar relatório das atividades realizadas no final do módulo, aprovado pelo professor/tutor supervisor e entregue a coordenação do curso;

O monitor não pode, em qualquer hipótese, substituir o tutor em aulas teóricas ou práticas e nem desempenhar atividades administrativas.

A frequência às atividades de monitoria é acompanhada pelo professor/tutor supervisor e informada mensalmente a coordenação do curso

2.10. Iniciação à Pesquisa

A Escola da UNISÃOJOSÉ trabalha no sentido de que seus estudantes aprendam mais do que reproduzir saberes, mas também aprendam a aprender e aprendam a produzir saberes. No sentido de valorizar internamente a produção do saber, a UNISÃOJOSÉ oferece Programa de Iniciação à Pesquisa que inclui a concessão de bolsas.

No início de cada semestre letivo é realizado processo de seleção de bolsistas do programa de iniciação à pesquisa, coordenado por banca de exame nomeada para esta finalidade.

As vagas no programa são oferecidas com base nas grandes áreas do conhecimento jurídico, sendo o processo de seleção feito com base em projetos de pesquisa apresentados pelos estudantes.

Os estudantes aprovados são orientados pelo coordenador do programa de iniciação à pesquisa, que é responsável pelos aspectos metodológicos da pesquisa. Podem, também, indicar um professor coorientador sobre aspectos de conteúdo da área do conhecimento no qual seu trabalho se inscreve.

No final do semestre letivo os estudantes apresentam relatório da pesquisa realizada, indicando os resultados obtidos. Os estudantes aprovados, após concluírem a pesquisa, devem apresentá-la em Seminário de Pesquisa aberto ao público interno e externo.

2.10.1. Extensão Universitária

A Escola de Direito, Ordem e Segurança da UNISÃOJOSÉ participa ativamente da vida comunitária. Esta participação deriva do conceito fundamental na gênese da Escola, que é formar profissionais competentes e habilitados para interagir com a comunidade na promoção de ações de desenvolvimento sustentável e de empreendedorismo.

A UNISÃOJOSÉ realiza, anualmente, a Semana Acadêmica, que tem por objetivo abrir espaço para comunicações coordenadas de trabalhos dos estudantes, conferências com professores convidados, oficinas de trabalhos e cursos de atualização.

As comunicações coordenadas incluem a apresentação dos relatórios do programa de iniciação à pesquisa, do programa de monitoria e de temas livres. Esta apresentação é aberta ao corpo docente e discente e a comunidade, e os melhores trabalhos são selecionados por uma banca examinadora para uma premiação.

A atividade de campo na comunidade do entorno da UNISÃOJOSÉ proporciona aprendizagem de competências e habilidades de análise do contexto social e econômico da região.

Neste sentido, os estudantes do curso vêm participando de eventos realizados pela UNISÃOJOSÉ como por exemplo:

- Programas de extensão na comunidade;
- Dia do Ensino Responsável desde 2008;

Saliente-se que a UNISÃOJOSÉ vem participando desde 2008 do PROJETO RONDON, o maior programa de extensão universitária do país, onde os estudantes têm a oportunidade de desenvolver atividades em outras comunidades, vivenciando uma outra realidade, tendo realizado operações no Paraná, Amazonas, Paraíba, Tocantins, Pernambuco, Rondônia, Ceará, Pará, Brasília, Mato Grosso do Sul, Piauí e Rio Grande do Norte, uma atividade de extensão de lição de vida e cidadania.

2.11. Matriz Curricular

O Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública apresenta carga horáriatotal de 1650 horas, estando organizado em seis módulos de aprendizagem, cada um deles composto por quatro unidades curriculares e um projeto integrador. Os módulos têm duração de 16 semanas, o que permite a integralização mínima em dois anos. O prazo máximo para integralização do curso é de quatro anos.

MÓDULO 1	UNIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	EXTENSÃO	CRÉDITOS
FUNDAMENTOS BÁSICOS	Fundamentos de Psicologia	44		2
	Sociedade e Direito	66		3
	Primeiros Socorros	66		1
	Fundamentos Socioantropológicos	44		2
	Projeto Integrador I	-	22	1
	Total	220 Horas	22	11 Créditos
MÓDULO 2	UNIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	EXTENSÃO	CRÉDITOS
DIREITO E ESTADO	Estado e Ordem	80		4
	Administração Pública e Direito	66		2
	Optativa (Raciocínio Lógico - Libras)	44		2
	Coleta, análise interpretação de dados	44		2
	Projeto Integrador II	-	30	1
	Total	234 Horas	30	12 Créditos
MÓDULO 3	UNIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS
INDIVIDUO, DIREITO E SOCIEDADE	Indivíduo, Direito e Sociedade I	80		4
	Indivíduo, Direito e Sociedade II	66		3
	Indivíduo, Direito e Sociedade IIII	66		4
	Indivíduo, Direito e Sociedade I	66		3
	Projeto Integrador III	-	30	1
	Total	278Horas	30	14 Créditos
MÓDULO 4	UNIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL	Investigação Criminal I	80		4
	Investigação Criminal II	66		3
	Investigação Criminal III	66		3
	Segurança I	44		2
	Projeto Integrador IV	-	30	1
	Total	256 Horas	30	13 Créditos
MÓDULO 5	UNIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		CRÉDITOS
TÉCNICAS	Fundamentos de Direito Comercial	80		3
	Direito Emprearial - Falência	66		4
	Investigação Criminal IV	88		4
	Segurança II	44		2
	Projeto Integrador V	-	30	1
	Total	278 Horas	30	14 Créditos

MÓDULO 6	UNIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	EXTENSÃO	CRÉDITOS
	Psicologia Forense e Criminologia	80		4

INVESTIGAÇÃO E PERÍCIAS	Perícias cível e criminal	44		2
	Educação Ambiental e para Direitos Humanos	44		2
	Tópicos em Segurança	44		2
	Projeto Integrador VI	-	30	1
	Total	212 Horas	30	11 Créditos
	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	1478 HORAS	172 HORAS	

3. CORPO DOCENTE E TUTORIAL

3.1. Coordenação de Curso

A Coordenação do curso superior de Tecnologia em Segurança Pública é exercida pelo Professor Doutor Fernando Galvão. Pós-doutoramento em Direito pela Universidade de Coimbra (Portugal / 2010/2011). Doutorado em Direito pela Universidade de São Paulo (2004). Mestrado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000). Graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1989), graduação em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000), licenciado em Filosofia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000). Pós- graduação (especialização) em Psicologia pela Pontifica Universidade Católica (PUC-rio 2012). Professor titular do Centro Universitário São José, professor adjunto do Programa de Pós-graduação (Mestrado) do Centro Universitário Fluminense (até 2009), Professor do Programa de Pós-graduação (Mestrado e Doutorado) da Universidade Gama Filho (2013).

Dentre suas atribuições, destacam-se:

- Coordenar e supervisionar as atividades dos professores do curso;
- Convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Curso e do NDE;
- Elaborar, em consonância com o Diretor da Escola de Direito, Ordem e Segurança, o planejamento estratégico do curso sob sua gestão;
- Gerenciar e responsabilizar-se pela coordenação dos processos pedagógicos e de registro do curso;
- Propor e implementar estratégias de avaliação e ensino adequadas à educação inclusiva;

- Promover um saudável clima organizacional e motivacional do corpo docente e corpo discente do curso;
- Garantir a implementação de princípios e políticas voltadas para o acesso e permanência de estudantes com deficiências;
- Manter a avalição permanente do Projeto Pedagógico do Curso em conformidade com os princípios institucionais;
- Coordenar o planejamento e avaliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso;
- Ser responsável pela coordenação das instalações físicas do curso;
- Estimular a oferta e participação em atividades complementares, eventos e cursos de extensão;
- Desenvolver ações que promovam a empregabilidade dos egressos;
- Ser corresponsável pelo reconhecimento do curso e renovação junto aos órgãos competentes;
- Estimular a participação dos estudantes na avaliação institucional;
- Promover ações de autoavaliação do curso;
- Ser responsável pelo desenvolvimento do corpo docente para aplicação de novas metodologias e técnicas pedagógicas;
- Ser responsável pela inscrição de estudantes nas Avaliações Nacionais, como ENADE;
- Coordenar o processo de seleção dos professores e tutores da área profissional (específica do curso);
- Acompanhar o estudo do processo de transferência de aluno, inclusive no que se refere à adaptação, ao aproveitamento de estudos e à dispensa de disciplina, para deliberação superior;
- Garantir cumprimento do calendário acadêmico.

A Coordenação do Curso encontra-se totalmente disponível, durante todo o tempo de desenvolvimento das atividades do curso e em outros horários que se façam necessários ao atendimento das demandas docentes, tutores e discentes, tendo sua avaliação de desempenho realizada por ocasião da avalição institucional, bem como nas reuniões de Colegiado de Curso e NDE. É membro do Conselho de Ensino e Pesquisa, conforme determina o Regimento da UNISÃOJOSÉ, preside o Colegiado de Curso e o NDE.

Em suas atividades busca identificar as fraquezas e virtudes do corpo docente e tutorial, atuando como agente de motivação para a constante busca pelo aprimoramento das práxis pedagógicas e desenvolvimento de metodologias e estratégias inovadoras, na adequação dos instrumentos de avaliação, na proposição de atividades de pesquisa e extensão, da organização de eventos internos, na busca por parcerias com instituições públicas e privadas da região, além de auxiliar na criação e implementação de ações que visem a interdisciplinaridade.

No atendimento aos discentes, procura identificar os obstáculos que dificultam o processo de formação de cada um, sejam estes internos ou externos, orientando os acadêmicos no sentido de que encontrem soluções eficientes e eficazes para os problemas vivenciados.

Atua, também, como interlocutor das demandas do curso com os órgãos da administração superior, solicitando e administrando os recursos necessários para o bom desenvolvimento das atividades de pesquisa, ensino e extensão.

3.1.1. Regime de Trabalho do Coordenador

Os Coordenadores de Curso da UNISÃOJOSÉ exercem o cargo em regime de tempo parcial ou integral, destinado a ministrar atividades em unidades curriculares ao atendimento às demandas do curso, atendimentos aos docentes, tutores e discentes e às atividades de pesquisa e extensão.

3.2. Núcleo Docente Estruturante – NDE

NDE do Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública é composto de quatro professores mais o coordenador do curso sendo todos com titulação obtida em cursos de pós-graduação stricto sensu (doutorado e mestrado) contratados em regime de tempo integral ou parcial. O NDE reúne-se ordinariamente uma vez em cada semestre e extraordinariamente quantas vezes for necessário para tratar de assuntos pertinentes à concepção, desenvolvimento, acompanhamento, consolidação e avaliação do Projeto Pedagógico do curso de forma a contribuir para a consolidação do perfil profissional pretendido do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as

diferentes atividades de ensino; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso, além de zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA.

A atuação do NDE do ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA é excelente considerando, os aspectos:

- Concepção: Instituído por ato normativo da Reitoria é composto pelo coordenador e professores do curso.
- Acompanhamento: O NDE faz acompanhamento de todas as atividades do curso, no tocante ao ensino, pesquisa e extensão, determinando as diretrizes para tomadas de decisões para aprimoramento do PPC, que será acompanhado pelo coordenador, Diretor da Escola de Direito, Ordem e Segurança e Pró-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão.
- Consolidação e avaliação do PPC: O NDE faz reuniões periódicas, sempre que necessárias para consolidação e avaliação do PPC em todas as fases, onde todas as atividades são lavradas em atas de reunião.

São atribuições do NDE:

- Contribuir para a construção, implementação, avaliação e constante aprimoramento do Projeto Pedagógico do Curso;
- Promover discussões e ações no sentido de garantir a interdisciplinaridade entre as diferentes atividades de ensino-aprendizagem do curso;
- Contribuir para melhoria das atividades de estágio curricular supervisionado, iniciação científica, atividades extensionistas, atividades complementares e trabalhos de conclusão de curso;
- Supervisionar e propor novas formas de avaliação e acompanhamento do curso;
- Conhecer e zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares do curso;
- Conhecer e zelar pelo desenvolvimento de ações que promovam a atualização da contextualização extramuros do curso e sua coerência com o perfil doegresso esperado.

Por meio da dialogicidade com os demais professores e tutores que compõem o corpo docente do curso e os discentes, o NDE analisa as ementas das UCs propondo as

adequações necessárias, analisa os conteúdos programáticos com base na coerência entre os objetivos propostos no PPC e o perfil dos egressos, promove a atualização bibliográfica, organização de planos de ensino, discussão dobre os instrumentos de avaliação e o impacto destes na formação dos estudantes, orientação didático-metodológica, orientação para a elaboração de projetos de pesquisa e extensão integrados ao ensino, desenvolvimento de parcerias, entre outras.

O planejamento curricular é definido em reuniões coletivas do NDE, onde se procura a implementação da interdisciplinaridade de todos os envolvidos no processo ensino/aprendizagem, de modo a se assegurar uma unidade de ação didático-pedagógica, a qual deve refletir-se no plano de ensino dos professores ao longo do semestre, com a utilização da metodologia diversificada e abrangente, integrada tanto por técnicas individualizadas como socializantes.

3.2.1. Regime de Trabalho do corpo docente

O corpo docente do ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA da UNISÃOJOSÉ conta com professores contratados em regime de trabalho de tempo integral, parcial e horistas. Todos são contratados na forma da CLT ou outra forma legal de contratação.

Desta forma, o regime de trabalho do corpo docente está perfeitamente adequado às demandas do curso, considerando-se o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

Os estudantes contam com a possibilidade de atendimento em fluxo contínuo, buscando orientação para suas atividades acadêmicas, sejam estas vinculadas às UCs especificamente, ou de cunho macro, como a participação em grupos de pesquisa e atividades extensionistas.

Todos os membros do NDE têm regime de trabalho de tempo integral ou parcial, garantido, não só a participação nas reuniões ordinárias e extraordinárias do colegiado, como a destinação de tempo para estudos e implementação das políticas institucionais no âmbito do curso.

As atividades realizadas pelos docentes são documentadas através de atas de reuniões, relatórios de pesquisa e/ou de extensão, além dos registros constantes dos diários de classe de cada unidade curricular.

3.2.2. Atribuições docentes

Os docentes são responsáveis pelas constantes revisões dos planos de ensino, buscando a adequação dos conteúdos programáticos, metodologias, estratégias e recursos utilizados, de forma a garantir a coerência com os objetivos e perfil de egresso propostos no PPC. Da mesma forma, como membros do Colegiado de Curso, assumem a responsabilidade pela avaliação global das atividades realizadas no âmbito do curso.

As bibliografias básica e complementar de cada UC são constantemente atualizadas com base nas análises realizadas pelo Corpo Docente, apresentas ao NDE para adequações/referendo e posterior encaminhamento à Coordenação do Curso para a aquisição dos títulos/exemplares solicitados. Os estudantes são estimulados a buscar outras fontes de informações, suplementando o acervo próprio do curso, composto pelo acervo físico, o acervo virtual e as assinaturas de periódicos científicos da área.

Na relação com os discentes, os professores assumem papel de mediadores entre os conteúdos ministrados nas diferentes UCs e o mundo do trabalho, propondo atividades de pesquisa e extensão com o intuito de estimular o estudante a uma contínua reflexão sobre seu papel na sociedade e sua intervenção profissional. Através de metodologias ativas de ensino, promovem a dialogicidade entre o saber e o saber-fazer, configurando uma união indissolúvel entre teoria e prática, demonstrada na gama de atividades externas realizadas pelos acadêmicos.

3.2.3. Experiência Profissional do docente

O considerável nível de experiência profissional no mundo do trabalho do corpo docente permite aos professores do curso uma relação direta, adequada e coerente entre os conhecimentos ministrados durante as atividades acadêmicas e a realidade vivenciada no mundo do trabalho. Garante-se, assim, a diminuição da lacuna existente entre o sabere o saber-fazer, pois a inserção nas atividades laborais fora do mundo acadêmico acaba

por exigir dos professores o constante repensar sobre os conteúdos, métodos e estratégias de ensino apresentados aos estudantes.

A vivência profissional dos docentes lhes permite utilizar exemplos e estudos de casos reais, geralmente vividos por eles próprios, o que enriquece consideravelmente as aulas ministradas. Além disso, a demonstração de que as situações explanadas são fruto de experiências reais e não simplesmente "em tese", estimula os estudantes face a significância do conhecimento assimilado.

A própria atuação do professor em suas atividades laborais fora do mundo acadêmico acaba por forçar a continuidade de estudos visando o aprimoramento de tais práticas, o que tem como efeito direto a atualização dos conteúdos a serem apresentados na formação dos futuros profissionais.

Por fim, ao relacionar os conhecimentos específicos da unidade curricular que ministra com as vivências no mundo do trabalho, transparece a interdisciplinaridade que, ao tratar de forma estanque o conteúdo de uma determina UC, nem sempre fica evidente.

3.2.4. Experiência no Exercício da Docência Superior.

Os anos de experiência no ensino superior qualificam o corpo docente do ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA da UNISÃOJOSÉ, no sentido de que se encontram perfeitamente aptos a identificar as dificuldades apresentadas pelos estudantes, promovendo ações que busquem apresentar formas diversas e inovadoras de expor os conteúdos específicos de cada unidade curricular.

Com os anos de vivência, torna-se totalmente possível e viável encontrar caminhos alternativos que permitam, por meio das avaliações diagnósticas, formativas e somativas, atuar como facilitador no processo ensino-aprendizagem, fazendo uso das informações absorvidas através do uso de diferentes instrumentos de avalição para redefinir sua própria prática docente.

A aderência do docente à unidade curricular que ministra garante o reconhecimento de sua produção, uma vez que se aliam as experiências profissionais no ensino superior com aquelas vivenciadas fora do mundo acadêmico.

3.2.5. Experiência no Exercício da Docência na Educação à Distância.

O Centro Universitário São José A UNISÃOJOSÉ acumulou, ao longo de sua história, experiências variadas e significativas em diversas áreas educacionais. Em 2012 iniciou-se todo um planejamento para o oferecimento das disciplinas semipresenciais em atendimento a Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, que revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelecendo nova redação para o tema, conforme art. 1º - As instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância.

A proposta teve como objetivo geral a criação de um Centro de Educação a Distância voltado para o desenvolvimento e a articulação de ações em Educação a Distância no oferecimento de disciplinas do eixo de formação institucional, conforme PDI, que perpassam por todos os cursos de graduação da Instituição.

Em 2013.1 iniciou-se a educação semipresencial com oferecimento de 04 unidades curriculares, à saber: Leitura, Interpretação e Produção de Textos I, Fundamentos de Filosofia, Metodologia do Trabalho Acadêmico e Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável. Em 2013.2, foram oferecidas mais quatro unidades curriculares, à saber: Leitura Interpretação e Produção de Textos II, Políticas Públicas e Terceiro Setor, Educação para Saúde e Meio Ambiente e Empreendedorismo. Em 2014.1 mais duas unidades curriculares: Ética e Cidadania e Raciocínio Lógico. Em 2014.2 as unidades curriculares Educação para Saúde e Meio Ambiente, Empreendedorismo, Ética e Cidadania, Fundamentos Socioantropológicos, Fundamentos da Filosofia, Fundamentos da Psicologia, Leitura, Interpretação e Produção de Textos I e II, Metodologia do Trabalho Acadêmico, Políticas Públicas e Terceiro Setor, Raciocínio Lógico, Responsabilidade Social e Desenvolvimento Sustentável. Já em 2017.1 iniciou o oferecimento das disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II.

A experiência na modalidade de educação a distância que a equipe multidisciplinar já acumula na UNISÃOJOSÉ permite que, através de avaliações diagnósticas, o professor

tutor possa perceber as possíveis dificuldades de aprendizagem dos estudantes cursistas das disciplinas semipresenciais.

Através das avaliações diagnósticas, formativas e somativas o professor tutor da UNISÃOJOSÉ traça seu plano de ação pedagógica contextualizado com os conteúdos dos componentes curriculares concernentes as unidades curriculares semipresenciais, elaborando assim práticas específicas para promoção da aprendizagem dos estudantes. Suas avaliações e práticas são consideradas à partir do conhecimento na modalidade EaD e também em sua formação específica o que denota a importância desse profissional que atua exercendo sua liderança junto aos estudantes.

3.3. Corpo de Tutores

O professor tutor, na perspectiva da UNISÃOJOSÉ, é um educador que contribui com as estratégias de ensino no ambiente virtual e presencial; instiga a exploração de percursos diferentes de construção de conhecimentos; problematiza o conhecimento; estabelece o diálogo com o aluno; média problemas de aprendizagem; sugere; instiga; acolhe e é um profissional exercendo a função de formar o aluno em conjunto com os docentes.

O corpo de tutores é composto de profissionais com formação na área e titulação adequada para oferecer apoio e suporte aos acadêmicos no desenvolvimento do curso. Possui formação mínima de pós-graduação lato-sensu, contudo são priorizados pela IES professores tutores com formação stricto sensu.

Como formação complementar, a UNISÃOJOSÉ oferece o curso de formação de tutores que ocorre de modo a distância, inserindo os tutores e demais cursistas dentro do Ambiente Virtual de Aprendizagem da Instituição em práticas pedagógicas voltadas ao exercício de suas funções. Durante cada semestre é ofertado pela instituição um encontro com os tutores de modo presencial para instruções de realização da tutoria, apresentando inovações em práticas de ensino baseadas nas novas metodologias ativas.

3.3.1. Interação entre Tutores, Docentes e Coordenador do Curso

As unidades curriculares dos módulos do curso perpassam pela matriz curricular do ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA de forma a contemplar o Projeto Pedagógico do Curso.

O professor tutor toma a posição de mediador do conhecimento dentro de um Ambiente Virtual de Aprendizagem e de modo presencial, ele participa ativamente do planejamento de ações estratégicas para o melhoramento constante e específico das unidades curriculares que tutora. Com este objetivo, são realizadas reuniões periódicas entre a Coordenação do Curso, o Centro de Educação a Distância, docentes, professores tutores e equipe multidisciplinar, pois caso contrário os objetivos do Projeto Institucional e Pedagógico de Curso podem não ser alcançados.

Os encontros, que são devidamente documentados, visam uma análise criteriosa das dificuldades encontradas na prática pedagógica com os estudantes, que assumem no contexto o papel de público-alvo. Dessa forma são traçadas novas estratégias através dos relatos dos interlocutores visando o processo ensino-aprendizagem.

3.3.2. Experiência do Corpo de Tutores em Educação a Distância

O Centro Universitário São José tem buscado pessoas alinhadas às novas tendências dos mercados e dispostas a se manterem sempre atualizadas e preparadas para oferecer visões estratégicas. Por isso, o diferencial está na determinação do profissional em agregar cada vez mais qualificações e experiências ao seu currículo.

Os tutores que atuam na Instituição fazem parte do mercado de trabalho da Educação a Distância há, no mínimo, 3 anos. Esse diferencial demonstra a capacidade e habilidade necessária ao tutor na assistência pedagógica específica que os cursos e unidades curriculares a distância necessitam para o pleno desenvolvimento do binômio processo ensino-aprendizagem. Tais experiência refletem de modo que o docente, no caso o professor tutor, possa, em suas ações pedagógicas, expor conteúdos em linguagem dialógica, clara e precisa a ser alcançada pela turma específica, respeitando e fazendo valer os indicadores do Projeto Pedagógico do Curso.

O professor tutor também elenca atividades específicas ao seu público-alvo, advindas de uma análise diagnóstica da turma para qual lecionará para que, dessa forma, possa atender em plenitude sua turma e então alcançar os objetivos propostos pela respectiva unidade curricular. Para tanto, é necessário ressaltar os instrumentos inovadores na área educacional que a instituição disponibiliza dentro do Ambiente Virtual de Aprendizagem e, além disso, de instrumentos ofertados por outras plataformas de ensino como complemento a prática, objetivando o melhor processo de aprendizagem do estudante.

Algumas atividades utilizadas nessas práticas que corroboram para o melhor desempenho dos estudantes e que advêm de experiências do tutor com as tecnologias de ensino são:

- o uso de wiki;
- glossários;
- Canva
- Canvas de negócios
- Pagelat
- apresentações de arquivos complementares;
- vídeos de acesso público etc.

3.3.3. Atividades de Tutoria

O Centro Universitário São José incorporou desde 2012, ao modelo pedagógico institucional o oferecimento das unidades curriculares semipresenciais de acordo com a Portaria MEC 4059/2004, que permite às IES oferecer até 20% da carga horária de cada unidade curricular ou 20% do total das unidades curriculares regulares na modalidade EAD, e mais recentemente a PORTARIA Nº 2.117, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2019, passa a autorizar que as IES introduzam a oferta de carga horária na modalidade de EAD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 40% da carga horária total do curso.

O ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA da UNISÃOJOSÉ, oferta 24 unidades curriculares e seis projetos integradores por meio de atividades à distância, síncronas e assíncronas, totalizando 1650 horas.

A Pró-reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (PROEPE), em conjunto com o Centro de Educação a Distância (CEAD), instituiu um conjunto de ações permanentes voltados para a capacitação de professores da Instituição para atuarem em EaD, tanto na qualidade de autores como também de tutores, buscando operacionalizar a implementação das metas definidas no PDI e no PPI.

Baseados em orientações do CEAD e pelo material acadêmico desenvolvido pela Coordenação do curso, os professores tutores atendem aos estudantes na apresentação dos conteúdos, aplicando seus conhecimentos e habilidades alinhados ao PPC do curso, com base nas novas tecnologias de informação e comunicação oferecidas.

Os professores tutores recebem os materiais didáticos desenvolvidos pelo professor autor, composto por:

- Ementa e Planejamento (Plano de ensino);
- Cronograma de aulas e avaliação;
- Material didático;
- Bibliografia Básica e Complementar;
- Avaliações e Manual de Acesso ao AVA.

Os tutores atuam como mediadores e orientadores das atividades, acompanhando o desenvolvimento de cada estudante e turma, especialmente por meio dos recursos e instrumentos oferecidos pelo Ambiente Virtual de Ensino e de Aprendizagem (Plataforma UNISÃOJOSÉ), bem como por outras formas de comunicação (e-mail).

A carga horária dos tutores é compatível com o número de estudantes atendidos, contemplando momentos de atendimentos síncronos e assíncronos. O tutor dispõe de horas semanais para responder mensagens dos estudantes e mediar as discussões nos fóruns. A carga horária restante deve ser destinada à tutoria remota e presencial.

O tutor terá como principal função agir como um facilitador da integração e aprendizagem, atuando para:

- Comentar as participações e atividades realizadas pelos estudantes;
- Ajudá-los a compreender o material didático da unidade curricular por meio das discussões (fóruns, mensagens pelo Portal UNISÃOJOSÉ);
- Dar explicações sobre os materiais disponibilizados, priorizando os fóruns para que o grupo possa usufruir de sua explicação;
- Indicar bibliografia complementar (também priorizando as formas coletivas no Fórum).
- Ajudar os estudantes a planejarem seus trabalhos (calendário, avisos por mensagens, utilização dos recursos disponíveis no Portal UNISÃOJOSÉ para acompanhar e notificar os prazos de entrega de atividades);
- Acompanhar os prazos para o cumprimento das atividades;
- Fornecer feedback constantemente após recebimento da mensagem;
- Participar dos encontros presenciais;
- Estimular a participação colaborativa trazendo para as discussões aqueles estudantes que não estão participando ativamente com mensagens nos Fóruns;
- Colaborar para a compreensão do material pedagógico, através da discussão e levantamento de questões; e
- Responder às perguntas dos estudantes referentes ao componente curricular, bibliografia e atividades.

Os tutores, nos momentos remotos e presenciais, têm como função principal atender os estudantes em questões relativas ao processo de aprendizagem e a prestação de orientação para que sejam atingidos os objetivos de formação em cada etapa do trabalho da unidade curricular.

O contato entre estudante/tutor possibilita que sejam feitas recomendações no sentido de aperfeiçoar o desempenho e contribuir, por exemplo, na organização do seu tempo de estudo.

Os professores tutores são avaliados periodicamente pelos estudantes do curso, com intuito de identificar a necessidade de uma possível capacitação em metodologias voltadas a educação à distância, bem como são estimulados a aplicar práticas inovadoras e criativas para a permanência e bom desempenho dos estudantes na respectiva unidade curricular e o alcance dos objetivos propostos pelo Projeto Pedagógico do ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA nas unidades curriculares do curso.

3.3.4. Conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias às atividades de tutoria.

Os conhecimentos necessários ao exercício de professor tutor no desenvolvimento das disciplinas semipresenciais estão pautados em formação mínima na graduação e especialização nas áreas afins e no conhecimento da modalidade à distância através de cursos de extensão ou especialização que possibilitem uma atuação efetiva na modalidade semipresencial.

A sua função é auxiliar nas atividades online e presencial, sanando dúvidas, ampliando conhecimentos afins, além de acompanhar a entrega de atividades planejadas para as disciplinas que são programadas durante o todo o semestre e, principalmente, motivar e orientar os estudantes na busca e expansão de novos conhecimentos. Esse profissional deverá ter habilidades como:

- Estimular a participação do grupo de estudantes, respeitando as diferenças e estabelecendo uma relação de confiança e cordialidade;
- Familiarizar o aluno com a metodologia, as ferramentas e os materiais dispostos para o autoestudo;
- Detectar com antecedência as possíveis dificuldades e problemas de aprendizagem que poderão surgir, possibilitando a busca de soluções;
- Incentivar o uso de bibliotecas, a busca de material de apoio, estimulando a pesquisa, e outras formas de trabalho intelectual;
- Conhecer os estudantes, entendendo as diferenças individuais como condicionantes do ritmo de aprendizagem;
- Estimular a interação entre os estudantes, favorecendo a comunicação entre eles, sugerindo a organização de círculos de estudo.
- Como atitudes necessárias ao exercício da tutoria, são requeridas:

- Motivar e estimular o estudante, em torno dos objetivos traçados, fomentando um sentimento de autorresponsabilidade, proporcionando a permanência do aluno na disciplina semipresencial e colaborando para sua permanência no curso;

- Controlar a participação dos estudantes, mediante monitoramento no ambiente virtual de ensino-aprendizagem;

- Tirar dúvidas quanto a informações relacionadas a disciplina semipresencial em questão;

- Conhecer os estudantes, entendendo as diferenças individuais como condicionantes do ritmo de aprendizagem;

- Estar com as atividades burocráticas em dia, (correção de atividades de aprendizagem, entre outras);

- Oferecer vias de contato entre aluno e instituição, animando e orientando o aluno nas possíveis dificuldades;

- Manter contatos com professores, coordenadores de cursos de graduação e os demais envolvidos com o processo de educação a distância.

A intervenção dos tutores deve ter um caráter provocador, que auxilie nas dúvidas e no processo de aprendizagem. As dificuldades que surgirem deverão ser rapidamente repassadas ao Centro de Educação a Distância com objetivo de realizar uma avaliação do desenvolvimento da tutoria com intuito de implementar uma possível capacitação do profissional, bem como a adoção de novas metodologias em tutoria no sentido de manter o foco dos alunos na disciplina semipresencial e obterem o desempenho necessário.

Os professores tutores, acompanham a aprendizagem e auxiliam a solucionar as dúvidas referentes aos conteúdos e às atividades junto aos estudantes. O tutor deve acompanhar o desenvolvimento das atividades, verificando a participação e identificando os avanços e dificuldades no sentido de fornecer o máximo de subsídios aos alunos mantendo contato direto com a coordenação do Núcleo de Educação a distância e através desta com a coordenação do curso.

3.4. Equipe Multidisciplinar

O CEAD – Centro de Educação à Distância é composto por uma equipe multidisciplinar que responde pelas etapas de concepção, produção e disseminação de tecnologias,

metodologias e materiais e recursos educacionais dos programas de EaD para o desenvolvimento das unidades curriculares semipresenciais dos cursos de graduação presencial e dos cursos de graduação e pós-graduação na modalidade à distância.

A equipe tem formação compatível com a modalidade, experiência na área e é composta por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, que trabalham em conjunto com objetivo de proporcionar melhor experiência e aprendizado aos estudantes. A equipe multidisciplinar possui um plano de ação e tem documentado os processos referentes aos trabalhos implementados no que tange ao EaD.

Os profissionais envolvidos participam efetivamente de todos os programas de capacitação profissional permanentes.

3.5. Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem.

Com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, que possibilitam o incremento do processo ensino-aprendizagem e permitem o pleno desenvolvimento das unidades curriculares constantes do projeto pedagógico do ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA, a UNISÃOJOSÉ incorpora, paulatinamente, ao modelo pedagógico da modalidade à distância, garantindo a acessibilidade digital e comunicacional, permitindo a interatividade de formas assíncronas e síncronas dos estudantes, docentes e professores tutores.

Esse ambiente que pode ser acessado em qualquer hora e de qualquer lugar, oferece acessibilidade a textos, vídeos aulas, links (endereços de outros sites) e orientações disponibilizadas pelos professores e tutores, além de possibilidade de comunicação e interação com a coordenação do curso, por meio do correio eletrônico (e-mail), de sessões de bate-papo (chat) e de fóruns de discussões, cujos tópicos podem ser criados pelo próprio estudante, pelos professores e pelos tutores.

Tendo em vista que o ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA, é um curso ofertado na modalidade a distância, conforme explicitado neste PPC, este, garante a acessibilidade digital e comunicacional de forma a promover a interatividade entre docentes, discentes

e professores tutores, assegurando o acesso a materiais didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitando inúmeras experiências diferenciadas de aprendizagem.

O Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVA) configura-se como um espaço onde a aprendizagem pode ser desenvolvida individual e coletivamente. Além do AVA disponibilizaremos aos estudantes, professores e tutores a Biblioteca Virtual "Minha Biblioteca".

As bibliotecas virtuais são "sistemas nos quais os recursos de informação são distribuídos via rede, independentemente de sua localização física num determinado local".

Seu acervo concentra-se diversificado com obras em todas as áreas. Também no site da UNISÃOJOSÉ e por curso disponibilizamos acesso aos nossos estudantes de links às mais renomadas bibliotecas virtuais de diversas instituições e centros de pesquisa possibilitando acesso para pesquisa e produção científica.

Atualmente, contamos com 05 laboratórios de informática todos com ar-condicionado, internet de 100 MB, computadores dos fabricantes Dell e Lenovo, monitores de 17", 19 e 21", Internet virtual de 100MB compartilhada com os laboratórios, via servidores Linux, que estarão disponíveis para o uso dos estudantes.

Além da internet dos laboratórios disponibilizamos acesso via wireless para todos os laboratórios, sala dos professores, biblioteca, pátios e salas.

Os quadros digitais estão disponíveis em 2 laboratórios: Lab1 e Lab2 também com internet de 100MB, assim como em Salas de Aula do Bloco A, que são equipadas com E-boards, quadros interativos conectados à internet móvel, o que permite a transmissão de aulas remotas.

Na Biblioteca estão disponíveis laptops, bancadas, salas reservadas, Wifi para centenas de alunos pesquisarem, assim como o Software de auxílio a deficientes visuais.

O Portal UNISÃOJOSÉ, está 100% implantado, disponibilizado para os estudantes informações sobre a vida acadêmica e financeira: lançamento de notas, disponibilização dos planos de aula, frequência diária, geração de declarações, solicitações por meio de

protocolo eletrônico, matriz curricular, históricos, carga horária de estágio e atividades complementares. A matrícula é realizada de forma 100% on-line, com seleção de unidades curriculares pelo próprio estudante, geração de boletos de mensalidades e inclusão e exclusão de unidades curriculares de forma autônoma, dentro do prazo estabelecido no calendário acadêmico.

É disponibilizado para os estudantes o aplicativo UNISÃOJOSÉ Mobile, uma aplicação para celular, desenvolvida para Android e IOS, por meio do qual o estudante tem total acesso as suas informações, turmas, unidades curriculares, professores/tutores, vida acadêmica e financeira.

Nossas redes sociais são polos geradores de conteúdos acadêmicos, trazendo atividades, eventos, palestras, amostras, seminários, debates e até atendimento on-line, amplamente disponibilizadas aos estudantes de todos os cursos.

Nosso Plano de Atualização Tecnológica Continuada, é desenvolvido e avaliado a cada início de novo período letivo, seguindo as diretrizes do PDI, sempre adaptando para atender as novidades do cenário mundial.

O Centro de TI possui um setor de atendimento pessoal, telefônico, chat, portal e e-mail exclusivo para estudantes e professores com suporte das 7h30 às 21h30, de segunda a sexta, Sábado de 8h às 13h.

3.6. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Para fortalecer o sistema de informação e comunicação, bem como potencializar a aprendizagem dos estudantes e a prática do autoestudo, o ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA conta com um ambiente virtual de aprendizagem denominado Portal UniSãoJosé.

Esta ação visa à progressiva autonomia profissional e intelectual do estudante e ao desenvolvimento de competências relacionadas à sua formação geral e específica. O ambiente virtual de aprendizagem foi desenvolvido em uma plataforma de LMS (Learning Management Systems), em parceria com a empresa de soluções em gestão de ambientes

acadêmicos UNIMESTRE e o Grupo A, por meio do qual são disponibilizados um conjunto de atividades que são trabalhadas pelo estudante, durante o oferecimento do curso.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem foi customizado para atender à proposta pedagógica dos cursos de graduação, presencias e à distância, e pós-graduação da UNISÃOJOSÉ, alinhados aos seus respectivos projetos pedagógicos de cursos, contando com uma arquitetura de fácil navegabilidade. Esse ambiente dialoga com o Material Didático, pois sua proposta é complementar, ampliar e aprofundar os estudos específicos de cada unidade curricular, o que permite tanto ao estudante, como ao tutor se sentirem participantes de uma comunidade de aprendizagem, compartilhando suas dúvidas/experiências e descobertas numa ambiência de aprendizagem colaborativa.

Nesse ambiente, os estudantes participam de atividades individuais e coletivas e são motivados pelo tutor a interagirem, construindo assim uma comunidade colaborativa de aprendizagem.

O AVA foi desenvolvido em parceria com os parceiros citados acima, para atender ao design educacional planejado, com a intenção pedagógica de criar uma ambiência construtivista de ensino-aprendizagem. Para isso, buscou-se o entrelaçamento das atividades de estudo, dos recursos operacionais do ambiente virtual e das ações de mediação pedagógica de modo que os conceitos de cooperação, colaboração, interatividade, significatividade e autonomia enredassem situações, recursos e estratégias pedagógicas variadas.

O AVA da UNISÃOJOSÉ garante de maneira excelente aos seus usuários:

- Facilidade com relação a tempo e espaço para acesso às atividades da unidade curricular;
- Possibilidade de interação e comunicação entre os participantes;
- Facilidade de acesso às informações;
- Formação de equipes interdisciplinares de tutores e estudantes;
- Elaboração de atividades que visam à superação de desafios ao conhecimento;
- Articulação do ensino com a realidade em que os estudantes se encontram;

- Viabilidade de elaboração e disponibilização de materiais didáticos, acompanhamento e gerenciamento de conteúdo;
- Possibilidade de integrar diversas mídias, linguagens e recursos que permitem potencializar atividades que estimulem e proporcionem aprendizado;
- Flexibilidade na navegação;
- Disponibilidade de formas síncronas e assíncronas de comunicação que permitem aos estudantes definirem seus próprios caminhos às informações desejadas.

3.6.1. Material Didático

O presente curso da ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA está estruturado em seis módulos de aprendizagem, compostos por quatro unidades curriculares e um projeto integrador.

As unidades curriculares se subdividem em unidades de aprendizagem (UA). O número de UAs que compõe cada UC varia de acordo com a carga horária da UC e o nível de complexidade do conteúdo específico.

O material didático das unidades curriculares semipresenciais foi elaborado por um parceiro, Sagah – Soluções Educacionais Integradas, validado e adequado por uma equipe multidisciplinar da UNISÃOJOSÉ, em conjunto com a Pro-Reitoria de Ensino, Pesquisa e Extensão, Direção da Escola de Saúde e Educação, pelo Centro de Educação à Distância, coordenação do curso, professores e tutores.

Cada unidade de aprendizagem é composta por oito objetos educacionais:

- Objetivo da aprendizagem - Os objetivos norteiam todos os conteúdos que são apresentados nas unidades de aprendizagem. O objetivo deste recurso é apresentar para os estudantes os conhecimentos que ele desenvolverá ao finalizar a aula.
- Questão discursiva – visa propiciar aos estudantes momentos de discussão e interação para que juntos possam resolver os problemas apresentados nas questões. Podem ser aprofundados em fóruns de discussão, webconference, ou algum outro momento síncrono que possibilite aprendizagem por pares.

- Infográfico – visa apresentar para o estudante, em linguagem visual, os conteúdos que serão apresentados na unidade de aprendizagem e/ou explicar conteúdos importantes de maneira atrativa.

- Conteúdo do Livro – visa aprofundar os conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base em referências bibliográficas de qualidade técnica comprovada. Para isto, são disponibilizados aos estudantes livros da biblioteca virtual Nossa Biblioteca.

- Exercício de Fixação - exercícios autoinstrucionais para que o estudante possa mensurar o seu nível de aprendizado sobre os conteúdos apresentados. Todos os exercícios possuem feedbacks comentados que explicam os motivos dos erros e acertos.

- Na prática - Este recurso de aprendizagem é utilizado para contextualizar a teoria com a prática. Neste item são apresentados exemplos de aplicação dos conteúdos. Com isto, o estudante consegue fazer associações dos conteúdos estudados com a prática de sua profissão.

- Saiba mais – o objetivo de aprendizagem deste recurso é fazer com que o estudante vá além dos conteúdos previamente selecionados para ele, colocando-o em contato com vídeos do Youtube, artigos científicos, leituras complementares.

Cada unidade de aprendizagem conta com um livro, que pode ser consultado online ou impresso no formato PDF para nortear e aprofundar as questões apresentadas.

As unidades curriculares foram construídas de forma a garantir a coerência interna do PPC do ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA, considerando o perfil do egresso projetado, os objetivos e a estrutura curricular. Assim, todos os recursos e materiais didáticos disponibilizados aos estudantes têm como objetivos: permitir o aprofundamento, facilitar o processo de aprendizagem e estimular a curiosidade do estudante para que extrapole os conteúdos ministrados em cada unidade de aprendizagem.

É disponibilizado aos estudantes o premiado plug in Hand Talk, uma ferramenta que auxilia na acessibilidade do conteúdo para pessoas surdas.

3.7. Colegiado de Curso

O Colegiado do Curso encontra-se institucionalizado, por ato da reitoria, sendo composto pelo conjunto de docentes, um representante discente e presidido pela Coordenação do

Curso, é o órgão responsável pelo gerenciamento de todas as atividades acadêmicas e administrativas no âmbito curso.

Reúne-se ordinariamente a cada semestre e extraordinariamente sempre que existem demandas. Tem a finalidade de implementar o curso, apresentando sugestões a partir de pareceres, resoluções e Das Diretrizes Curriculares Nacionais do MEC, objetivando o aprimoramento e a excelência da qualidade de ensino e produção de novos conhecimentos científicos, avaliação dos projetos de pesquisa, monitoria e estruturação do Grupo de Trabalho sobre a Avaliação do Aprendizado (GTAA).

As reuniões são agendadas no calendário acadêmico divulgado anualmente. As pautas dos encontros são elaboradas com base nas demandas institucionais ou específicas do curso, propostas pela Coordenação ou por qualquer membro integrante do colegiado.

Os assuntos são discutidos, garantindo-se o direito de voz e voto a todos os membros. As discussões e decisões tomadas são registradas em atas que são arquivadas e estão à disposição de qualquer membro da comunidade acadêmica.

Cabe ao Colegiado de Curso identificar se as decisões tomadas foram implementadas ou, quando for o caso, encaminhadas aos órgãos da administração superior.

4. INFRAESTRUTURA

O Centro Universitário São José dispõe de um complexo educacional integrador, que corresponde a cinco prédios, com estacionamentos para estudantes, docentes e funcionários técnico-administrativos, que possibilitam a excelência de atendimento.Todo planejamento visa à mobilização para oferecer instalações administrativas de qualidade aos discentes, docentes, usuários externos e a melhor estrutura de trabalho para os colaboradores administrativos. Atualmente os setores administrativos executam a demanda institucional com atendimento personalizado, buscando a qualidade e a inovação tecnológica.

Todos os ambientes são supervisionados pela VGS *Company Service* para garantir a limpeza e manutenção, assim mantendo o padrão de atendimento de excelência. Todos

os ambientes são devidamente iluminados para garantir qualidade de atendimento e a segurança de todos que circulam pela Instituição. Todos os setores contam com ar-condicionado para garantir climatização adequada e conforto para nossos discentes, docentes e colaboradores.

Os prédios possuem elevadores, o que permite acesso a portadores de necessidades especiais, as instalações são sinalizadas, com piso tátil e sinalização em Braile. Contudo estamos inovando e atualizando sempre nossas instalações e atendimentos para garantir acessibilidade e a integração a toda sociedade, contando com uma equipe exclusiva de manutenção para gestão de conservação de toda Instituição.

As instalações para atendimento aos estudantes compreendem, a central de relacionamento, o protocolo, a tesouraria, secretaria das coordenações, sala dos coordenadores, PIT – Programa de Integração ao Trabalho e sala do Núcleo de Assistência Psicopedagógica.

Todo complexo educacional conta hoje com instalações sanitárias em todos os andares e no térreo dos 5 prédios, buscando as normas de acessibilidade e segurança para seus usuários. Todos os ambientes são supervisionados pela VGS *Company Service* para garantir a limpeza, conservação e manutenção deles, buscando a utilização de um ambiente devidamente higiênico.

Embora o presente curso da ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA seja ofertado exclusivamente na modalidade à distância entendemos ser importante discriminar a infraestrutura disponível no campus, uma vez que muitos laboratórios serão utilizados para a realização de atividades presenciais, ainda que tenham que ser transmitidas, online, para estudantes de outras regiões do estado e do país que não possam estar presentes fisicamente, no momento da realização destas atividades.

4.1. Gabinetes de Trabalho

A Coordenação do Curso dispõe de gabinete individualizado, adequado no que se refere aos quesitos, espaço, recursos tecnológicos, limpeza, iluminação, espaço para guarda de materiais acadêmicos e atendimento aos discentes e docentes.

Os gabinetes de trabalho, já implantados, para os docentes possuem equipamentos de informática, satisfazendo de modo muito bom todas as necessidades, inclusive no que se refere à acessibilidade.

A sala de professores da UNISÃOJOSÉ, atende muito bem às necessidades institucionais, considerando os aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade, conservação e infraestrutura de informática.

4.2. Salas de Aula

A Instituição dispõe de um complexo educacional integrado, contando com 45 salas de aulas, distribuídas por 5 edificações, todas com excelente dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

As salas possuem espaços para comportar entre o mínimo de 50 alunos e máximo de 140 estudantes. Além de espaço amplo para desenvolvimento das atividades pedagógicas, todas estão equipadas com recursos multimídia, sendo que 25 possuem quadro interativo digital, em expansão para todas as demais.

Todas as salas contam com ar-condicionado para garantir climatização adequada e conforto para discentes e docentes. Os prédios contam com suporte de inspetoria nos espaços comuns e por andar, para auxiliar na organização e na segurança, contando com o apoio da equipe de portaria que fornece suporte na orientação de entrada e saída.

4.3. Auditórios

A Instituição possui 2 (dois) auditórios, ambos com capacidade para 90 pessoas e atendem muito bem às necessidades institucionais, nos aspectos: quantidade, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação.

Os auditórios contam com a disponibilidade de recursos multimídia, são supervisionados pela VGS *Company Service* para garantir a limpeza e manutenção, contam com ar-condicionado para garantir climatização adequada e conforto para nossos discentes e docentes, possuem acesso a portadores de necessidades especiais, com sinalização em Braille e piso tátil.

4.4. Laboratórios

Em pleno desenvolvimento, a Instituição dispõe de um complexo educacional integrador, contando com dependências que são ambientes e cenários para práticas didáticas, laboratórios multidisciplinares e Clínicas Escolas que prestam excelentes serviços de atendimento à comunidade.

Os laboratórios didáticos disponibilizados para o curso de graduação, atendem às necessidades de todas as atividades práticas previstas no curso, e com as respectivas normas de funcionamento, utilização e segurança, estão fixadas em todos os laboratórios as normas de utilização, os níveis de riscos, técnica de lavagem de mãos e procedimentos de primeiros socorros.

Todos os laboratórios apresentam conforto, manutenção periódica, serviços de apoio técnico e disponibilidade de recursos de tecnologias da informação e comunicação adequados às atividades a serem desenvolvidas, possuem quantidade de insumos, materiais e equipamentos condizentes com os espaços físicos e o número de vagas, havendo, ainda, avaliação periódica quanto às demandas, aos serviços prestados e à qualidade dos laboratórios, sendo os resultados utilizados pela gestão acadêmica para planejar o incremento da qualidade do atendimento, da demanda existente e futura e das aulas ministradas.

A limpeza e manutenção dos ambientes estão sob a responsabilidade da VGS Company Service para garantir a adequada disponibilização dos espaços, atuando principalmente entre os intervalos de todas as aulas e turnos. Todos os laboratórios e clínicas contam com ar-condicionado para garantir climatização adequada e conforto para nossos discentes, docentes e usuários.

A avaliação da adequação dos laboratórios ocorre por ocasião da avalição institucional realizada pela CPA e os resultados são apresentados ao Colegiado do Curso para que as adequações e soluções sejam implementadas de forma a garantir o perfeito desenvolvimento das atividades acadêmicas.

4.4.1. Laboratórios de Informática

A Instituição dispõe de cinco laboratórios de informática, todos com parque tecnológico moderno, climatizados e adequados quanto aos quesitos espaço, iluminação, limpeza, acústica.

- Os Laboratórios 1 e 2 contam com 22 terminais DELL INTEL CORE DUO VOSTRO200 80GB 1GB RAM WINDOWS XP, cada um;
- O Laboratório 3 conta com 20 terminais DELL INTEL CORE DUO VOSTRO200 80GB 1GB RAM WINDOWS XP;
- O Laboratório 4 conta com 16 terminais Pentium III 700 MHz 192 MB RAM HD 20 GB Windows XP; e
- O Laboratório 5 conta com 16 terminais AMD Duron 550 MHz 128 MB RAM HD 20 GB Windows 98.

Além dos equipamentos mencionados acima, a UNISÃOJOSÉ disponibiliza 12 computadores para apoio às atividades acadêmicas e administrativas com o "software" UNIMESTRE para as atividades acadêmicas.

Laboratório Informática I

Laboratório	Área (m^2)	m^2 por estação	m^2 por aluno
Laboratório 1	50	3,2	2
Descrição (Software Instalado, e/ou outros dados)			
Windows XP, Office, Linguagem de Programação e Internet Explorer.			
Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)			
Qtde: 22	DELL INTEL CORE DUO VOSTRO200 80GB 1GB RAM WINDOWS XP		

Laboratório Informática II

Laboratório	Área (m^2)	m^2 por estação	m^2 por aluno
Laboratório 2	50	3,2	2
Descrição (Software Instalado, e/ou outros dados)			
Windows XP, Office, Linguagem de Programação e Internet Explorer.			

Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)	
Qtde: 22	DELL INTEL CORE DUO VOSTRO200 80GB 1GB RAM WINDOWS XP

Laboratório Informática III

Laboratório	Área (m^2)	m^2 por estação	m^2 por aluno
Laboratório 3	36	3	1,5
Descrição (Software Instalado, e/ou outros dados)			
Windows XP, Office e Internet Explorer.			
Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)			
Qtde: 20	DELL INTEL CORE DUO VOSTRO200 80GB 1GB RAM WINDOWS XP		

Laboratório Informática IV

Laboratório	Área (m^2)	m^2 por estação	m^2 por aluno
Laboratório 4	50	3,2	2
Descrição (Software Instalado, e/ou outros dados)			
Windows XP, Office, Linguagem de Programação e Internet Explorer.			
Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)			
Qtde: 16	Pentium III 700 MHz 192 MB RAM HD 20 GB Windows XP		

Laboratório Informática V

Laboratório	Área (m^2)	m^2 por estação	m^2 por aluno
Laboratório 5	50	3,2	2
Descrição (Software Instalado, e/ou outros dados)			
Windows 98, Office, Linguagem de Programação e Internet Explorer.			
Equipamentos (Hardware Instalado e/ou outros)			
Qtde: 16	Especificações: AMD Duron 550 MHz 128 MB RAM HD 20 GB Windows 98		

4.4.1.1. Política de Uso dos Laboratórios de Informática

Todos os laboratórios de informática possuem cartazes afixados em quadro de avisos com um extrato dos itens mais importantes da política de uso, quadro resumo de pessoalde apoio quanto à disponibilidade, qualificação, regime de trabalho e vínculo profissionalcom a Instituição mantida.

O Centro Universitário São José conta com:

- 01 (um) gerente de CPD contratado, com dedicação integral e formação superior em informática;
- 01 (um) técnico de manutenção contratado, com dedicação integral e formação superior em informática;
- 01 (um) técnico de rede/telecomunicações contratado, com dedicação integral e formação técnica em informática;
- 01 (um) estagiário técnico de manutenção em regime parcial;
- 06 (seis) estagiários de informática em regime parcial;
- 02 (dois) estagiários de administração em regime parcial e
- 03 (três) monitores para esclarecimento de dúvidas dos alunos.

Quanto ao Plano de atualização tecnológica e manutenção dos equipamentos, a Instituição possui plano diretor de informática que mantém o parque instalado constantemente atualizado. A manutenção dos equipamentos é feita internamente por equipe própria e por empresa especializada terceirizada.

Os laboratórios de informática são utilizados para realização de aulas dos diversos cursos e para atividades dos estudantes, durante todo o dia. Mesmo nos horários em que existe a realização de aulas, a Instituição sempre mantém pelo menos um laboratório disponível para o acesso dos estudantes.

4.4.1.2. Recursos e Sistemas de Informática para Apoio Acadêmico e Administrativo

O Portal UNISÃOJOSÉ, que faz parte da plataforma de Gestão Educacional UNIMESTRE, está 100% implantado, com controle total da vida acadêmica e financeira dos estudantes e docentes. Lançamento de notas, frequência, planos de aulas, material de apoio aos estudos, geração de declarações, solicitações com protocolo eletrônico, matriz curricular,

histórico, carga horaria de estágio e atividades complementares, uma total transparência para o estudante, com 100% da rematrícula on-line, com seleção de disciplinas, geração de boleto, inclusão e exclusão de disciplinas dentro do prazo do calendário acadêmico etc.

Por meio do aplicativo UNISÃOJOSÉ, a nova plataforma Mobile, aplicação para celular desenvolvida para Android e IOS, o estudante e a IES, conseguem interagir de forma transparente, com total acesso às informações, turmas, disciplinas, professores, vida acadêmica e financeira, via celular, por uma conexão segura, além de permitir ao professor fazer a gestão de seu conteúdo e interação com os alunos, turmas, coordenação e setores administrativos.

A comunidade acadêmica pode realizar todas as interações necessárias via internet. Além das questões financeiras e acadêmicas, temos a solução do Minha Biblioteca, com um acervo virtual disponível a todos os estudantes, além do acesso via Web ao acervo físico de nossa IES, permitindo reservas, solicitações, renovações de empréstimos, pesquisa etc.

A Instituição dispõe de equipe de criação, que trabalha junto as mídias e ao AVA, criando conteúdos novos para nossas disciplinas semipresenciais que são assistidas por milhares de alunos todos os períodos. A integração da equipe de TI, Criação e Pedagógico nos permite atender as demandas da comunidade acadêmica rapidamente e com excelente qualidade. Utilizamos uma plataforma híbrida de Sagah e UNIMESTRE (LMS), gerando uma harmonia entre a plataforma aberta e a fechada, assim como em nossos servidores Linux e Microsoft.

O Plano de Atualização Tecnológica Continuada – Projetos (PATCP) é desenvolvido e avaliado a cada início de novo período letivo, seguindo as diretrizes do PDI, mas se adaptando para atender as novidades do cenário mundial.

O Centro de TI possui um setor de atendimento pessoal, telefônico, chat, portal e e-mail exclusivo para alunos e professores com suporte das 7h30 às 21h30, de segunda a sexta e aos sábados, das 8h às 13h.

4.4.2. Laboratórios de Formação Básica

Laboratórios didáticos de formação básica implantados no ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA:

- Laboratório de Metodologias Ativas
- Laboratório de Informática I
- Laboratório de Informática II
- Laboratório de Informática III
- Laboratório de Informática IV
- Laboratório de Informática V

4.4.3. Laboratórios de Formação Específica

Laboratórios didáticos de formação específicas implantados no curso do ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA:

- Laboratório de Práticas de Empreendedorismo
- Laboratório de Práticas de Projeto Integrador

4.4.4. Laboratórios da Área de Negócios

Laboratórios da área de Negócios implantados no CSTGP:

- Laboratório de Práticas de Empreendedorismo
- Laboratório de FÍSICA

4.5. Biblioteca

O Centro Universitário São José possui uma ampla biblioteca climatizada, com área total de 350m^2, sendo 93m² destinados para 20 gabinetes de estudo individual, 18m² destinados para as salas para estudo em grupo, 111m² destinados ao uso coletivo e 128m² destinados ao acervo. Atualmente o acervo físico encontra-se totalmente armazenado em estantes de metal, composto por 8.571 títulos e 21.995 exemplares, 210

itens em multimídia e 71 títulos de periódicos atualizados para consulta e uso em todas as áreas do conhecimento.

Encontra-se 100% informatizada através do sistema UNIMESTRE - Biblioteca, que administra e executa de forma prática toda rotina e controle de informação, banco de dados, empréstimos e relatório de gestão. As informações podem ser acessadas através de estratégias de busca pelos itens: autor, título, assunto e tipo de material. Todos os periódicos online podem ser acessados diretamente pelo portal da instituição no endereço:

http://www.saojose.br/ja-sou-aluno/biblioteca-virtualInfraestrutura – Biblioteca

Item	M^2
Área total	350
Área disponível para o acervo	128
Área para estudos Individuais	93
Área para estudos em grupo	18
Descrição dos recursos e equipamentos disponíveis	
Instalações para o acervo	Acervo armazenado em estantes de metal.
Instalações para estudos audiovisuais	20 gabinetes de estudo individual
Instalações para estudos em grupo	4 áreas para estudo em grupo
Acervo geral	Acervo composto por livros, multimídia, jornais e revistas.
Livros	Acervo totalizando 6926 títulos e 21184 exemplares.
Periódicos	Anais da Academia Brasileira de Ciências, Revista APCD, Revista RBO, Revista ABOPREV, Revista SBPC, RAE, RAP, Revista do Ministério Público, Revista de Direito Ambiental, Revista de Direito Administrativo, CRA, CRC, Brasilturis, entre outras.
Informatização	100% do acervo encontra-se informatizado.
Base de dados	COMUT e BIREME
Multimídia	106 vídeos e 47 CDs – ROM
Jornais e Revistas	69 títulos de revistas e 2 títulos de jornais.

Política de aquisição, expansão e atualização	O acervo é atualizado mediante solicitação do coordenador.
Serviços	Pesquisas do acervo por autor, título, assunto e tipos de materiais via software @ula. Outra maneira de acesso é o empréstimo/devolução e a solicitação de reservas.
Horário de funcionamento	Segunda a Sexta: das 9:00 às 22:00 Sábado: 8:00 às 12:00
Serviço de acesso ao acervo	Pelo software @ula - as funções do @ula vão desde a confecção do calendário de funcionamento da biblioteca às diversas formas de pesquisas do acervo p/ autor, título, assunto e tipos de materiais. Outro ponto de acesso é o empréstimo/devolução e a solicitação de reservas.
Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos	Conjunto de normas da ABNT para normatização de documentação e monografias

A biblioteca usa o sistema de Classificação Decimal de Dewey (CDD) e para catalogação código o AACR2 (Código de Catalogação Anglo Americano).

Além disso, a Instituição possui contrato com a biblioteca virtual “MINHA BIBLIOTECA”, consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil - Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva - que oferece às instituições de Ensino Superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet, com mais de 8 mil títulos. Permite aos estudantes acesso rápido e fácil a milhares de títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas.

Portanto, o acervo físico está integralmente tombado e informatizado e o acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários, com contrato devidamente registrado em nome do Centro Universitário São José.

A acessibilidade também é uma preocupação pertinente aos usuários da biblioteca, primordialmente quanto á acessibilidade arquitetônica, atitudinal e pedagógica. Possui uma sala exclusiva para que o acadêmico possa estudar com toda comodidade utilizando o sistema Dosvox, que permite aos deficientes visuais utilizarem o computador para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo independência no estudo.

A biblioteca da UNISÃOJOSÉ conta com: 1 bibliotecária; 1 Encarregada de biblioteca; e 3 Auxiliares de biblioteca e funciona de segunda a sexta, de 8 h às 22 h e aos Sábados, de 8:00 h às 12:00 h.

Oferece os seguintes serviços:

- Catálogo do acervo: consulta / pesquisa;
- Empréstimo domiciliar – empréstimos de materiais bibliográficos e não bibliográficos;
- Reserva de publicações: na indisponibilidade do material destinado ao empréstimo;
- Orientação ao usuário envolve: orientação na elaboração e normalização de referências; orientação no uso de obras de referências; orientação nas pesquisas e levantamento bibliográficos;
- Biblioteca virtual- "Minha Biblioteca"
- Comutação bibliográfica (COMUT) – busca de informações de artigos de periódicos, dissertações e teses a outros documentos existentes em bibliotecas nacionais;
- Serviços de ALERTA – divulgação das obras recém incorporadas ao acervo;
- Participação em redes de bibliotecas – compartilhamento entre bibliotecas da zona oeste;
- Sistema DOSVOX – sistema computacional, baseado no uso intensivo de síntese de voz, que se destina a facilitar o acesso de deficientes visuais.

A Instituição adota uma política permanente de aquisição, expansão e atualização do acervo, baseada nas necessidades dos cursos ministrados. Através do controle de utilização do acervo, os colaboradores da biblioteca informam aos coordenadores de cursos os índices de demandas, sugerindo a atualização ou aquisição de novos títulos.

As formas de execução da política de aquisição e expansão observam, em primeira instância, as recomendações do Ministério da Educação, se há uma relação direta entre o número de obras disponíveis e a quantidade de vagas ofertadas, de tal forma que possa suprir toda e qualquer expectativa de estudantes e professores nas atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Dessa forma, a aquisição, expansão e atualização do acervo é regularmente realizada com base na:

- Bibliografia básica e complementar referente a cada componente curricular dos cursos;
- Indicação do corpo docente e discente;
- Adequação dos assuntos às áreas exploradas pelos cursos oferecidos pela Instituição;
- Produção técnica, didática e científica disponível no mercado editorial;
- Necessidades derivadas dos programas de apoio à pesquisa oferecidos à professores e alunos.

Concluindo, o acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, como documento que complementa o presente PPC.

4.5.1. Adequação do Acervo

No que se refere à adequação da bibliografia básica e complementar, os docentes de cada uma das unidades curriculares (UCs) realizam, periodicamente, a revisão de suas ementas e apresentam à Coordenação de Curso a necessidade de atualização do acervo existente ou a aquisição de novos títulos, para atender às demandas de Ensino, Pesquisa e Extensão do curso. As listagens são encaminhadas à Coordenação do Curso que, após análise inicial, pauta sua aprovação ou readequação na reunião do Núcleo Docente Estruturante (NDE).

O NDE analisa as solicitações dos docentes, considerando a coerência entre os títulos solicitados, o perfil do egresso esperado, os objetivos do curso e os conteúdos específicos de cada unidade curricular, referendando a solicitação ou apresentando sugestões para adequação das bibliografias básica e complementar, além de sugerir o número de exemplares de cada título em relação ao número de vagas autorizadas para o curso.

A bibliografia explicitada no PPC do curso da ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA é referendada por relatório de adequação assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade das bibliografias básica e complementar de cada UC, considerando-se o acervo sob as dimensões qualitativa e quantitativa.

Ressalta-se que o acervo, é completamente virtual, com mais de 8.000 títulos, através da "Minha Biblioteca". A UNISÃOJOSÉ mantém assinaturas dos principais periódicos científicos na área, conforme tabela abaixo.

PERIÓDICOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	
TÍTULO	**ENDEREÇO ON LINE**
Revista Brasileira de Segurança Pública	Revista Brasileira de Segurança Pública (forumseguranca.org.br)
Revista SUSP - Sistema Único de Segurança Pública	Revista do Sistema Único de Segurança Pública (mj.gov.br)
Cadernos EBAPE.BR / Portal Capes	SciELO - Fascículos:Cadernos EBAPE.BR
FAROL - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade	Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade (ufmg.br)
Revista Segurança Pública & Cidadania	Segurança Pública & Cidadania (pf.gov.br)
Revista Brasileira de Ciências Policiais	Revista Brasileira de Ciências Policiais (pf.gov.br)
Revista LEVS - Laboratório de Estudos da Violência e Segurança	Revista LEVS (unesp.br)
Revista Direito Público	Direito Público (idp.edu.br)
Revista Brasileira de Políticas Públicas	Revista Brasileira de Políticas Públicas (uniceub.br)
Revista Brasileira de Ciências Criminais - RBCCrim	Revista Brasileira de Ciências Criminais | RBCCRIM (ibccrim.org.br)
Direito & Justiça	https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fadir
Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal	Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal (ufrgs.br)
Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal	Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal — Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (tjdft.jus.br)
TJDFT	Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal — Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (tjdft.jus.br)
Sistema Penal &Violência	Sistema Penal & Violência (pucrs.br)
Cadernos de Ética e Filosofia Política	Cadernos de Ética e Filosofia Política (usp.br)
Revista Opinião Pública	Início – Revista Opinião Pública – Cesop (unicamp.br)
Revista Direitos Humanos e Democracia	Revista Direitos Humanos e Democracia (unijui.edu.br)
Revista Eletrônica de Direito do Estado	Direito do Estado | Direito Público da Cidadania | Portal Jurídico
Revista Mercopol	Revista MERCOPOL, capacitação e Cooperação Policial para o MERCOSUL (pf.gov.br)
Revista Brasileira de Ciências Policiais (RBCP)	Revista Brasileira de Ciências Policiais (pf.gov.br)

Assim sendo, o acervo disponibilizado aos estudantes do Curso, no que se refere às bibliografias básica e complementar, é composto pelo acervo físico existente em nossa biblioteca, que se encontra adequado e devidamente atualizado no tocante à relação com as unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC, suplementado por títulos disponibilizados através da biblioteca virtual "Minha Biblioteca" e pelas assinaturas dos principais periódicos científicos na área do curso.

É utilizado o sistema UNIMESTRE de Gestão de Biblioteca que administra e executa toda rotina e controle de informação. A consulta é disponibilizada via terminais de computadores, nos quais as informações podem ser acessadas através de estratégias de busca pelos itens: Autor, título, assunto e tipo de material. Pode ser realizada por intermédio de equipamentos de uso pessoal, ou através dos terminais disponíveis na biblioteca e nos laboratórios de informática.

Todos as informações de acesso e normas de utilização da Biblioteca se encontram disponibilizados no site da Instituição, através do link "Biblioteca São José".

Desta forma, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

4.6. Estacionamentos

O Centro Universitário São José dispõe de estacionamento próprio para docentes e discentes.

- Estacionamento para alunos, pela Av Santa Cruz nº 580.
- Estacionamento para professores, pela Rua Marechal soares D'andrea nº 90.

5. PARCERIAS E CONVÊNIOS

A ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA apresenta uma grande possibilidade de atendimento às comunidades locais e regionais, tão carente de serviços sociais e de empreendedorismo para geração de renda e emprego. Por meio desta parceria que já

ocorre nos cursos supramencionados, os estudantes têm a oportunidade vivenciar a formação em serviço, com a real possibilidade de sua inserção em equipes multidisciplinares e multiprofissionais, em diferentes cenários e níveis de complexidade.

Importante ressaltar que buscamos formar um profissional do ESCOLA DE DIREITO, ORDEM E SEGURANÇA capaz de compreender que sua contribuição para projetos de grande impacto social na comunidade do entorno deve ser realizada a partir de uma visão que transcenda o fazer prático e social, pautado no modelo de desenvolvimento sustentável local.

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ

ESCOLA DE DIREITO

CURSO DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

UNIDADES CURRICULARES DO PRIMEIRO MÓDULO

- Fundamentos de Psicologia;
- Fundamentos Socioantropológicos;
- Primeiros Socorros;
- Sociedade e Direito; e
- Projeto Integrador – Laboratório de Prática I.

UNISÃOJOSÉ

PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular

FUNDAMENTOS DE PSICOLOGIA

Código	Carga Horária	Pré-Requisito
NBSJ012	**44**	**Não há**

Ementa

Caracterização da Psicologia; Perspectivas atuais; A Psicologia e o seu status científico. História da Psicologia como ciência. Psicologia positiva e felicidade. Psicologia como ciência e as escolas psicológicas: vertentes epistemológicas.

Objetivos Gerais

Analisar a emergência da psicologia como ciência e o aparecimento do espaço psicológico.

Objetivos Específicos

- Descrever o desenvolvimento da Psicologia como ciência, suas principais correntes, teorias e áreas de atuação.
- Traçar o perfil histórico dos antecedentes da Psicologia, descrevendo seu surgimento como ciência.
- Conceituar a psicologia positiva relacionando seus pilares com as situações cotidianas.
- Identificar os campos de atuação do psicólogo no Brasil, relacionar a psicologia com a sociedade e associar os conceitos de pesquisa na psicologia e os tipos de investigação.
- Reconhecer a história da Psicologia, explicando-a como ciência humana e seus paradoxos epistemológicos e identificar as escolas epistemológicas que influenciaram a construção desta ciência.
- Constatar a contribuição da escola behaviorista ou comportamentalista para a psicologia como ciência humana, o processo de construção dessa escola e sua influência para o estudo do comportamento no que se refere à aprendizagem comportamental.
- Identificar a contribuição da escola Gestaltista ao estudo do comportamento humano e os conceitos desenvolvidos no que se refere à aprendizagem e processo de construção desta escola e influência das leis gestálticas para a ciência humana.
- Identificar a contribuição e influência da escola Cognitivista ao estudo do comportamento humano, à aprendizagem, na construção do processo do conhecimento e relação no que se refere ao desenvolvimento e à constituição do sujeito que aprende.
- Listar, identificar as diferentes teorias evolutivas e seus mecanismos, reconhecendo as evidências evolutivas que sustentam as teorias da evolução biológica.

- Relacionar os processos psicológicos com os fenômenos culturais e reconhecer o desenvolvimento da percepção, da infância à idade adulta, com ênfase na mediação cultural desse processo psicológico.

Conteúdo Programático

Unidade 1: Conceitos e funções da Psicologia

1.1 Desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão

1.2 Principais correntes e teorias psicológicas

1.3 Diferentes áreas de atuação da Psicologia

Unidade 2: História da Psicologia como ciência

2.1 Perfil histórico dos antecedentes da Psicologia

2.2 Surgimento da Psicologia como ciência

2.3Psicologia como ciência do comportamento

Unidade 3: Psicologia positiva e felicidade

3.1 Conceitos que guiam a psicologia positiva

3.2 Relação dos pilares da psicologia positiva com as situações do cotidiano

3.3 Mecanismos que promovem a felicidade na perspectiva da psicologia positiva

Unidade 4: Pesquisa em Psicologia e seus desafios

4.1 Campos de atuação profissional do psicólogo no Brasil

4.2 Psicologia como ciência e como ela se relaciona com a sociedade e seus desafios

4.3 Conceitos de pesquisa na psicologia e os tipos de investigação

Unidade 5: Psicologia como ciência e as escolas psicológicas: vertentes epistemológicas

5.1 História da Psicologia e a forma pela qual a ciência se constituiu, assim como o sujeito se torna o foco principal de estudo

5.2Psicologia como ciência humana e seus paradoxos epistemológicos

5.3 Escolas epistemológicas que influenciaram a construção desta ciência

Unidade 6: Escola Psicológica: Teoria Behaviorista

6.1 Contribuição da escola behaviorista ou comportamentalista para a psicologia como ciência humana

6.2 Processo de construção dessa escola da psicologia e sua influência para o estudo do comportamento

6.3 Conceitos desenvolvidos pelo behaviorismo no que se refere à aprendizagem comportamental

Unidade 7: Escola Psicológica: Teoria Gestaltista

7.1 Contribuição da escola Gestaltista ao estudo do comportamento humano.

7.2 Conceitos desenvolvidos pela Gestalt no que se refere à aprendizagem.

7.3 Processo de construção desta escola da Psicologia e a influência das leis gestálticas para a ciência humana.

Unidade 8: Escola Psicológica: Teoria Cognitivista

8.1 Contribuição da escola Cognitivista ao estudo do comportamento humano e à aprendizagem

8.2 Processo de construção dessa escola e sua influência para a construção do processo do conhecimento

8.3 Conceitos desenvolvidos pela escola cognitivista no que se refere ao desenvolvimento e à constituição do sujeito que aprende

Unidade 9: Teorias evolutivas

9.1 Diferentes teorias evolutivas e seus mecanismos

9.2 Principais diferenças entre teorias fixistas e teorias evolucionistas

9.3 Evidências evolutivas que sustentam as teorias da evolução biológica

Unidade 10: Cultura, personalidade e percepção

10.1 Relação dos processos psicológicos com os fenômenos culturais

10.2 Relações existentes entre cultura e personalidade

10.3 Desenvolvimento da percepção, da infância à idade adulta, com ênfase na mediação cultural desse processo psicológico

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação:

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação (TA3), cuja nota obtida substituirá a menor nota dentre a TA1 e a TA2.

Bibliografia Básica:

PIRES, Luciana Rydz. [et al.] **Psicologia**. Porto Alegre, SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595023741/pageid/0 >

BARBOSA, Fernanda Egger. [et al.] **Psicologia Aplicada ao Cuidado.** Porto Alegre, SAGAH, 2020. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786581492885/pageid/0 >

GLEITMAN, Henry; REISBERG, Daniel; GROSS, James. **Psicologia**. 7 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536321400/pageid/0 >

LOPES, Daiane Duarte. **Psicologia Social.** Porto Alegre, SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025240/pageid/0 >

DALLA COLETTA, Eliane; AMARAL, Sabine Heumann; FAGUNDES, Pâmela Freitas. **Imagem Pessoal.** Porto Alegre, SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595027480/pageid/0 >

Bibliografia Complementar:

SNYDER, C. R.; LOPEZ, Shane J. **Psicologia positiva: uma abordagem científica e prática das qualidades humanas.** Porto Alegre: Artmed, 2009. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536318288/pageid/0 >

RIDLEY, Mark. **Evolução**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788536308630/pageid/0 >

FELDMAN, Robert S. **Introdução à Psicologia.** 10ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2015. E-book. Disponível em: <

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580554892/pageid/0 >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

FUNDAMENTOS SOCIOANTROPOLÓGICOS

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	44	**Não há**	

Ementa

Contexto histórico do surgimento do conhecimento científico acerca da vida social. Marcos teóricos e metodológicos do pensamento sócio-antropológico. O processo de socialização. Cultura e sociedade. Relativismo Cultural. Educação das relações étnico-raciais; Ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Globalização e transformações no mundo do trabalho. Direitos Humanos, Identidade e Alteridade. As questões étnico-raciais e o respeito às minorias.

Objetivos Gerais

Possibilitar a compreensão de conceitos e teorias antropológicas a partir da concepção do homem como ser produto-produtor de uma cultura o qual faz parte, com identidades culturais diferenciadas, fazendo-o, portanto, compreender as diversidades socioculturais no âmbito dos direitos humanos, etno racial, cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

Objetivos Específicos

- Identificar o conceito de Sociologia, analisando o percurso histórico do seu surgimento como ciência e diferenciar suas principais características.
- Justificar a construção do pensamento antropológico, definindo e descrevendo as ramificações, atribuições e os encaminhamentos da Antropologia nas últimas décadas.
- Compreender o desenvolvimento humano e sua influência na Socialização Primária, descrevendo a Socialização Secundária, os modos de viver na vida adulta, e identificar os processos de aprendizagem: exteriorização, objetivação e internalização.
- Construir e analisar o conceito de Cultura e Sociedade, criando relação entre ambos.
- Analisar a emergência do relativismo cultural no tensionamento dessa corrente com o etnocentrismo, listando as ferramentas metodológicas que permitiram colocar em prática o relativismo cultural, e descrever a noção de cultura proposta por Franz Boaz, expoente do relativismo cultural.
- Reconhecer a importância das matrizes indígena, europeia e africana na formação histórica e cultural do Brasil, analisando o histórico das Leis ns. 10.639/2003 e 11.645/2008, e identificar as possibilidades de trabalho acerca das culturas afro-brasileira, africana e indígena.
- Reconhecer as influências africanas e indígenas na constituição da cultura brasileira, analisando as representações dos africanos e indígenas na literatura brasileira,

compreendendo assim as estratégias de desconstrução de estereótipos e preconceitos em relação a eles no Brasil contemporâneo.

- Descrever e reconhecer o processo histórico de globalização, desde a sua origem ao seu desenvolvimento capitalista, identificando as influências atuais presentes.
- Explicar o desenvolvimento do trabalho dentro da sociedade capitalista: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo, relacionando o conceito de trabalho ao conceito de alienação e analisar as transformações do mundo do trabalho, diferenciando o conceito de trabalho do conceito de emprego.
- Descrever o conceito de direitos humanos, definindo alteridade e relacionando direitos humanos, identidade e alteridade com questões cruciais da contemporaneidade.
- Definir conceitualmente os processos de estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência, analisando a relação de poder existentes em situações de genocídios, etnocídios, violência de gênero e de sexualidade. Reconhecer os movimentos que reivindicam os direitos das minorias sociais: movimento feminista, LGBTT, saúde mental e movimento negro.

Conteúdo Programático

Unidade 1 Sociologia como Ciência

1.1 Conceito de Sociologia.

1.2 Percurso histórico do surgimento da Sociologia como ciência.

1.3 Principais características da Sociologia.

Unidade 2: O que é antropologia, ramificações e atribuições

2.1 Construção do pensamento antropológico.

2.2 Ramificações e atribuições da Antropologia.

2.3 Encaminhamentos da Antropologia nas últimas décadas.

Unidade 3: Socialização primária e socialização secundária

3.1 Desenvolvimento humano e sua influência na Socialização Primária.

3.2 Socialização Secundária e os modos de viver na vida adulta.

3.3 Processos de aprendizagem: exteriorização, objetivação e internalização.

Unidade 4: Cultura e a Sociedade

4.1Conceito de Cultura.

4.2Conceito de Sociedade.

4.3Relações entre Cultura e Sociedade.

Unidade 5: O Relativismo Cultural

5.1Emergência do relativismo cultural no tensionamento dessa corrente com o etnocentrismo.

5.2Ferramentas metodológicas que permitiram colocar em prática o relativismo cultural.

5.3Noção de cultura proposta por Franz Boaz, expoente do relativismo cultural.

Unidade 6: Relações étnico-raciais, ensino de História e Culturas Afro-brasileira, Africana e Indígena

6.1 Importância das matrizes indígena, europeia e africana na formação histórica e cultural do Brasil.

6.2 Histórico das Leis ns. 10.639/2003 e 11.645/2008.

6.3 Possibilidades de trabalho acerca das culturas afro-brasileira, africana e indígena.

Unidade 7: Culturas afro-brasileira e indígena na sociedade brasileira contemporânea

7.1Influências africanas e indígenas na constituição da cultura brasileira.

7.2 Representações dos africanos e indígenas na literatura brasileira.
7.3Estratégias de desconstrução de estereótipos e preconceitos em relação a africanos e indígenas no Brasil contemporâneo.

Unidade 8: Globalização

8.1Processo de globalização desde a sua origem.

8.2Globalização em seu processo histórico de desenvolvimento capitalista.

8.3 Identificar as influências atuais presentes no processo de globalização.

Unidade 9: Direitos Humanos. Identidade e Alteridade.

9.1 Conceito de direitos humanos;

9.2 Definição de alteridade.

9.3 Direitos humanos, identidade e alteridade com questões cruciais da contemporaneidade.

Unidade 10: Minorias Sociais

10.1 Definir conceitualmente os processos de estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência.
10.2 Analisar a relação de poder existentes em situações de genocídios, etnocídios, violência de gênero e de sexualidade.
10.3 Reconhecer os movimentos que reivindicam os direitos das minorias sociais: movimento feminista, LGBTT, saúde mental e movimento negro.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação:

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação (TA3), cuja nota obtida substituirá a menor nota dentre a TA1 e a TA2.

Bibliografia Básica:

MARQUES, Silvia. **Sociologia da educação.** Andrea Ramal (org.) Rio de Janeiro: LTC, 2012. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-216-2115-7/pageid/0 >

BARROSO, Priscila Farfan; BONETE, Wilian Júnior; MORAIS, Ronaldo Queiroz. **Antropologia e Cultura.** Porto Alegre: SAGAH, 2017. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595021853/pageid/0 >

LOPES, Daiane Duarte. [et al.] **Psicologia Social.** Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025240/pageid/0 >

Bibliografia Complementar:

ESCOSTEGUY, Cléa Coutinho. **Estudos Culturais em Educação.** Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595023062/pageid/0 >

KOTTAK, Conrad Phillip. **Um espelho para a humanidade: uma introdução à Antropologia Cultural.** 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. E-book. Disponível em: <

https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788580551914/pageid/0 >

PALMA, Rodrigo Freitas. **Antropologia Jurídica.** São Paulo: Saraiva Educação, 2019. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788553607990/pageid/0 >

METCALF, Peter. **Cultura e Sociedade. Coleção Homem, Cultura e Sociedade.** São Paulo: Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788502629790/pageid/0 >

SILVA, Filipe Prado Macedo da; BIRNKOTT, Ariel Dutra; LOPES, Jaíza Gomes Duarte. **Economia Política.** Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024083/pageid/0 >

SILVA, Daniele Fernandes da. **Realidade Socioeconômica e Política Brasileira**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024502/pageid/0 >

BARROSO, Priscila Farfan; BONETE, Wilian Júnior. **Estudos Culturais e Antropológicos.** Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595027862/pageid/0 >

AUGUSTINHO, Michele Nascimento. [et al.] **Sociologia Contemporânea.** Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595027855/pageid/0 >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

PRIMEIROS SOCORROS

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	44	**Não há**	

Ementa

Conceito de Primeiros Socorros. Etapas Básicas nos Primeiros Socorros. Funções, Sinais Vitais e Sinais de Apoio. Montagem de caixa de Primeiros Socorros. Noções de imobilização e transporte. Lesões traumáticas I: ferimentos, hemorragias, queimaduras, afogamento. Lesões traumáticas II: traumas, entorses, luxações, fraturas, distensão, estiramento. Emergências Clínicas associadas à perda da consciência e a alterações no sistema cardiovascular. Lesões clínicas: vertigens, desmaios, convulsão, infarto, parada cardiorrespiratória, acidente vascular encefálico. Intoxicações e Envenenamentos. Emergências e urgências coletivas. Particularidades no atendimento a crianças e idosos

Objetivos Gerais

Explicar o conceito de primeiros socorros. Identificar as etapas básicas aplicadas aos primeiros socorros. Avaliar os sinais vitais e de apoio. Explicar os itens primordiais que compõem uma caixa de primeiros socorros. Identificar os primeiros cuidados a serem adotados pelo socorrista de acordo com a necessidade percebida da situação. Identificar os procedimentos a serem adotados durante uma lesão por queimadura, de afogamento e de hemorragia. Compreender as principais lesões em tecidos musculares. Reconhecer as alterações sofridas pelo sistema nervoso central que podem levar à perda súbita de consciência. Identificar as desordens cardiovasculares predominantes e seus acometimentos. Elaborar ações de socorro para emergências causadas por envenenamento. Listar atitudes que devem ser evitadas durante uma urgência coletiva. Reconhecer como o DNA se tornou o material genético.

Objetivos Específicos

- Explicar o conceito de primeiros socorros. Determinar as ações de avaliação primária. Descrever as ações e limitações na prestação de primeiros socorros.
- Identificar as etapas básicas aplicadas aos primeiros socorros. Analisar as características do local onde ocorreu o acidente. Descrever ações de cuidados e proteção com a pessoa que sofreu o acidente.
- Descrever as funções vitais. Examinar os sinais vitais e de apoio. Avaliar os sinais vitais e de apoio.

- Explicar os itens primordiais que compõem uma caixa de primeiros socorros. Descrever quais são os itens em caso de lesões perfurocortantes. Identificar quais são os itens da caixa de primeiros socorros e como devem ser utilizados em caso de lesões musculoesqueléticas.
- Identificar os primeiros cuidados a serem adotados pelo socorrista de acordo com a necessidade percebida da situação. Reconhecer o método correto de imobilização e transporte de acidentados de acordo com a gravidade do trauma ou lesão. Listar os materiais que podem ser utilizados para imobilização do acidentado em cada caso específico de trauma ou lesão.
- Identificar os procedimentos a serem adotados durante uma lesão por queimadura. Enumerar o processo adotado durante um caso de afogamento. Descrever as normas a serem adotadas durante um caso de hemorragia.
- Compreender as principais lesões em tecidos musculares. Identificar as principais lesões em tecidos ósseos e articulares. Comparar as diferentes formas de primeiros socorros para as distintas afecções do sistema locomotor.
- Reconhecer as alterações sofridas pelo sistema nervoso central que podem levar à perda súbita de consciência. Enumerar os diferentes protocolos existentes para as emergências clínicas de verificação dos sinais cardíacos e respiratórios em pessoas acidentadas. Identificar as principais características clínicas e sinais por meio de alterações no sistema circulatório ou cardiovascular do indivíduo acidentado.
- Identificar as desordens cardiovasculares predominantes e seus acometimentos. Descrever o ciclo de intervenção em caso de parada cardiorrespiratória. Discutir as formas de intervenção do profissional de educação física frente a sinais e sintomas característicos de doenças circulatórias.
- Descrever as características e a sitomatologia das intoxicações e dos envenenamentos. Elaborar ações de socorro para emergências causadas por envenenamento. Organizar ações de socorro para emergências causadas por intoxicação.
- Descrever as características das urgências coletivas. Identificar os procedimentos gerais diante de uma urgência coletiva. Listar atitudes que devem ser evitadas durante uma urgência coletiva.
- Reconhecer como o DNA se tornou o material genético. Identificar como o DNA é replicado. Explicar o modo que as células reparam o seu DNA.

Conteúdo Programático

Unidade 1: Primeiros Socorros

1.1 Explicar o conceito de primeiros socorros
1.2 Determinar as ações de avaliação primária.
1.3 Descrever as ações e limitações na prestação de primeiros socorros.

Unidade 2: Etapas Básicas nos Primeiros Socorros

2.1 Identificar as etapas básicas aplicadas aos primeiros socorros.
2.2 Analisar as características do local onde ocorreu o acidente.
2.3 Descrever ações de cuidados e proteção com a pessoa que sofreu o acidente.

Unidade 3: Funções, Sinais Vitais e Sinais de Apoio

3.1 Descrever as funções vitais.

3.2 Examinar os sinais vitais e de apoio.

3.3 Avaliar os sinais vitais e de apoio.

Unidade 4: Montagem de caixa de Primeiros Socorros

4.1 Explicar os itens primordiais que compõem uma caixa de primeiros socorros.

4.2 Descrever quais são os itens em caso de lesões perfurocortantes.

4.3 Identificar quais são os itens da caixa de primeiros socorros e como devem ser utilizados em caso de lesões musculoesqueléticas.

Unidade 5: Noções de imobilização e transporte

5.1 Identificar os primeiros cuidados a serem adotados pelo socorrista de acordo com a necessidade percebida da situação.

5.2 Reconhecer o método correto de imobilização e transporte de acidentados de acordo com a gravidade do trauma ou lesão.

5.3 Listar os materiais que podem ser utilizados para imobilização do acidentado em cada caso específico de trauma ou lesão.

Unidade 6: Lesões traumáticas I: ferimentos, hemorragias, queimaduras, afogamento

6.1 Identificar os procedimentos a serem adotados durante uma lesão por queimadura.

6.2 Enumerar o processo adotado durante um caso de afogamento.

6.3 Descrever as normas a serem adotadas durante um caso de hemorragia.

Unidade 7: Lesões traumáticas II: traumas, entorses, luxações, fraturas, distensão, estiramento

7.1 Compreender as principais lesões em tecidos musculares.

7.2 Identificar as principais lesões em tecidos ósseos e articulares.

7.3 Comparar as diferentes formas de primeiros socorros para as distintas afecções do sistema locomotor.

Unidade 8: Emergências clínicas associadas à perda da consciência e a alterações no sistema cardiovascular

8.1 Reconhecer as alterações sofridas pelo sistema nervoso central que podem levar à perda súbita de consciência.

8.2 Enumerar os diferentes protocolos existentes para as emergências clínicas de verificação dos sinais cardíacos e respiratórios em pessoas acidentadas.

8.3 Identificar as principais características clínicas e sinais por meio de alterações no sistema circulatório ou cardiovascular do indivíduo acidentado.

Unidade 9: Lesões clínicas: vertigens, desmaios, convulsão, infarto, parada cardiorrespiratória, acidente vascular encefálico

9.1 Identificar as desordens cardiovasculares predominantes e seus acometimentos.

9.2 Descrever o ciclo de intervenção em caso de parada cardiorrespiratória.

9.3 Discutir as formas de intervenção do profissional de educação física frente a sinais e sintomas característicos de doenças circulatórias.

Unidade 10: Intoxicações e Envenenamentos

10.1 Descrever as características e a sitomatologia das intoxicações e dos envenenamentos.

10.2 Elaborar ações de socorro para emergências causadas por envenenamento.

10.3 Organizar ações de socorro para emergências causadas por intoxicação.

Unidade 11: Emergências e urgências coletivas

11.1 Descrever as características das urgências coletivas.

11.2 Identificar os procedimentos gerais diante de uma urgência coletiva.

11.3 Listar atitudes que devem ser evitadas durante uma urgência coletiva.

Unidade 12: A base molecular da Hereditariedade

12.1 Reconhecer como o DNA se tornou o material genético.

12.2 Identificar como o DNA é replicado.

12.3 Explicar o modo que as células reparam o seu DNA.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação.

Bibliografia Básica:

MATTOS, Ubirajara Aluizio de Oliveira; MÁSCULO, Francisco Soares. 2. Ed. **Higiene e Segurança do Trabalho.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2019. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595150959/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/4/2[cover01]/2%4076:54 >

HAUBERT, Marcio. **Primeiros Socorros**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024885/pageid/0 >

ROCHA, Lívia Céspedes e Fabiana Dias da. (org.) 25. Ed. **Segurança e Medicina do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555595635/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dmy-html-cover0]!/4/2/2%4049:2 >

Bibliografia Complementar:

BARBIERI, João Francisco; BULGARELLI, Pedro Luiz. **Primeiros Atendimentos Em Educação Física**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595025981/pageid/0 >

REECE, Jane B. [et al.] **Biologia de Campbell**. 10. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2015. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788582712306/pageid/0 >

KARREN, Keith J. **Primeiros socorros para estudantes**. 10ª ed. Barueri [SP]: Editora Manole, 2013. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520462430/ >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

Data:	Ass. Professor:	Ass. Coordenador:
___/___/___	----------	----------

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

SOCIEDADE E DIREITO

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	66	**Não há**	

Ementa

Relação entre Sociedade, Direito E Estado. Elementos constitutivos do Estado. A evolução do Estado. O Estado Constitucional. O Estado de Direito. Estado e Democracia. Evoluções do Estado Liberal e Estado Democrático de Direito. Ciência do direito. Fontes do direito. Sujeitos do direito. Norma jurídica. Ramos do direito.

Objetivos Gerais

Identificar a importância do Direito para a sociedade e vice-versa. Os elementos constitutivos do Estado. Caracterizar o Estado na Antiguidade. Definir a criação dos estados modernos (constitucionais). Os elementos caracterizadores do Estado de direito. Diferenciar democracias direta, semidireta e representativa. Reconhecer a importância do Estado Liberal na história do Direito. Diferenciar a teoria dogmática da zetética. Apontar quem é pessoa natural e pessoa jurídica. Classificar as normas jurídicas. Compreender os ramos do Direito Público e Privado.

Objetivos Específicos

- Identificar a importância do Direito para a sociedade e vice-versa. Apontar a relação entre Direito e Estado. Reconhecer o Direito como instrumento de controle social.
- Os elementos constitutivos do Estado. Diferenciar os conceitos de povo e nação. Explicar os conceitos de soberania, poder e território.
- Caracterizar o Estado na Antiguidade. Responder se houve ou não Estado na Idade Média. Identificar as características do Estado Moderno.
- Definir a criação dos estados modernos (constitucionais). Apontar a influência das declarações de direitos nas constituições. Diferenciar federação, confederação e Estado unitário.
- Os elementos caracterizadores do Estado de direito. Analisar as fases do Estado de direito. Demonstrar a importância da democracia no Estado de direito.
- Conceituar o que é democracia. Diferenciar democracias direta, semidireta e representativa. Demonstrar a crise na democracia atual.
- Reconhecer a importância do Estado Liberal na história do Direito. Analisar a evolução do Estado Liberal ao Social de Direito. Caracterizar o Estado Democrático de Direito.
- Diferenciar a teoria dogmática da zetética. Identificar a dogmática analítica como teoria da norma. Apontar a importância da dogmática da decisão.

- Apontar quem é pessoa natural e pessoa jurídica. Averiguar a natureza jurídica das pessoas jurídicas. Identificar o surgimento e o término dos direitos das pessoas naturais.
- Explicar e estruturar uma norma jurídica. Classificar as normas jurídicas. Diferenciar: vigência, validade e eficácia de uma norma.
- Analisar as diferenças entre Direito Público e Privado. Compreender os ramos do Direito Público e Privado. Avaliar as características dos ramos do Direito Público e Privado.

Conteúdo Programático

Unidade 1: Relação entre Sociedade, Direito E Estado

1.1 Direito para a sociedade e vice-versa.
1.2 Relação entre Direito e Estado.
1.3 Direito como instrumento de controle social.

Unidade 2: Elementos constitutivos do Estado

2.1 Elementos constitutivos do Estado.
2.2 O conceito de povo e nação.
2.3 Os conceitos de soberania, poder e território.

Unidade 3: A evolução do Estado

3.1 O Estado na Antiguidade.

3.2 Estado na Idade Média.

3.3 Estado Moderno.

Unidade 4: O Estado Constitucional

4.1 Criação dos estados modernos (constitucionais).

4.2 Declarações de direitos nas constituições.

4.3 Diferença entre federação, confederação e Estado unitário.

Unidade 5: O Estado de Direito

5.1 Características do Estado de direito.

5.2 Fases do Estado de direito.

5.3 Democracia no Estado de direito.

Unidade 6: Estado e Democracia

6.1 O que é democracia?

6.2 Diferença entre democracias direta, semidireta e representativa.

6.3 Democracia atual.

Unidade 7: Evoluções do Estado Liberal e Estado Democrático de Direito

7.1 A importância do Estado Liberal na história do Direito.

7.2 Evolução do Estado Liberal ao Social de Direito.

7.3 Características do Estado Democrático de Direito.

Unidade 8: Ciência do direito

8.1 Teoria dogmática da zetética.

8.2 Dogmática analítica como teoria da norma.

8.3 A importância da dogmática da decisão.

Unidade 9: Fontes do direito

9.1 O conceito das fontes do Direito.

9.2 Diferença entre as fontes jurídicas das fontes sociais.

9.3 Fontes do Direito.

Unidade 10: Sujeitos do direito

10.1 Pessoa Natural e Pessoa Jurídica.

10.2 Natureza jurídica das pessoas jurídicas.

10.3 O surgimento e o término dos direitos das pessoas naturais.

Unidade 11: Norma jurídica

11.1 O que é uma norma jurídica?

11.2 Classificação das normas jurídicas.

11.3 Diferença entre a vigência, validade e eficácia de uma norma.

Unidade 12: Ramos do direito

12.1 Direito Público e Direito Privado.

12.2 Diferença entre Direito Público e Privado.

12.3 Características dos ramos do Direito Público e Privado.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação

Bibliografia Básica:

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito.** 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2019. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597021417/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0]!/4/2/2%4051:2 >

GAMBA, João Roberto Gorini. **Teoria Geral do Estado e Ciência Política.** 3. Ed. Barueri [SP]: Atlas, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559775316/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/2/2%4076:54 >

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito: tradição no Ocidente e no Brasil.** 11. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530987305/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0]!/4/2/2%4051:2 >

MENDONÇA, Patrícia Esteves de. [et al.] **Legislação Civil Aplicada I**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024274/pageid/0 >

Bibliografia Complementar:

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado.** 36ª ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786553626171/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/2/2%4050:77 >

BARBERINO, Liliane da Silva. [et al.] **Teoria do Processo Judicial e Extrajudicial.** Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788595024311/pageid/0 >

JUSTEN FILHO, Marçal. **Introdução ao Estudo do Direito.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559640577/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/2/2%4051:2 >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

Data:	Ass. Professor:	Ass. Coordenador:
___/___/___	----------	----------

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ

PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular

PROJETO INTEGRADOR I

Código	**Carga Horária**	**Componente curricular teórico-prático**	**Escola**
	22	**22 horas**	**Direito**
		Componente curricular de extensão	
		22 horas	

DESCRIÇÃO	O Projeto Integrador consiste em atividades de resolução de problemas reais, a partir de uma ou mais questões específicas (questões orientadoras), constituindo um desafio cognitivo, cuja solução poderá demandar pesquisa e estudo, estimulando o estudante no confronto dos problemas do mundo real na profissão escolhida com os conteúdos assimilados durante as aulas. Em suma, o projeto integrador visa sistematizar os conhecimentos adquiridos pelos estudantes durante o desenvolvimento do curso proporcionando vivência prática-profissional mediante aplicação dos conhecimentos em situações reais. Presente em todos os períodos de sua formação, objetiva viabilizar e apresentar projetos que unam o conhecimento obtido em cada módulo por meio das respectivas unidades curriculares, desenvolver habilidades de pesquisa e interpretação de dados e informações, despertar o senso prático e o interesse pela pesquisa no exercício profissional, promover integração e cooperação tecnológica entre a UniSãoJosé e o mercado de trabalho, incentivar a criatividade e os talentos pessoais e profissionais e integrar os conhecimentos acadêmicos com a aplicação no exercício das atividades laborais. O Cronograma de Tutoria irá proporcionar um contato constante entre estudante e tutor, facilitando o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem. Deverá ser realizado individualmente ou em grupo, sob orientação do tutor, com base em suportes teóricos e metodológicos consistentes e em consonância com as normas de trabalhos acadêmicos definidos pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), sendo quesito parcial para conclusão de cada Módulo e, por consequência, do curso

	como um todo, sendo considerados na avaliação a participação nas atividades de tutoria e o cumprimento da atividade, levando-se em conta o prazo de entrega e sua qualidade acadêmica. Portanto, é importante a conclusão das atividades de cada Projeto Integrador dentro do prazo estabelecido evitando acúmulo de tarefas e atraso na conclusão de seu curso.
ATIVIDADE	"Tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuíssem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não cidadãos." (CARVALHO, 2011, p. 9) De acordo com o trecho acima, retirado do livro "Cidadania no Brasil: o longo caminho", de autoria de José Murilo de Carvalho, procure uma notícia de jornal ou revista sobre situações que ilustram (uma notícia de cada): a) a violação de direitos que envolvem uma das três vertentes da cidadania; e b) o respeito de direitos que envolvem uma das três vertentes da cidadania. O discente deve analisar cada notícia construindo uma dissertação para cada, que contenham, obrigatoriamente: • A indicação da fonte (meio de comunicação que divulgou a notícia escolhida pelo aluno); • A narrativa do caso; • A indicação do direito violado/respeitado; • A fundamentação jurídica constitucional do direito violado/respeitado; e • A análise da questão em relação aos impactos sociais e jurídicos. Para facilitar o desenvolvimento da tarefa, observe os pontos descritos nos objetivos específicos.
METODOLOGIA	***Componente curricular teórico-prático:*** Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, *webconference* e outros momentos síncronos, que possibilitem aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas. ***Componente curricular de extensão:*** Serão desenvolvidas atividades de extensão, de caráter obrigatório, pertinentes ao conteúdo da unidade curricular, previstas no PPC do curso, perfazendo o total de 22 horas.

OBJETIVO GERAL	Analisar situações reais que configuram violação/respeito aos direitos fundamentais do cidadão, relacionados à uma das três vertentes da cidadania.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	• Escolher e visitar um órgão da Defensoria Pública (estadual ou federal); • Identificar notícias reais relacionadas à cidadania; • Escolher uma notícia relacionada à violação e uma notícia relacionada ao respeito dos direitos dos cidadãos; • Descrever as notícias escolhidas; • Identificar e explicar o direito violado/respeitado; • Contrastar os fatos narrados com a Constituição Federal e apontar a fundamentação jurídica que determina a constatação de que o direito foi violado/respeitado; • Analisar a questão em relação aos impactos sociais e jurídicos; • Observar o respeito dos princípios da dignidade humana nas relações estabelecidas;
ORIENTAÇÕES	• Cada texto dissertativo deve conter o mínimo de 40 linhas (700 palavras), não incluídos o nome do aluno, o título do trabalho, as referências bibliográficas e os anexos; • Os prints ou cópias das notícias deverão ser anexados ao trabalho; • Não esqueça de mencionar as fontes, pois os textos copiados serão submetidos à aplicativos verificadores de plágio; • O aluno poderá usar livremente a sua criatividade no desenvolvimento do trabalho; • O aluno poderá utilizar qualquer fonte de informação confiável no desenvolvimento do trabalho; • Tenha atenção ao Cronograma de Tutoria.
INSTRUMENTOS	• APRENDIZAGEM EXPEDICIONÁRIA através da visita ao órgão da Defensoria Pública; • Plano de ação das atividades dos alunos; • Formulário de avaliação da tarefa; • Para facilitar o desenvolvimento do trabalho sugerimos que a procura das notícias seja feita na imprensa formal (evitar páginas do Instagram e Facebook não vinculadas a grandes veículos de informação). • Com o intuito de adquirir mais embasamento teórico ou aprofundar o estudo de alguma questão, salientamos a existência de uma biblioteca virtual de livre acesso para os alunos.
PRAZO	A data da apresentação do trabalho será alinhada com o professor da disciplina e terá como referência a semana de provas.
CRONOGRAMA DE TUTORIA	Apresentação do Cronograma de Tutoria; explicação sobre o Projeto integrador; dúvidas sobre a Unidade de Aprendizagem em curso; Apresentação dos órgãos que podem ser visitados, para cumprir a atividade expedicionária (atividade de extensão obrigatória);

	Seminário sobre a obra “Cidadania no Brasil” de José Murilo de Carvalho; Esclarecimentos finais quanto à realização do Projeto Integrador; Seminário sobre a obra “Coronelismo, enxada e voto” de Victor Nunes Leal; Seminário sobre a conferência intitulada “O mito de um futuro melhor” de John Gray na série Fronteiras do Pensamento; Discussão sobre a Unidade de Aprendizagem em curso; Apresentação do formato do relatório final do Projeto Integrador; Fechamento; discussão sobre a Unidade de Aprendizagem em curso; avaliação dos estudantes quanto o formato e as estratégias de ensino e aprendizagem; relato das principais dificuldades enfrentadas pelos alunos.
BIBLIOGRAFIA	***Básica:*** PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624610/ > PADILHA, Rodrigo. **Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988319/ > MIRAGEM, Bruno. **Teoria Geral do Direito Civil.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640805/ >
	Complementar: TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena D. **Fundamentos de Direito Civil – Vol I – Teoria Geral do Direito Civil**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642434/ > GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Parte Geral. v.1**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628465/ > GONCALVES, Marcus Vinicius R. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral. v.1**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível

	em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626485/ >	
	O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.	
Data: ___/___/___	Ass. Professor: ----------	Ass. Coordenador: ----------

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ

ESCOLA DE DIREITO

CURSO DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

UNIDADES CURRICULARES DO SEGUNDO MÓDULO

- Administração Pública e Direito;
- Coleta, Análise e Interpretação de Dados;
- Estado e Ordem;
- Raciocínio Lógico; e
- Projeto Integrador – Laboratório de Prática II.

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIREITO

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	66	**Não há**	

Ementa

Da Administração Pública. Princípios do Direito Administrativo: legalidade, supremacia do interesse público e publicidade. Princípios do Direito Administrativo: continuidade dos serviços públicos, moralidade administrativa, eficiência e segurança jurídica. Administração Indireta. Conceito e elementos do serviço público. Classificação e formas de gestão do serviço público. Cargo, emprego e função pública. Conceitos e classificação dos atos administrativos. Atributos dos atos administrativos. Poderes da Administração Pública. Fundamentos da intervenção na propriedade privada. Intervenção do Estado no domínio econômico

Objetivos Gerais

Identificar os princípios explícitos aplicáveis à Administração Pública. Descrever o princípio da legalidade. Exemplificar o princípio da moralidade administrativa. Descrever as autarquias, as agências reguladoras e as fundações que integram a administração pública indireta. Identificar os princípios do serviço público generalidade e continuidade. Definir o atual posicionamento dos tribunais superiores sobre a intervenção do Estado na propriedade dos particulares. Analisar o papel e a estrutura do CADE.

Objetivos Específicos

- Identificar os princípios explícitos aplicáveis à Administração Pública. Comparar a Administração Pública Direta com a Administração Pública Indireta. Distinguir servidor público de empregado público e os seus respectivos regimes previdenciários.
- Descrever o princípio da legalidade. Explicar o princípio da supremacia do interesse público. Definir o princípio da publicidade.
- Definir o princípio da continuidade do serviço público. Exemplificar o princípio da moralidade administrativa. Descrever os princípios da eficiência e da segurança jurídica.
- Explicar as principais características da descentralização política e administrativa. Descrever as autarquias, as agências reguladoras e as fundações que integram a administração pública indireta. Exemplificar os consórcios públicos, as empresas públicas e as sociedades de economia mista que integram a administração indireta.

- Descrever serviço público e seus elementos de definição. Identificar os princípios do serviço público generalidade e continuidade. Reconhecer os princípios do serviço público eficiência e modicidade.
- Descrever a classificação do serviço público. Exemplificar serviços públicos indelegáveis. Identificar os serviços públicos delegáveis.
- Descrever cargo, emprego e função pública e as suas principais diferenças. Classificar os cargos públicos diante do quadro funcional. Indicar as principais características dos cargos públicos.
- Conceituar atos administrativos. Explicar a classificação dos atos administrativos quanto à forma de exteriorização. Classificar os atos administrativos de acordo com seu conteúdo.
- Identificar os atributos dos atos administrativos. Explicar os elementos dos atos administrativos. Exemplificar a discricionariedade e a vinculação dos atos administrativos.
- Conceituar os poderes da Administração Pública. Descrever as características dos poderes normativo, disciplinar, hierárquico e de polícia. Identificar os julgados de tribunais superiores que evidenciem a aplicação dos poderes da Administração Pública.
- Descrever a evolução e o conceito atual de função social da propriedade. Identificar as normas constitucionais e os fundamentos que permitem a intervenção estatal na propriedade privada. Definir o atual posicionamento dos tribunais superiores sobre a intervenção do Estado na propriedade dos particulares.
- Descrever as formas de atuação do Estado no domínio econômico. Relacionar as agências reguladoras e suas respectivas áreas de atuação. Analisar o papel e a estrutura do CADE.

Conteúdo Programático

Unidade 1: Da Administração Pública

1.1 Princípios aplicáveis à Administração Pública.
1.2 Administração Pública Direta e Administração Pública Indireta.
1.3 Diferença entre servidor público de empregado público e os seus respectivos regimes previdenciários.

Unidade 2: Princípios do Direito Administrativo: legalidade, supremacia do interesse público e publicidade

2.1 Princípio da legalidade.
2.2 Princípio da supremacia do interesse público.
2.3 Princípio da publicidade.

Unidade 3: Princípios do Direito Administrativo: continuidade do serviços público, moralidade administrativa, eficiência e segurança jurídica

3.1 Princípio da continuidade do serviço público.

3.2 Princípio da moralidade administrativa.

3.3 Princípios da eficiência e da segurança jurídica.

Unidade 4: Administração Indireta

4.1 Principais características da descentralização política e administrativa.

4.2 Autarquias, as agências reguladoras e as fundações que integram a administração pública indireta.

4.3 Consórcios públicos, as empresas públicas e as sociedades de economia mista que integram a administração indireta.

Unidade 5: Conceito e elementos do serviço público

5.1 Serviço público e seus elementos de definição.

5.2 Princípios do serviço público generalidade e continuidade.

5.3 Princípios do serviço público eficiência e modicidade.

Unidade 6: Classificação e formas de gestão do serviço público

6.1 Classificação do serviço público.

6.2 Serviços públicos indelegáveis.

6.3 Serviços públicos delegáveis.

Unidade 7: Cargo, emprego e função pública

7.1 Cargo, emprego e função pública e as suas principais diferenças.

7.2 Cargos públicos diante do quadro funcional.

7.3 Principais características dos cargos públicos.

Unidade 8: Conceitos e classificação dos atos administrativos

8.1 Conceitos de atos administrativos.

8.2 Classificação dos atos administrativos quanto à forma de exteriorização.

8.3 Atos administrativos.

Unidade 9: Atributos dos atos administrativos

9.1 Atributos dos atos administrativos.

9.2 Elementos dos atos administrativos.

9.3 Discricionariedade e a vinculação dos atos administrativos.

Unidade 10: Poderes da Administração Pública

10.1 Poderes da Administração Pública.

10.2 Características dos poderes normativo, disciplinar, hierárquico e de polícia.

10.3 Aplicação dos poderes da Administração Pública.

Unidade 11: Fundamentos da intervenção na propriedade privada

11.1 Conceito de função social da propriedade.

11.2 Normas constitucionais e os fundamentos que permitem a intervenção estatal na propriedade privada.

11.3 Posicionamento dos tribunais superiores sobre a intervenção do Estado na propriedade dos particulares.

Unidade 12: Intervenção do Estado no domínio econômico

12.1 Formas de atuação do Estado no domínio econômico.

12.2 Agências reguladoras e suas respectivas áreas de atuação.

12.3 Papel e a estrutura do CADE.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação.

Bibliografia Básica:

PIETRO, Maria Sylvia Zanella D. **Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646784/ >

NOHARA, Irene Patrícia D. **Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774289/ >

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 38. Ed. Barueri [SP]: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771868/ >

SOUSA, Cássio V. Steiner de; FERNANDES, Rodrigo F.; BARBOZA, Maytê R. T. M.; [et al.] **Direito Constitucional II**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595026216/ >

Bibliografia Complementar:

SOUSA, Cássio VS.; VALGOI, Gabriele; BARBOZA, Maytê R. T. M.; e outros. **Direito administrativo**. Porto Alegre: SAGAH, 2020. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492830/ >

OLIVEIRA, Rafael Carvalho R. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647347/ >

FILHO, Marçal J. **Curso de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645770/ >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

Data:	Ass. Professor:	Ass. Coordenador:
___/___/___	----------	----------

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

COLETA, ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	44	**Não há**	

Ementa:

Coleta de dado: estatística e bibliografia. Análise exploratória de dados. Preparação de Dados. Modelo para respostas na forma de contagem. Tipos de Amostragem. Amostragem Aleatória. Fundamentos, Tipos e Aplicação de Variáveis Estatísticas. Medidas de posição e medidas de dispersão. Organização de Dados: Tabelas e Gráficos. Ferramentas básicas da Qualidade – Histogramas; Diagrama de Dispersão; Gráficos de Controle**.**

Objetivos Gerais:

Definir o que é coleta de dados e reconhecer seus principais instrumentos. Realizar a análise de dados estatísticos e bibliográficos e descrever a análise exploratória dos dados. Realizar a relação entre a análise exploratória com o pré-processamento de dados. Explicar o modelo de regressão binomial e a aplicação em ciência de dados para esse modelo. Comparar amostras e diferenciar amostra quantitativa de qualitativa. Identificar os tipos de amostragem aleatória e escolher as amostragens aleatórias adequadas.

Objetivos Específicos:

- Definir coleta de dados, reconhecer os principais instrumentos de coleta de dados e analisar as coletas de dados estatísticas e bibliográficas.
- Descrever a análise exploratória de dados, explicar os conceitos de estatística descritiva e relacionar a análise exploratória com o pré-processamento de dados.
- Identificar a natureza do processo de preparação de dados, analisar cada uma das etapas do processo e as habilidades necessárias dos pesquisadores em cada uma delas e reconhecer a necessidade da análise estatística dos dados na etapa final.
- Descrever as características de um modelo na forma de contagem, explicar o modelo de regressão binomial e identificar as aplicações em ciência de dados para o modelo de regressão binomial.
- Diferenciar amostra quantitativa de qualitativa, comparar amostras representativas, e identificar as diferentes formas de se obter amostras qualitativas.
- Diferenciar amostra aleatória de amostra não aleatória, identificar os tipos de amostragem aleatória e escolher as amostragens aleatórias adequadas.
- Definir variável estatística, identificar os tipos de variáveis e utilizar os diferentes tipos de variáveis em situações aplicadas.
- Definir as medidas de posição, média, moda e mediana, diferenciar as medidas de amplitude de variação, variância, desvio padrão, coeficiente de variação e

amplitude entre quartis e resolver problemas aplicados envolvendo medidas de posição e dispersão.
- Reconhecer porque os dados devem ser organizados em estatística, identificar os principais tipos de tabelas e gráficos e selecionar o tipo de gráfico mais adequado para cada tipo de situação.
- Reconhecer destinação e forma de elaboração do histograma, definir características e aplicações do diagrama de dispersão e identificar atributos e utilidades dos gráficos de controle

Conteúdo Programático:

UNIDADE 1. Coleta de dado: estatística e bibliografia

1.1 Coleta de dados.
1.2 Os principais instrumentos de coleta de dados.
1.3 As coletas de dados estatísticas e bibliográfica

UNIDADE 2. Análise exploratória de dados

2.1 A análise exploratória de dados.

2.2 Os conceitos de estatística descritiva.

2.3 A análise exploratória com o pré-processamento de dados.

UNIDADE 3. Preparação de Dados

3.1 A natureza do processo de preparação de dados.

3.2 As etapas do processo e as habilidades necessárias dos pesquisadores em cada uma delas.

3.3 A necessidade da análise estatística dos dados na etapa final.

UNIDADE 4. Modelo para respostas na forma de contagem

4.1 As características de um modelo na forma de contagem.

4.2 O modelo de regressão binomial.

4.3 As aplicações em ciência de dados para o modelo de regressão binomial.

UNIDADE 5. Tipos de Amostragem

5.1 Amostra quantitativa de qualitativa.

5.2 Amostras representativas.

5.3 As diferentes formas de se obter amostras qualitativas.

UNIDADE 6. Amostragem Aleatória

6.1 Amostra aleatória de amostra não aleatória.
6.2 Os tipos de amostragem aleatória.
6.3 As amostragens aleatórias adequadas.

UNIDADE 7. Fundamentos, Tipos e Aplicação de Variáveis Estatísticas

7.1 Variável estatística.

7.2 Os tipos de variáveis.

7.3 Os diferentes tipos de variáveis em situações aplicadas.

UNIDADE 8. Medidas de posição e medidas de dispersão

8.1 As medidas de posição, média, moda e mediana.

8.2 As medidas de amplitude de variação, variância, desvio padrão, coeficiente de variação e amplitude entre quartis.

8.3 Problemas aplicados envolvendo medidas de posição e dispersão.

UNIDADE 9. Organização de Dados: Tabelas e Gráficos

9.1 Por que os dados devem ser organizados em estatística.

9.2 Os principais tipos de tabelas e gráficos.

9.3 O tipo de gráfico mais adequado para cada tipo de situação.

UNIDADE 10. Ferramentas básicas da Qualidade – Histogramas; Diagrama de Dispersão; Gráficos de Controle

10.1 Destinação e forma de elaboração do histograma.

10.2 Características e aplicações do diagrama de dispersão.

10.3 Atributos e utilidades dos gráficos de controle

Procedimentos Metodológicos:

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, *webconference* e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação:

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação (TA3), cuja nota obtida substituirá a menor nota dentre a TA1 e a TA2.

Bibliografia Básica:

SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María D. P B. **Metodologia de pesquisa.** Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/ >

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L P. **Pesquisa de métodos mistos**. (Métodos de pesquisa). Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848411/ >

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa.** Porto Alegre: Penso, 2012. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848138/ >

ESTRELA, Carlos. **Metodologia científica: ciência, ensino, pesquisa**. (Métodos de pesquisa). Porto Alegre: Penso, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536702742/ >

Bibliografia Complementar:

AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. **Métodos estatísticos para as ciências sociais.** (Métodos de pesquisa). Porto Alegre: Penso, 2012. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788563899651/ >

SANTOS, Pedro António dos; KIENEN, Nádia; CASTIÑEIRA, Maria I. **Metodologia da Pesquisa Social: Da Proposição de um Problema à Redação e Apresentação**

do Relatório. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 9788522494156. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522494156/ >

SHAUGHNESSY, John J.; ZECHMEISTER, Jeanne S.; ZECHMEISTER, Eugene B. **Metodologia de Pesquisa em Psicologia**. Porto Alegre: Penso, 2012. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580551013/ >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

ESTADO E ORDEM

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	66	**Não há**	

Ementa

Constitucionalismo. Constituição. Poder Constituinte. Reforma da Constituição. Princípios fundamentais. Normas constitucionais. Teoria dos Direitos Fundamentais I. Teoria dos Direitos Fundamentais II. Da organização político-administrativa do Estado. Das competências da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. Da intervenção. Do Poder Executivo. Do Poder Legislativo. Do Poder Judiciário. *HABEAS CORPUS.*

Objetivos Gerais

Explicar a evolução histórica do constitucionalismo: da Antiguidade à época contemporânea. Apontar as diversas tipologias das Constituições. Descrever o conceito, as origens e a generalidade do Poder Constituinte. Apontar as diferenças entre reforma e revisão constitucional. Descrever os casos de revisão da Constituição de 1988 e alguns casos de reformas constitucionais. Averiguar os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil. Explicar as características e o conteúdo material da norma constitucional. Reconhecer o conceito materialmente aberto de Direitos Fundamentais a partir do conteúdo e significado do artigo 5º, parágrafo 2º, da Constituição Federal. Explicar o procedimento do *habeas corpus*.

Objetivos Específicos

- Explicar a evolução histórica do constitucionalismo: da Antiguidade à época contemporânea. Reconhecer a existência do pós-constitucionalismo e neoconstitucionalismo. Apresentar a dinâmica político-constitucional na experiência brasileira.
- Analisar os sentidos do termo Constituição. Identificar as diversas concepções de Constituição. Apontar as diversas tipologias das Constituições.
- Descrever o conceito, as origens e a generalidade do Poder Constituinte. Reconhecer a quem pertence a titularidade e a legitimidade do Poder Constituinte. Identificar as diversas espécies de Poder Constituinte, sua natureza e limites implícitos e explícitos.
- Apontar as diferenças entre reforma e revisão constitucional. Explicar o processo de reforma e os limites da reforma constitucional. Descrever os casos de revisão da Constituição de 1988 e alguns casos de reformas constitucionais.

- Analisar os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil. Explicar os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Averiguar os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.
- Explicar as características e o conteúdo material da norma constitucional. Identificar as diversas classificações quanto à eficácia das normas constitucionais. Diferenciar princípios de regras constitucionais.
- Analisar as origens, evolução e a problemática das gerações (dimensões). Identificar a dupla fundamentalidade formal e material dos direitos fundamentais na ordem constitucional. Reconhecer o conceito materialmente aberto de Direitos Fundamentais a partir do conteúdo e significado do artigo 5º, parágrafo 2º, da Constituição Federal.
- Classificação dos direitos fundamentais. Identificar a titularidade, os destinatários (eficácia vertical e horizontal) dos direitos e garantias fundamentais. Discutir o alcance e significado do artigo 5.º, § 1.º, da Constituição Federal, os limites e as restrições dos direitos fundamentais.
- Explicar as formas de Estado, em especial as formas de federação, bem como os tipos de Federalismo. Analisar as formas de incorporação, subdivisão e desmembramento de Estados. Descrever as hipóteses de criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.
- Explicar a repartição de competências da federação brasileira. Discriminar as competências da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Esquematizar a repartição de competências legislativas e materiais.
- Distinguir intervenção federal de intervenção estadual. Explicar os pressupostos materiais e formais da intervenção. Interpretar a jurisprudência das cortes superiores acerca da (im)possibilidade de intervenção.
- Definir os sistemas de governo adotados nas democracias ocidentais. Identificar as competências do Chefe e dos ministros do Poder Executivo. Descrever o procedimento de impeachment.
- Descrever a estrutura do Poder Legislativo. Determinar os Poderes e o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito. Explicar as imunidades parlamentares.
- Analisar as normas constantes na Constituição Federal acerca das disposições gerais do Poder Judiciário. Explicar o quinto constitucional, as súmulas vinculantes, a reclamação constitucional e o sistema de precatórios. Esquematizar a organização do Poder Judiciário de acordo com as suas competências.
- Definir as hipóteses de cabimento, bem como os legitimados para ingresso do *habeas corpus*. Explicar o procedimento do *habeas corpus*. Analisar as súmulas e as jurisprudências dos tribunais superiores acerca do *habeas corpus.*

Conteúdo Programático

Unidade 1: Constitucionalismo

1.1 Evolução histórica do Constitucionalismo: da Antiguidade à época contemporânea.
1.2 Pós-constitucionalismo e Neoconstitucionalismo.
1.3 Político-constitucional na experiência brasileira.

Unidade 2: Constituição

2.1 O que é Constituição?

2.2 Concepção de Constituição
2.3 Tipologias das Constituições.

Unidade 3: Poder Constituinte

3.1 Conceito, origens e a generalidade do Poder Constituinte.

3.2 A quem pertence a titularidade e a legitimidade do Poder Constituinte.

3.3 Espécies de Poder Constituinte, sua natureza e limites implícitos e explícitos.

Unidade 4: Reforma da Constituição

4.1 Diferença entre reforma e revisão constitucional.

4.2 Reforma e os limites da reforma constitucional.

4.3 Revisão da Constituição de 1988 e alguns casos de reformas constitucionais.

Unidade 5: Princípios fundamentais

5.1 Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.

5.2 Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

5.3 Os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

Unidade 6: Normas constitucionais

6.1 Conteúdo material da norma constitucional.

6.2 Eficácia das normas constitucionais.

6.3 Princípios de regras constitucionais.

Unidade 7: Teoria dos Direitos Fundamentais I

7.1 Origens, evolução e a problemática das gerações (dimensões).

7.2 Dupla fundamentalidade formal e material dos direitos fundamentais na ordem constitucional.

7.3 Conceito materialmente aberto de Direitos Fundamentais a partir do conteúdo e significado do artigo 5º, parágrafo 2º, da Constituição Federal.

Unidade 8: Teoria dos Direitos Fundamentais II

8.1 Classificação dos direitos fundamentais.

8.2 A titularidade, os destinatários (eficácia vertical e horizontal) dos direitos e garantias fundamentais.

8.3 Artigo 5.º, § 1.º, da Constituição Federal, os limites e as restrições dos direitos fundamentais.

Unidade 9: Da organização político-administrativa do Estado

9.1 Formas de Estado, formas de federação e tipos de Federalismo.

9.2 Formas de incorporação, subdivisão e desmembramento de Estados.

9.3 Criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

Unidade 10: Das competências da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal

10.1 Competências da federação brasileira.

10.2 Competências da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

10.3 Competências legislativas e materiais.

Unidade 11: Da intervenção

11.1 Diferença da Intervenção federal de intervenção estadual.

11.2 Pressupostos materiais e formais da intervenção.

11.3 Jurisprudência das cortes superiores acerca da (im)possibilidade de intervenção.

Unidade 12: Do Poder Executivo

12.1 Sistemas de governo adotados nas democracias ocidentais.

12.2 Competências do Chefe e dos ministros do Poder Executivo.

12.3 Procedimento de *impeachment.*

Unidade 13: Do Poder Legislativo

13.1 Estrutura do Poder Legislativo.

13.2 Poderes e o funcionamento das Comissões Parlamentares de Inquérito.

13.3 Imunidades parlamentares.

Unidade 14: Do Poder Judiciário

14.1 Normas constantes na Constituição Federal acerca das disposições gerais do Poder Judiciário.

14.2 Quinto constitucional, as súmulas vinculantes, a reclamação constitucional e o sistema de precatórios.

14.3 Organização do Poder Judiciário de acordo com as suas competências.

Unidade 15: O *habeas corpus*

15.1 Hipóteses de cabimento, bem como os legitimados para ingresso do *habeas corpus*.

15.2 Procedimento do *habeas corpus*.

15.3 Súmulas e as jurisprudências dos tribunais superiores acerca do *habeas corpus*.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética

das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação.

Bibliografia Básica:

ILANES, Miriany C S.; FERNANDES, Rodrigo F.; ANTUNES, Rosana M. de M. e S.; [et al]. **Direito Constitucional I**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024458/ >

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 38. Ed. Barueri [SP]: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771868/ >

SOUSA, Cássio V. Steiner de; FERNANDES, Rodrigo F.; BARBOZA, Maytê R. T. M.; [et al.] **Direito Constitucional II**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595026216/ >

MELO, Milena B.; SILVA, Sílvia C.; ELTZ, Magnum KF [et al.]. **Instituições dos Processos Administrativos e Constitucionais.** Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595023994/ >

Bibliografia Complementar:

PADILHA, Rodrigo. **Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988319/ >

MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772827/ >

LENZA, Pedro. **Esquematizado - Direito Constitucional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553621596/ >

MOTTA, Sylvio. **Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993993/ >

SARLET, Ingo W.; MARINONI, Luiz G.; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553620490/ >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

Data:	Ass. Professor:	Ass. Coordenador:
___/___/___	----------	----------

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ

PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular

RACIOCINO LÓGICO

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
NBSJ002	**44**	**Não há**	

Ementa

Estruturas Lógicas (lógica e raciocínio lógico) - Lógica de Argumentação (argumentos e regras de inferência) - Lógica Quantitativa - Diagramas Lógicos (Lógica Analítica) – Lógica Numérica – Lógica Matemática - Razão e Proporção - Grades Lógicas (Equivalências e Implicações Lógicas) – Análise Combinatória (Princípio Fundamental da Contagem, Permutação, Arranjo e Combinação). Indução.

Objetivos Gerais

Proporcionar ao aluno, uma base teórica para a compreensão das técnicas, métodos e instrumentos eficazes de raciocino lógico-quantitativo para formulação de uma visão crítica e de estratégias de gestão por excelência auxiliando nas melhores práticas de tomada de decisão.

Objetivos Específicos

- Definir Lógica e Raciocínio Lógico.
- Conhecer argumento e regras de inferência.
- Conceituar lógica quantitativa.
- Conhecer a lógica analítica, também conhecida como lógica aristotélica.
- Entender lógica numérica.
- Compreender a lógica matemática e sua construção através do tempo.
- Abordar razão e a proporção, enfatizando duas definições, exemplos e aplicações.
- Conhecer as propriedades das relações de equivalência e implicação lógica.
- Reconhecer definições e as aplicações de arranjo e combinação aliadas aos dispositivos matemáticos.
- Estudar o conceito de indução, e conhecer como aplicar o conceito de dedução na solução de problemas.

Conteúdo Programático

UNIDADE I – LÓGICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

1.1 Definições de inferência, proposição, premissa, conclusão.

1.2 Sentenças falsas e sentenças verdadeiras

1.3 Construção de uma tabela-verdade.

UNIDADE II – ARGUMENTOS E REGRAS DE INFERÊNCIA

2.1 Definir argumento.

2.2 Validade de um argumento utilizando tabelas-verdade ou regras de inferência.

2.3 Resolução de exercícios.

UNIDADE III LÓGICA QUANTITATIVA

3.1 Notação para predicados e para sujeitos.

3.2 Quantificador universal e existencial.

3.3 Lógica proposicional com os quantificadores.

UNIDADE IV – LÓGICA ANALÍTICA.

4.1 Papel da lógica analítica (aristotélica)

4.2Diagrama de Venn para obter a conclusão para os mais diversos casos.

4.3 Resolução de problemas, a fim de resolver situações mais complexas.

UNIDADE V- LÓGICA NUMÉRICA

5.1 Conceitos de sequência e série

5.2 Teoremas através de fórmulas tabeladas de séries

5.3 Lógica numérica como um conjunto de regras para obter o próximo termo da sequência.

UNIDADE VI- LÓGICA MATEMÁTICA

6.1 Lógica, matemática, linguagem e aplicações

6.2 O uso do raciocínio lógico para provar teoremas matemáticos.

6.3 Capacidade de solução de problemas matemáticos a partir da lógica.

UNIDADE VII- RAZÃO E PROPORÇÃO

7.1Definição de razão.

7.2 Conceito de proporção

7.3 Resolução de problemas envolvendo raciocínio proporcional.

UNIDADE VIII- PROPRIEDADES DAS EQUIVALÊNCIAS E IMPLICAÇÕES LÓGICAS

8.1 Propriedades da equivalência e da lógica.

8.2 Propriedades da implicação lógica.

8.3 Propriedades da equivalência e da implicação lógica na resolução de problemas.

UNIDADE IX- ANÁLISE COMBINATÓRIA

9.1 Princípio fundamental de contagem.

9.2 Arranjo, permutação, combinação e binômio de Newton.

9.3 Problemas aplicados envolvendo combinatória.

UNIDADE X- INDUÇÃO

10.1 Definição de indução.

10.2 A indução dos demais tipos de provas.

10.3 Dedução na resolução de problemas.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite

aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação:

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação.

Bibliografia Básica:

VILLAR, Bruno. **Raciocínio Lógico-Matemático Facilitado**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987367/ >

ABDALLA, Samuel L. **Raciocínio lógico para concursos.** São Paulo: Editora Saraiva, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553604074/ >

QUILELLI, Paulo. **Raciocínio lógico matemático para concursos**. 3ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502628427/ >

Bibliografia Complementar:

LUSTOSA, Daniel. **Raciocínio Lógico-Matemático para Concursos Públicos: Teoria e Prática. (Série Provas & Concursos).** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/978-85-216-1991-8/pageid/0 >

LIPSCHUTZ, Seymour; LIPSON, Marc. **Matemática Discreta.** São Paulo: Bookman, 2013. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788565837781/pageid/2 >

Observações: O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.		
Data:	Ass. Professor:	Ass. Coordenador:

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ

PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular

PROJETO INTEGRADOR II

Código	**Carga Horária**	**Componente curricular teórico-prático**	**Escola**
	22	**22 horas**	**Direito**
		Componente curricular de extensão	
		22 horas	

DESCRIÇÃO	O Projeto Integrador consiste em atividades de resolução de problemas reais, a partir de uma ou mais questões específicas (questões orientadoras), constituindo um desafio cognitivo, cuja solução poderá demandar pesquisa e estudo, estimulando o estudante no confronto dos problemas do mundo real na profissão escolhida com os conteúdos assimilados durante as aulas. Em suma, o projeto integrador visa sistematizar os conhecimentos adquiridos pelos estudantes durante o desenvolvimento do curso proporcionando vivência prática-profissional mediante aplicação dos conhecimentos em situações reais. Presente em todos os períodos de sua formação, objetiva viabilizar e apresentar projetos que unam o conhecimento obtido em cada módulo por meio das respectivas unidades curriculares, desenvolver habilidades de pesquisa e interpretação de dados e informações, despertar o senso prático e o interesse pela pesquisa no exercício profissional, promover integração e cooperação tecnológica entre a UniSãoJosé e o mercado de trabalho, incentivar a criatividade e os talentos pessoais e profissionais e integrar os conhecimentos acadêmicos com a aplicação no exercício das atividades laborais. O Cronograma de Tutoria irá proporcionar um contato constante entre estudante e tutor, facilitando o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem. Deverá ser realizado individualmente ou em grupo, sob orientação do tutor, com base em suportes teóricos e metodológicos consistentes e em consonância com as normas de trabalhos acadêmicos definidos pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), sendo quesito parcial para conclusão de cada Módulo e, por consequência, do curso

	como um todo, sendo considerados na avaliação a participação nas atividades de tutoria e o cumprimento da atividade, levando-se em conta o prazo de entrega e sua qualidade acadêmica. Portanto, é importante a conclusão das atividades de cada Projeto Integrador dentro do prazo estabelecido evitando acúmulo de tarefas e atraso na conclusão de seu curso.
ATIVIDADE	"Alerj desiste de mudar o nome do Maracanã para Rei Pelé e vai pedir para o governador vetar o projeto. A possível mudança de nome do Estádio do Maracanã, que já tinha sido aprovada pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e só precisava da sanção do governador em exercício, sofreu uma reviravolta. A própria Alerj desistiu da proposta e pediu para que o projeto fosse vetado. Atualmente o nome oficial do estádio é Estádio Jornalista Mário Filho. O projeto iria alterar o nome para Estádio Rei Pelé." (G1 RIO, 2021, [internet]). A matéria jornalística ilustra uma realidade do legislativo brasileiro, a tramitação de projetos de lei irrelevantes. Saindo da esfera estadual e indo para a esfera municipal podemos observar que esse comportamento legislativo é antigo. Uma pesquisa realizada pela ONG Transparência Brasil verificou que 93% dos projetos da Câmara de Vereadores do Município do Rio de Janeiro são insignificantes. A pesquisa analisou os projetos de lei apresentados pelos vereadores entre os anos de 2005 e 2008, considerando irrelevantes "projetos de lei como homenagens a pessoas e instituições, batismo e rebatismo de logradouros públicos, atribuição de símbolos (bandeiras e brasões) a entidades diversas, designação de cidades irmãs e inclusão de datas comemorativas no calendário". (TRANSPARÊNCIA BRASIL, 2008, [internet]). Com base nas informações apresentadas e cientes de que esses órgãos possuem orçamentos muito caros, surge a seguinte problemática: como tornar o legislativo mais eficiente com a produção de leis que impactem positivamente a sociedade? O grupo deve se concentrar na identificação e justificativa de pelo menos 2 (duas) soluções hipotéticas que solucionem o problema apresentado, construindo uma dissertação, que contenha, obrigatoriamente: • A apresentação e explicação das soluções apresentadas; • A criação de uma fundamentação jurídica constitucional que justifique cada uma das iniciativas apresentadas; e • A análise da questão em relação aos impactos sociais e jurídicos. Para facilitar o desenvolvimento da tarefa, observe e cumpra os pontos descritos nos objetivos específicos.
METODOLOGIA	***Componente curricular teórico-prático:*** Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, *webconference* e outros momentos síncronos, que possibilitem aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de

	animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas. ***Componente curricular de extensão:*** Serão desenvolvidas atividades de extensão, de caráter obrigatório, pertinentes ao conteúdo da unidade curricular, previstas no PPC do curso, perfazendo o total de 22 horas.
OBJETIVO GERAL	Se familiarizar com um órgão do Poder Legislativo e o seu funcionamento, identificando soluções para o problema da reincidência de propostas de lei irrelevantes.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	• Escolher e visitar um órgão do poder legislativo (municipal, estadual ou federal); • Descrever e delimitar a atuação do órgão legislativo visitado; • Descrever a sua estrutura organizacional; • Criar e apresentar duas soluções para os problemas apresentados; • Explicar e justificar as soluções; • Analisar jurídica e socialmente as soluções apresentadas; • Desenvolver a oratória dos discentes através da apresentação do resultado do projeto integrador.
ORIENTAÇÕES	• Cada texto dissertativo deve conter o mínimo de 40 linhas (700 palavras), não incluídos o nome do aluno, o título do trabalho, as referências bibliográficas e os anexos; • Não esqueça de mencionar as fontes, pois os textos copiados serão submetidos à aplicativos verificadores de plágio; • O aluno poderá usar livremente a sua criatividade no desenvolvimento do trabalho; • O aluno poderá utilizar qualquer fonte de informação confiável no desenvolvimento do trabalho; • Tenha atenção ao Cronograma de Tutoria.
INSTRUMENTOS	• APRENDIZAGEM EXPEDICIONÁRIA através da visita ao órgão do legislativo; • Plano de ação das atividades dos alunos; • Formulário de avaliação da tarefa; • Com o intuito de adquirir mais embasamento teórico ou aprofundar o estudo de alguma questão, salientamos a existência de uma biblioteca virtual de livre acesso para os alunos.
PRAZO	A data da apresentação do trabalho será alinhada com o professor da disciplina e terá como referência a semana de provas.
CRONOGRAMA DE TUTORIA	Apresentação do Cronograma de Tutoria; explicação sobre o Projeto integrador; dúvidas sobre a Unidade de Aprendizagem em curso;

	Apresentação dos órgãos que podem ser visitados, para cumprir a atividade expedicionária (atividade de extensão obrigatória); Seminário sobre os conceitos gerais de processo legislativo; Esclarecimentos finais quanto à realização do Projeto Integrador; Seminário sobre a Comissão de Constituição Justiça e Cidadania; Seminário sobre a efetividade constitucional e políticas públicas; Discussão sobre a Unidade de Aprendizagem em curso; Apresentação do formato do relatório final do Projeto Integrador; Fechamento; discussão sobre a Unidade de Aprendizagem em curso; avaliação dos estudantes quanto o formato e as estratégias de ensino e aprendizagem; relato das principais dificuldades enfrentadas pelos alunos.
BIBLIOGRAFIA	***Básica:*** MORAES, Guilherme Peña de. **Curso de Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772827/ > MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 38. Ed. Barueri [SP]: Atlas, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771868/ > PADILHA, Rodrigo. **Direito Constitucional**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530988319/ >
	Complementar: ILANES, Miriany C S.; FERNANDES, Rodrigo F.; ANTUNES, Rosana M. de M. e S.; [et al]. **Direito Constitucional I**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024458/ > JUSTEN FILHO, Marçal. **Introdução ao Estudo do Direito.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559640577/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dcover]!/4/2/2%4051:2 > FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao Estudo do Direito.** 11. Ed. São Paulo: Atlas, 2019. E-book. Disponível em: <

	https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597021417/epubcfi/6/2[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0]!/4/2/2%4051:2 >	
OBSERVAÇÕES	O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.	
Data: ___/___/___	Ass. Professor: ----------	Ass. Coordenador: ----------

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ

ESCOLA DE DIREITO

CURSO DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

UNIDADES CURRICULARES DO TERCEIRO MÓDULO

- Indivíduo, Direito e Sociedade I;
- Indivíduo, Direito e Sociedade II;
- Indivíduo, Direito e Sociedade III;
- Indivíduo, Direito e Sociedade IV; e
- Projeto Integrador – Laboratório de Prática III.

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

INDIVIDUO, DIREITO E SOCIEDADE I

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	66	**Não há**	

Ementa

Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Das pessoas naturais. Direitos de personalidade. Das pessoas jurídicas. Desconsideração da personalidade jurídica. Do domicílio. Dos bens. Dos bens públicos. Do negócio jurídico. Dos defeitos do negócio jurídico Da invalidade do negócio jurídico. Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos. Da prescrição. Da decadência. Da prova do negócio jurídico.

Objetivos Gerais

Explicar a importância do estudo acerca da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Identificar o começo da personalidade natural e os direitos do nascituro. Conceituar os direitos de personalidade. Reconhecer as teorias explicativas acerca da natureza jurídica da Pessoa Jurídica. Conceituar domicílio e residência. Identificar os bens como objeto das relações jurídicas e diferenciá-los de coisas. Apontar as diversas acepções do que seja bem público. Identificar os conceitos introdutórios de ato, fato e negócio jurídico. Explicar a Teoria das Nulidades do negócio jurídico. Conceituar o que são atos jurídicos lícitos e ilícitos. Conceituar prova e meios de prova.

Objetivos Específicos

- Explicar a importância do estudo acerca da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Analisar os artigos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Identificar casos dos tribunais superiores que envolvem a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
- Identificar o começo da personalidade natural e os direitos do nascituro. Diferenciar os casos de incapacidade, morte e ausência. Analisar casos dos tribunais superiores envolvendo pessoas naturais.
- Conceituar os direitos de personalidade. Apresentar os direitos de personalidade, inclusive constitucionais. Explorar casos dos tribunais superiores envolvendo os direitos de personalidade.
- Reconhecer as teorias explicativas acerca da natureza jurídica da Pessoa Jurídica. Analisar a classificação das pessoas jurídicas. Explicar a responsabilidade civil e penal das pessoas jurídicas, bem como as hipóteses de sua extinção.
- Conceituar as hipóteses legais de desconsideração da personalidade jurídica. Analisar o incidente de desconsideração da personalidade jurídica no Código de

Processo Civil. Explorar casos dos tribunais superiores envolvendo desconsideração da personalidade jurídica.

- Conceituar domicílio e residência. Reconhecer as diversas espécies de domicílio. Explorar casos dos tribunais superiores envolvendo domicílio e residência.
- Identificar os bens como objeto das relações jurídicas e diferenciá-los de coisas. Reconhecer a classificação dos bens jurídicos. Analisar casos dos tribunais superiores envolvendo bens.
- Apontar as diversas acepções do que seja bem público. Diferenciar bem público de domínio público. Explicar as caraterísticas e as espécies de bens públicos.
- Identificar os conceitos introdutórios de ato, fato e negócio jurídico. Analisar os planos da existência, validade e eficácia do negócio jurídico. Interpretar casos, dos tribunais superiores, que envolvem o negócio jurídico.
- Conceituar o que são os defeitos dos negócios jurídicos. Explicar cada uma das espécies de defeito do negócio jurídico. Explorar casos dos tribunais superiores envolvendo os defeitos dos negócios jurídicos.
- Explicar a Teoria das Nulidades do negócio jurídico. Analisar os Artigos 166 a 184 do Código Civil. Explorar casos dos tribunais superiores envolvendo a invalidade do negócio jurídico.
- Conceituar o que são atos jurídicos lícitos e ilícitos. Apresentar as consequências dos atos ilícitos praticados. Explorar as súmulas e a jurisprudência das cortes superiores referentes aos atos ilícitos.
- Reconhecer o que é prescrição. Identificar os prazos, as causas impeditivas, as suspensivas e as interruptivas da prescrição. Analisar casos dos tribunais superiores envolvendo prescrição.
- Definir o que é decadência. Analisar os casos de decadência do Código Civil e comparar com outras normas. Averiguar casos dos tribunais superiores envolvendo decadência.
- Conceituar prova e meios de prova. Confrontar os artigos do Código Civil com os artigos envolvendo prova do Código de Processo Civil. Explorar casos dos tribunais superiores envolvendo a prova dos negócios jurídicos.

Conteúdo Programático

Unidade 1: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro

1.1 Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
1.2 artigos da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
1.3 Casos dos tribunais superiores que envolvem a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

Unidade 2: Das pessoas naturais

2.1 Personalidade natural e os direitos do nascituro.
2.2 Incapacidade, morte e ausência.
2.3 Casos dos tribunais superiores envolvendo pessoas naturais.

Unidade 3: Direitos de personalidade

3.1 Conceito de direitos de personalidade.

3.2 Direitos de personalidade, inclusive constitucionais.

3.3 Casos dos tribunais superiores envolvendo os direitos de personalidade.

Unidade 4: Das pessoas jurídicas

4.1 Natureza jurídica da Pessoa Jurídica.

4.2 Classificação das pessoas jurídicas.

4.3 Responsabilidade civil e penal das pessoas jurídicas, bem como as hipóteses de sua extinção.

Unidade 5: Desconsideração da personalidade jurídica

5.1 Hipóteses legais de desconsideração da personalidade jurídica.

5.2 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica no Código de Processo Civil.

5.3 Casos dos tribunais superiores envolvendo desconsideração da personalidade jurídica.

Unidade 6: Do domicílio

6.1 Conceito de domicílio e residência.

6.2 Espécies de domicílio.

6.3 Casos dos tribunais superiores envolvendo domicílio e residência.

Unidade 7: Dos bens

7.1 Bens como objeto de relações jurídicas e a diferença de coisas.

7.2 Classificação dos bens jurídicos.

7.3 Casos dos tribunais superiores envolvendo bens.

Unidade 8: Dos bens públicos

8.1 O que é bem público?

8.2 Diferença entre bem público de domínio público.

8.3 Caraterísticas e as espécies de bens públicos.

Unidade 9: Do negócio jurídico

9.1 Conceitos de ato, fato e negócio jurídico.

9.2 Diferença entre existência, validade e eficácia do negócio jurídico.

9.3 Casos dos tribunais superiores, que envolvem o negócio jurídico.

Unidade 10: Dos defeitos do negócio jurídico

10.1 O que são os defeitos dos negócios jurídicos.

10.2 Espécies de defeito do negócio jurídico.

10.3 Casos dos tribunais superiores envolvendo os defeitos dos negócios jurídicos.

Unidade 11: Da invalidade do negócio jurídico

11.1 Teoria das Nulidades do negócio jurídico.

11.2 Artigos 166 a 184 do Código Civil.

11.3 Casos dos tribunais superiores envolvendo a invalidade do negócio jurídico.

Unidade 12: Dos atos jurídicos lícitos e ilícitos

12.1 Conceito de atos jurídicos lícitos e ilícitos.

12.2 Consequências dos atos ilícitos praticados.

12.3 Súmulas e jurisprudência das cortes superiores referentes aos atos ilícitos.

Unidade 13: Da prescrição

13.1 Conceito de prescrição.

13.2 Os prazos, as causas impeditivas, as suspensivas e as interruptivas da prescrição.

13.3 Casos dos tribunais superiores envolvendo prescrição.

Unidade 14: Da decadência

14.1 Conceito de decadência.

14.2 Casos de decadência do Código Civil e comparar com outras normas.

14.3 Casos dos tribunais superiores envolvendo decadência.

Unidade 15: Da prova do negócio jurídico

15.1 Conceitos de prova e meios de prova.

15.2 Artigos do Código Civil e artigos do Código de Processo Civil.

15.3 Casos dos tribunais superiores envolvendo a prova dos negócios jurídicos.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação.

Bibliografia Básica:

VENOSA, Sílvio de S. **Direito Civil: Parte Geral. v.1**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772650/ >

MIRAGEM, Bruno. **Teoria Geral do Direito Civil.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640805/ >

TEPEDINO, Gustavo; OLIVA, Milena D. **Fundamentos de Direito Civil – Vol I – Teoria Geral do Direito Civil**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642434/ >

Bibliografia Complementar:

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Parte Geral. v.1**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628465/ >

GONCALVES, Marcus Vinicius R. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral. v.1**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626485/ >

VENOSA, Sílvio de S. **Direito Civil: Contratos. v.3**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775064/ >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

Data:	Ass. Professor:	Ass. Coordenador:
___/___/___	----------	----------

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

INDIVIDUO, DIREITO E SOCIEDADE II

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	66	**Não há**	

Ementa

Introdução ao direito das obrigações I. Introdução ao direito das obrigações II. Das obrigações de dar. Das obrigações de fazer e não fazer. Do pagamento: quem deve pagar. Do pagamento: do objeto e prova. Do pagamento: lugar e tempo. Inadimplemento das obrigações I. Inadimplementos das obrigações II. Noções gerais de contrato. Classificação dos contratos. Efeitos dos contratos. Extinção: causas normais e anormais

Objetivos Gerais

Definir obrigações e apresentar suas características essenciais. Analisar as fontes obrigacionais. Explicar as obrigações de dar coisa certa e incerta. Conceituar as obrigações de fazer e de não fazer. Definir quem deve efetuar o pagamento. Explicar o que é o objeto do pagamento. Analisar quando se deve pagar. Explicar a mora. Distinguir juros moratórios de juros compensatórios. Identificar os princípios aplicáveis aos contratos. Identificar as diversas formas de classificação dos contratos. Analisar os efeitos dos contratos. Explicar as causas normais e anormais de extinção contratual. Analisar a cláusula *rebus sic standibus* e a jurisprudência dos tribunais superiores.

Objetivos Específicos

- Definir obrigações e apresentar suas características essenciais. Explicar os elementos constitutivos das obrigações. Distinguir Direito das Obrigações de direitos reais.
- Analisar as fontes obrigacionais. Aplicar as teorias sobre o vínculo obrigacional. Relacionar o vínculo entre as obrigações e a boa fé.
- Explicar as obrigações de dar coisa certa e incerta. Analisar os dispositivos normativos acerca das obrigações de dar. Explorar as jurisprudências das cortes superiores acerca das obrigações de dar.
- Conceituar as obrigações de fazer e de não fazer. Analisar a impossibilidade de cumprimento da obrigação. Explorar as súmulas e acórdãos das cortes superiores acerca das obrigações de fazer e de não fazer.
- Definir quem deve efetuar o pagamento. Explicar a quem se deve efetuar o pagamento. Analisar as consequências jurídicas do pagamento efetuado à pessoa indevida.
- Explicar o que é o objeto do pagamento. Analisar os requisitos objetivos e subjetivos do pagamento. Reconhecer a possibilidade de existência de presunção de pagamento.

- Explicar onde se deve efetuar o pagamento. Analisar quando se deve pagar. Explorar a jurisprudência e as normas acerca do lugar e tempo do pagamento.
- Definir o que é inadimplemento das obrigações. Analisar as espécies de inadimplemento. Explicar a mora.
- Analisar as perdas e os danos. Distinguir juros moratórios de juros compensatórios. Definir cláusula penal e arras.
- Explicar a relevância do estudo dos contratos. Analisar os elementos constitutivos dos contratos. Identificar os princípios aplicáveis aos contratos.
- Identificar as diversas formas de classificação dos contratos. Caracterizar cada uma das formas de classificação dos contratos. Interpretar decisões de tribunais que tratem da classificação dos contratos.
- Analisar os efeitos dos contratos. Explicar direito de retenção, exceção de contrato não cumprido e arras. Definir e explorar vícios redibitórios e evicção.
- Explicar as causas normais e anormais de extinção contratual. Diferenciar resolução de resilição, nulidade de anulabilidade contratual. Analisar a cláusula *rebus sic standibus* e a jurisprudência dos tribunais superiores.

Conteúdo Programático

Unidade 1: Introdução ao direito das obrigações I

1.1 Definição de obrigações e a suas características essenciais.
1.2 Elementos constitutivos das obrigações.
1.3 Diferença entre Direito das Obrigações de direitos reais.

Unidade 2: Introdução ao direito das obrigações II

2.1 Fontes obrigacionais.
2.2 Teorias sobre o vínculo obrigacional.
2.3 Vínculo entre as obrigações e a boa fé.

Unidade 3: Das obrigações de dar

3.1 Obrigações de dar coisa certa e incerta.

3.2 Dispositivos normativos acerca das obrigações de dar.

3.3 Jurisprudências das cortes superiores acerca das obrigações de dar.

Unidade 4: Das obrigações de fazer e não fazer

4.1 Conceito de obrigações de fazer e de não fazer.

4.2 Impossibilidade de cumprimento da obrigação.

4.3 Súmulas e acórdãos das cortes superiores acerca das obrigações de fazer e de não fazer.

Unidade 5: Do pagamento: quem deve pagar e a quem se deve pagar

5.1 Quem deve efetuar o pagamento?

5.2 A quem se deve efetuar o pagamento.

5.3 Consequências jurídicas do pagamento efetuado à pessoa indevida.

Unidade 6: Do pagamento: do objeto e prova do pagamento

6.1 Objeto do pagamento.

6.2 Requisitos objetivos e subjetivos do pagamento.

6.3 Possibilidade de existência de presunção de pagamento.

Unidade 7: Do pagamento: lugar e tempo do pagamento

7.1 Onde se deve efetuar o pagamento.

7.2 Quando se deve pagar.

7.3 Jurisprudência e normas acerca do lugar e tempo do pagamento.

Unidade 8: Inadimplemento das obrigações I

8.1 O que é inadimplemento das obrigações.

8.2 Espécies de inadimplemento.

8.3 Mora.

Unidade 9: Inadimplementos das obrigações II

9.1 Perdas e danos.

9.2 Diferença entre juros moratórios de juros compensatórios.

9.3 Diferença entre cláusula penal e arras.

Unidade 10: Noções gerais de contrato

10.1 Estudo dos contratos.

10.2 Elementos constitutivos dos contratos.

10.3 Princípios aplicáveis aos contratos.

Unidade 11: Classificação dos contratos

11.1 Formas de classificação dos contratos.

11.2 Característica da classificação dos contratos.

11.3 Decisões de tribunais que tratem da classificação dos contratos.

Unidade 12: Efeitos dos contratos

12.1 Efeitos dos contratos.

12.2 Direito de retenção, exceção de contrato não cumprido e arras.

12.3 Vícios redibitórios e evicção.

Unidade 13: Extinção: causas normais e anormais

13.1 Causas normais e anormais de extinção contratual.

13.2 Diferença entre resolução de resilição, nulidade de anulabilidade contratual.

13.3 Cláusula *rebus sic standibus* e a jurisprudência dos tribunais superiores.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação.

Bibliografia Básica:

MIRAGEM, Bruno. **Direito Civil - Direito das Obrigações**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530994259/ >

LÔBO, Paulo Luiz N. **Direito Civil Volume 2 - Obrigações**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596274/ >

VENOSA, Sílvio de S. **Direito Civil: Contratos. v.3**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775064/ >

TEPEDINO, Gustavo; KONDER, Carlos N.; BANDEIRA, Paula G. **Fundamentos do Direito Civil: Contratos. v.3**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559644117/ >

Bibliografia Complementar:

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: **Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil - Vol. 2**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643660/ >

VENOSA, Sílvio de S. **Direito Civil: Obrigações e Responsabilidade Civil. v.2**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774692/ >

TEPEDINO, Gustavo; SCHREIBER, Anderson. **Fundamentos do Direito Civil: Obrigações. v.2.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647576/ >

GONCALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral das Obrigações. v.2**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786553628458. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628458/ >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

Data:	Ass. Professor:	Ass. Coordenador:
___/___/___	----------	----------

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

INDIVIDUO, DIREITO E SOCIEDADE III

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	88	**Não há**	

Ementa

Responsabilidade civil e contratos. Histórico e conceito jurídico da responsabilidade civil subjetiva, objetiva (teoria do risco e culpa presumida. Responsabilidade civil e legislação brasileira. Responsabilidade civil contratual e extracontratual. Responsabilidade civil e penal: distinções. Elementos caracterizadores da responsabilidade civil. Ato ilícito: conceito e elementos. Dano: conceito e elementos. Nexo de causalidade. Culpa *lato Sensu*: dolo e culpa (negligência, imprudência e imperícia). Excludente de ilicitude. Culpa exclusiva de terceiro e concorrente da vítima. Caso fortuito e força maior. Teoria da imprevisão.

Objetivos Gerais

Relacionar responsabilidade civil e contratos. Diferenciar obrigação de responsabilidade. Verificar a evolução histórica das espécies de responsabilidade civil. Identificar a existência da responsabilidade civil na legislação brasileira. Avaliar as implicações da responsabilidade contratual e extracontratual. Distinguir a aplicação das responsabilidades civil e penal. Analisar os elementos caracterizadores da responsabilidade civil. Diferenciar ato ilícito em sentido amplo de ato ilícito em sentido estrito, bem como as suas relações com o ato ilícito equiparado. Definir os requisitos para um dano ser indenizável. Explorar as teorias explicativas do nexo de causalidade. Relacionar os elementos da culpa e do dolo. Demonstrar a importância das excludentes de ilicitude na responsabilidade civil. Analisar a aplicabilidade do caso fortuito e da força maior nos contratos. Explorar a aplicação da teoria da imprevisão pelas Cortes Superiores.

Objetivos Específicos

- Relacionar responsabilidade civil e contratos. Definir a inexecução contratual parcial e a total. Descrever o cumprimento retardado do contrato.
- Diferenciar obrigação de responsabilidade. Posicionar a responsabilidade civil na teoria geral do direito. Analisar a natureza jurídica e a função da responsabilidade civil.
- Verificar a evolução histórica das espécies de responsabilidade civil. Explorar as espécies de responsabilidade civil. Analisar a aplicação da responsabilidade civil pelas Cortes Superiores.

- Identificar a existência da responsabilidade civil na legislação brasileira. Relacionar a responsabilidade civil e a obrigação de indenizar. Demonstrar a importância da codificação da responsabilidade civil.
- Diferenciar a responsabilidade civil contratual da extracontratual. Avaliar as implicações da responsabilidade contratual e extracontratual. Entender a responsabilidade civil nos contratos públicos.
- Distinguir a aplicação das responsabilidades civil e penal. Analisar as hipóteses em que a sentença penal faz e não faz coisa julgada no juízo cível. Reconhecer a interdependência das instâncias civil, penal e administrativa.
- Analisar os elementos caracterizadores da responsabilidade civil. Demonstrar a importância do conhecimento pormenorizado de cada um dos elementos da responsabilidade civil. Identificar um dos elementos caracterizadores da responsabilidade civil: a imputabilidade.
- Definir ato ilícito. Diferenciar ato ilícito em sentido amplo de ato ilícito em sentido estrito, bem como as suas relações com o ato ilícito equiparado. Identificar as consequências provocadas pela prática do ato ilícito.
- Conceituar dano. Definir os requisitos para um dano ser indenizável. Analisar as espécies ou modalidades de dano.
- Explorar as teorias explicativas do nexo de causalidade. Analisar as concausas e causas concorrentes. Relacionar a teoria da imputação objetiva e a responsabilidade civil.
- Diferenciar dolo de culpa. Relacionar os elementos da culpa e do dolo. Analisar as espécies de culpa.
- Conceituar excludentes de ilicitude. Demonstrar a importância das excludentes de ilicitude na responsabilidade civil. Comparar as excludentes de ilicitude à cláusula de não indenizar.
- Definir culpa exclusiva de terceiro e culpa concorrente da vítima. Aplicar a culpa exclusiva de terceiro e a culpa concorrente da vítima aos acidentes de trânsito. Avaliar a aplicação da culpa exclusiva de terceiro e concorrente da vítima nos contratos administrativos.
- Diferenciar caso fortuito de força maior. Analisar a aplicabilidade do caso fortuito e da força maior nos contratos. Explorar a jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca da aplicação do caso fortuito e da força maior.
- Definir teoria da imprevisão. Aplicar a teoria da imprevisão aos contratos administrativos. Explorar a aplicação da teoria da imprevisão pelas Cortes Superiores.

Conteúdo Programático

Unidade 1: Responsabilidade civil e contratos

1.1 Responsabilidade civil e contratos.
1.2 A inexecução contratual parcial e a total.
1.3 o cumprimento retardado do contrato.

Unidade 2: Histórico e conceito jurídico da responsabilidade civil

2.1 Diferença entre obrigação de responsabilidade.

2.2 Responsabilidade civil na teoria geral do direito.

2.3 Natureza jurídica e a função da responsabilidade civil.

Unidade 3: Responsabilidade civil subjetiva, objetiva (teoria do risco) e culpa presumida

3.1 Evolução histórica das espécies de responsabilidade civil.

3.2 Espécies de responsabilidade civil.

3.3 Aplicação da responsabilidade civil pelas Cortes Superiores.

Unidade 4: Responsabilidade civil e a legislação brasileira

4.1 Existência da responsabilidade civil na legislação brasileira.

4.2 Responsabilidade civil e a obrigação de indenizar.

4.3 A importância da codificação da responsabilidade civil.

Unidade 5: Responsabilidade civil contratual e extra-contratual

5.1 Diferença entre responsabilidade civil contratual da extracontratual.

5.2 Implicações da responsabilidade contratual e extracontratual.

5.3 Responsabilidade civil nos contratos públicos.

Unidade 6: Responsabilidade civil e penal: distinções

6.1 Aplicação das responsabilidades civil e penal.

6.2 Hipóteses em que a sentença penal faz e não faz coisa julgada no juízo cível.

6.3 Interdependência das instâncias civil, penal e administrativa.

Unidade 7: Elementos caracterizadores da responsabilidade civil

7.1 Elementos caracterizadores da responsabilidade civil.

7.2 Importância do conhecimento pormenorizado de cada um dos elementos da responsabilidade civil.

7.3 Elementos caracterizadores da responsabilidade civil: a imputabilidade.

Unidade 8: Ato ilícito: conceito e elementos

8.1 Conceitos de ato ilícito.

8.2 Diferença entre ato ilícito em sentido amplo de ato ilícito em sentido estrito, bem como as suas relações com o ato ilícito equiparado.

8.3 Consequências provocadas pela prática do ato ilícito.

Unidade 9: Dano: conceito e modalidades

9.1 Conceito de dano.

9.2 Requisitos para um dano ser indenizável.

9.3 Espécies ou modalidades de dano.

Unidade 10: Nexo de causalidade

10.1 Teorias explicativas do nexo de causalidade.

10.2 Concausas e causas concorrentes.

10.3 Teoria da imputação objetiva e a responsabilidade civil..

Unidade 11: Culpa lato sensu: dolo e culpa (negligência, imprudência e imperícia)

11.1 Diferença entre dolo e culpa.

11.2 Elementos da culpa e do dolo.

11.3 Espécies de culpa.

Unidade 12: Excludentes de ilicitude

12.1 Conceito de excludentes de ilicitude.

12.2 Importância das excludentes de ilicitude na responsabilidade civil.

12.3 Excludentes de ilicitude à cláusula de não indenizar.

Unidade 13: Culpa exclusiva de terceiro e concorrente da vítima

13.1 Conceito de culpa exclusiva de terceiro e culpa concorrente da vítima.

13.2 Culpa exclusiva de terceiro e a culpa concorrente da vítima aos acidentes de trânsito.

13.3 Aplicação da culpa exclusiva de terceiro e concorrente da vítima nos contratos administrativos.

Unidade 14: Caso fortuito e força maior

14.1 Diferença entre caso fortuito de força maior.

14.2 Aplicabilidade do caso fortuito e da força maior nos contratos.

14.3 Jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca da aplicação do caso fortuito e da força maior.

Unidade 15: Teoria da imprevisão

15.1 Conceito de teoria da imprevisão.

15.2 teoria da imprevisão aos contratos administrativos.

15.3 Aplicação da teoria da imprevisão pelas Cortes Superiores.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação.

Bibliografia Básica:

CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559775217/ >

GONCALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil. v.4**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628410/ >

TEPEDINO, Gustavo; TERRA, Aline de Miranda V.; GUEDES, Gisela Sampaio da C. **Fundamentos do Direito Civil: Responsabilidade Civil. v.4.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643967/ >

Bibliografia Complementar:

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil - Vol. 2.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643660/ >

VENOSA, Sílvio de S. **Direito Civil: Obrigações e Responsabilidade Civil. v.2**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774692/ >

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo P. **Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil. v.3**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626645/ >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

Data:	Ass. Professor:	Ass. Coordenador:
___/___/___	----------	----------

PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular

INDIVIDUO, DIREITO E SOCIEDADE IV

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	44	**Não há**	

Ementa

Direitos reais. Da propriedade em geral. Aquisição e perda da propriedade. Defesa da propriedade. Registro de imóveis. Da posse. Direito de vizinhança e condomínio. Usucapião. Direito real de laje.

Objetivos Gerais

Caracterizar os direitos reais e os direitos pessoais. Conceituar propriedade e diferenciar de posse. Analisar as formas de aquisição e perda da propriedade. Explicar o que significa a defesa da propriedade. Demonstrar a importância acerca do registro de imóveis. Classificar as espécies da posse. Conceituar direito de vizinhança e condomínio. Apresentar os requisitos para o exercício da usucapião. Analisar o direito real de laje em relação ao déficit habitacional e às possibilidades de regularização das moradias irregulares.

Objetivos Específicos

- Diferenciar direitos reais de direitos pessoais. Caracterizar os direitos reais e os direitos pessoais. Identificar e classificar as diferentes espécies de direitos reais e pessoais.
- Conceituar propriedade e diferenciar de posse. Analisar as características, os atributos e as limitações ao exercício do direito de propriedade. Explicar o princípio da função social e socioambiental da propriedade.
- Analisar as formas de aquisição e perda da propriedade. Definir o que é propriedade resolúvel e alienação fiduciária. Explicar o que é promessa de compra e venda e quais são seus efeitos.
- Explicar o que significa a defesa da propriedade. Analisar as ações disponíveis para a defesa da propriedade. Explorar a jurisprudência dos Tribunais superiores acerca da defesa da propriedade.
- Demonstrar a importância acerca do registro de imóveis. Explicar os princípios regedores do registro de imóveis. Analisar os efeitos jurídicos do registro de imóveis.
- Analisar as formas de aquisição, transmissão e extinção da posse, suas teorias e modalidades. Explicar os efeitos materiais e processuais da posse. Classificar as espécies da posse.
- Conceituar direito de vizinhança e condomínio. Analisar os dispositivos do Código Civil acerca da vizinhança, bem como suas diversas modalidades. Explicar a estrutura jurídica e as espécies de condomínio.

- Apresentar os requisitos para o exercício da usucapião. Identificar os tipos de usucapião. Explicar o procedimento judicial e extrajudicial da usucapião.
- Definir direito real de laje. Distinguir o direito de laje do direito de superfície. Analisar o direito real de laje em relação ao déficit habitacional e às possibilidades de regularização das moradias irregulares.

Conteúdo Programático

Unidade 1: Direitos reais

1.1 Diferença de direitos reais de direitos pessoais.
1.2 Características dos direitos reais e os direitos pessoais.
1.3 Classificar as diferentes espécies de direitos reais e pessoais.

Unidade 2: Da propriedade em geral

2.1 Conceito de propriedade e diferença de posse
2.2 Características, atributos e limitações ao exercício do direito de propriedade.
2.3 Princípio da função social e socioambiental da propriedade.

Unidade 3: Aquisição e perda da propriedade

3.1 Formas de aquisição e perda da propriedade.

3.2 Propriedade resolúvel e alienação fiduciária.

3.3 Promessa de compra e venda e quais são seus efeitos.

Unidade 4: Defesa da propriedade

4.1 Conceito de Defesa da propriedade.

4.2 Ações disponíveis para a defesa da propriedade.

4.3 Jurisprudência dos Tribunais superiores acerca da defesa da propriedade.

Unidade 5: Registro de imóveis: princípios e efeitos do registro

5.1 Importância acerca do registro de imóveis.

5.2 Princípios regedores do registro de imóveis.

5.3 Efeitos jurídicos do registro de imóveis.

Unidade 6: Da posse

6.1 Formas de aquisição, transmissão e extinção da posse, suas teorias e modalidades.

6.2 Efeitos materiais e processuais da posse.

6.3 Classificação de espécies da posse.

Unidade 7: Direito de vizinhança e condomínio

7.1 Conceito de direito de vizinhança e condomínio.

7.2 Dispositivos do Código Civil acerca da vizinhança, bem como suas diversas modalidades.

7.3 Estrutura jurídica e as espécies de condomínio.

Unidade 8: Usucapião

8.1 Requisitos para o exercício da usucapião.

8.2 Tipos de usucapião.

8.3 Procedimento judicial e extrajudicial da usucapião.

Unidade 9: Direito real de laje

9.1 Conceito de direito real de laje.

9.2 Diferença entre direito de laje do direito de superfície.

9.3 Direito real de laje em relação ao déficit habitacional e às possibilidades de regularização das moradias irregulares.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante

que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação.

Bibliografia Básica:

VENOSA, Sílvio de S. **Direito Civil: Direitos Reais. v.4.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772780/ >

PEREIRA, Caio Mário da S. **Instituições de Direito Civil: Direitos Reais. v.IV**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990862/ >

GAGLIANO, Pablo S.; FILHO, Rodolfo P. **Novo curso de direito civil: direitos reais. v.5**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553625952/ >

Bibliografia Complementar:

TEPEDINO, Gustavo; FILHO, Carlos Edison do Rêgo M.; RENTERIA, Pablo. **Fundamentos do Direito Civil: Direitos Reais. v.5**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647538/ >

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito das Coisas. V.4**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647118/ >

GIACOMELLI, Cinthia L. F.; USTARROZ, Daniel; ZAFFARI, Eduardo K.; e outros. **Direito Civil VI: Direitos Reais.** Porto Alegre: SAGAH, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556901497/ >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas

organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.		
Data: ___/___/___	Ass. Professor: ----------	Ass. Coordenador: ----------

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ

PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular

PROJETO INTEGRADOR III

Código	**Carga Horária**	**Componente curricular teórico-prático**	**Escola**
	22	**22 horas**	**Direito**
		Componente curricular de extensão	
		22 horas	

DESCRIÇÃO	O Projeto Integrador consiste em atividades de resolução de problemas reais, a partir de uma ou mais questões específicas (questões orientadoras), constituindo um desafio cognitivo, cuja solução poderá demandar pesquisa e estudo, estimulando o estudante no confronto dos problemas do mundo real na profissão escolhida com os conteúdos assimilados durante as aulas. Em suma, o projeto integrador visa sistematizar os conhecimentos adquiridos pelos estudantes durante o desenvolvimento do curso proporcionando vivência prática-profissional mediante aplicação dos conhecimentos em situações reais. Presente em todos os períodos de sua formação, objetiva viabilizar e apresentar projetos que unam o conhecimento obtido em cada módulo por meio das respectivas unidades curriculares, desenvolver habilidades de pesquisa e interpretação de dados e informações, despertar o senso prático e o interesse pela pesquisa no exercício profissional, promover integração e cooperação tecnológica entre a UniSãoJosé e o mercado de trabalho, incentivar a criatividade e os talentos pessoais e profissionais e integrar os conhecimentos acadêmicos com a aplicação no exercício das atividades laborais. O Cronograma de Tutoria irá proporcionar um contato constante entre estudante e tutor, facilitando o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem. Deverá ser realizado individualmente ou em grupo, sob orientação do tutor, com base em suportes teóricos e metodológicos consistentes e em consonância com as normas de trabalhos acadêmicos definidos pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), sendo quesito parcial para conclusão de cada Módulo e, por consequência, do curso

	como um todo, sendo considerados na avaliação a participação nas atividades de tutoria e o cumprimento da atividade, levando-se em conta o prazo de entrega e sua qualidade acadêmica. Portanto, é importante a conclusão das atividades de cada Projeto Integrador dentro do prazo estabelecido evitando acúmulo de tarefas e atraso na conclusão de seu curso.
ATIVIDADE	Roberta é proprietária de um sítio na cidade de Rio de Janeiro, residindo no imóvel há mais de 20 anos. O terreno, integralmente cercado, é constituído de uma casa principal, uma casa para hospedes, uma horta, tanques para criação de tilápias, um pomar e uma pequena reserva ecológica particular. Roberta precisou se ausentar do sítio durante 1 (um) mês com o intuito de dar suporte a sua amiga que precisou se submeter a uma cirurgia de emergência e mora sozinha na França. Como se trata de uma região segura, com baixos índices de violência, não se preocupou em colocar alguém de guarda no imóvel, apenas avisou as vizinhas Carina e Vanessa, e pediu para “passarem o olho na casa”. Uma semana depois da partida da proprietária do sítio, uma pandemia se abateu no mundo e o período de ausência foi dilatado em virtude da dificuldade de transporte aéreo, ficando Roberta ausente por 9 (nove) meses. Ao retornar da viagem, Roberta encontrou o imóvel dividido pelas vizinhas, pois elas acreditavam que Roberta havia sido vitimada pela pandemia. No período de ocupação, elas aterraram os tanques de criação de tilápias, transformaram o pomar em pasto e cederam o terreno da horta onde seus filhos construíram barracos para alugar, gerando um dano estimado em 200.000,00 (duzentos mil reais). Após adentrar no sítio e verificar a invasão e os danos, foi expulsa pelos maridos das vizinhas com extrema rispidez e grave ameaça, pois os mesmos estavam armados com fuzis automáticos. Com base no caso narrado acima, surge a seguinte problemática: como a proprietária deve lidar com a situação? O grupo deve se concentrar na identificação e justificativa de pelo menos 2 (dois) mecanismos que poderiam ser utilizados para contornar a situação e evitar um conflito violento, construindo uma dissertação, que contenha, obrigatoriamente: • A apresentação e explicação das soluções apresentadas; • A criação de uma fundamentação jurídica constitucional que justifique cada um dos mecanismos apresentados; e • A análise da questão em relação à responsabilidade civil pelos danos causados. Para facilitar o desenvolvimento da tarefa, observe e cumpra os pontos descritos nos objetivos específicos.
METODOLOGIA	***Componente curricular teórico-prático:*** Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, *webconference* e outros

	momentos síncronos, que possibilitem aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas. ***Componente curricular de extensão:*** Serão desenvolvidas atividades de extensão, de caráter obrigatório, pertinentes ao conteúdo da unidade curricular, previstas no PPC do curso, perfazendo o total de 22 horas.
OBJETIVO GERAL	Analisar uma situação de esbulho possessório, identificando mecanismos para evitar um conflito armado.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	• Visitar um Cartório de Registro de Imóveis e compreender como é feito o registro de imóveis, desde os documentos necessários até as suas etapas; • Conceituar o que é propriedade e analisar os seus atributos; • Diferenciar posse e propriedade aproximando esses conceitos com as personagens apresentadas na narrativa; • Criar e apresentar dois mecanismos para contornar a situação e evitar um conflito e o agravamento dos danos; • Explicar e justificar as soluções; • Analisar juridicamente a responsabilidade civil pelos danos causados; • Desenvolver a oratória dos discentes através da apresentação do resultado final do projeto integrador.
ORIENTAÇÕES	• Cada texto dissertativo deve conter o mínimo de 40 linhas (700 palavras), não incluídos o nome do aluno, o título do trabalho, as referências bibliográficas e os anexos; • Não esqueça de mencionar as fontes, pois os textos copiados serão submetidos à aplicativos verificadores de plágio; • O aluno poderá usar livremente a sua criatividade no desenvolvimento do trabalho; • O aluno poderá utilizar qualquer fonte de informação confiável no desenvolvimento do trabalho; • Tenha atenção ao Cronograma de Tutoria.
INSTRUMENTOS	• APRENDIZAGEM EXPEDICIONÁRIA através da visita ao Cartório de Registro de Imóveis; • Plano de ação das atividades dos alunos; • Formulário de avaliação da tarefa; • Com o intuito de adquirir mais embasamento teórico ou aprofundar o estudo de alguma questão, salientamos a existência de uma biblioteca virtual de livre acesso para os alunos.
PRAZO	A data da apresentação do trabalho será alinhada com o professor da disciplina e terá como referência a semana de provas.

CRONOGRAMA DE TUTORIA	Apresentação do Cronograma de Tutoria; explicação sobre o Projeto integrador; dúvidas sobre a Unidade de Aprendizagem em curso; Apresentação dos órgãos que podem ser visitados, para cumprir a atividade expedicionária (atividade de extensão obrigatória); Seminário sobre direito de propriedade; Esclarecimentos finais quanto à realização do Projeto Integrador; Seminário sobre violação da propriedade; Seminário sobre desforço imediato; Discussão sobre a Unidade de Aprendizagem em curso; Apresentação do formato do relatório final do Projeto Integrador; Fechamento; discussão sobre a Unidade de Aprendizagem em curso; avaliação dos estudantes quanto o formato e as estratégias de ensino e aprendizagem; relato das principais dificuldades enfrentadas pelos alunos.
BIBLIOGRAFIA	***Básica:*** VENOSA, Sílvio de S. **Direito Civil: Direitos Reais. v.4.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772780/ > PEREIRA, Caio Mário da S. **Instituições de Direito Civil: Direitos Reais. v.IV**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530990862/ > VENOSA, Sílvio de S. **Direito Civil: Obrigações e Responsabilidade Civil. v.2**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774692/ >
	Complementar: TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito das Coisas. V.4**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647118/ > GONCALVES, Carlos R. **Direito Civil Brasileiro: Teoria Geral das Obrigações. v.2**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN

	9786553628458. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553628458/ > GONCALVES, Marcus Vinicius R. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral. v.1**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626485/ >	
OBSERVAÇÕES	O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.	
Data: ___/___/___	Ass. Professor: ----------	Ass. Coordenador: ----------

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ

ESCOLA DE DIREITO

CURSO DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

UNIDADES CURRICULARES DO QUARTO MÓDULO

- Investigação Criminal I;
- Investigação Criminal II;
- Investigação Criminal III;
- Segurança I; e
- Projeto Integrador – Laboratório de Prática IV.

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL I

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	66	**Não há**	

Ementa

Os princípios constitucionais do direito penal e a integração da lei penal. O conceito, classificação e as características da norma penal brasileira. Leis Penais no tempo e no espaço. Teoria do Crime, teoria do delito: conceito. A tipicidade, culpabilidade e ilicitude. Crime doloso, crime culposo, crime preterintencional e crime impossível. Da exclusão da antijuridicidade. Excesso punível, excludente de culpabilidade. Crime tentado e crime consumado. Das penas. Concursos de crimes. Concursos de pessoas. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional.

Objetivos Gerais

Reconhecer a importância da constitucionalização de princípios penais. Analisar os princípios gerais do Direito Penal. Explicar a aplicação da lei penal no espaço. Conceituar crime e contravenção penal. Analisar as teorias, as características, as formas e os elementos da conduta, bem como as causas de exclusão. Diferenciar crime doloso de crime culposo. Conceituar as causas excludentes de ilicitude. Identificar o que é excesso punível. Compreender o momento em que o crime se consuma. Analisar a execução provisória da pena no Brasil. Definir concurso de crimes e sua aceitação nas cortes superiores. Conceituar e apresentar os requisitos do concurso de pessoas. Explicar as espécies, os requisitos e as condições para a suspensão condicional da pena. Explicar os casos de revogação, prorrogação e extinção do livramento condicional.

Objetivos Específicos

- Reconhecer a importância da constitucionalização de princípios penais. Explicar os princípios penais constitucionais. Explorar a jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos princípios constitucionais do Direito Penal.
- Reconhecer a evolução histórica do Direito Penal. Analisar os princípios gerais do Direito Penal. Explorar a classificação, as características e as fontes do Direito Penal.
- Analisar a aplicação da lei penal no tempo. Explicar a aplicação da lei penal no espaço. Reconhecer a aplicação da lei penal em relação às pessoas.
- Conceituar crime e contravenção penal. Identificar os sistemas ou modelos de Direito Penal. Sintetizar as teorias do crime e do delito.

- Analisar as teorias, as características, as formas e os elementos da conduta, bem como as causas de exclusão. Definir ilicitude, explicando as causas excludentes. Reconhecer as teorias acerca da culpabilidade.
- Diferenciar crime doloso de crime culposo. Analisar o crime preterdoloso. Explicar o crime impossível.
- Conceituar as causas excludentes de ilicitude. Identificar estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular do direito. Explicar o excesso no emprego das justificantes e a descriminante putativa.
- Explicar as excludentes de culpabilidade. Identificar o que é excesso punível. Analisar as excludentes de culpabilidade pela percepção das cortes superiores.
- Diferenciar crime tentado de crime consumado. Descrever as espécies de tentativa. Compreender o momento em que o crime se consuma.
- Descrever as teorias acerca das penas. Definir os princípios informadores da pena. Analisar a execução provisória da pena no Brasil.
- Definir concurso de crimes e sua aceitação nas cortes superiores. Distinguir concurso formal de concurso material. Descrever a continuidade delitiva.
- Conceituar e apresentar os requisitos do concurso de pessoas. Diferenciar coautoria de participação. Explorar a jurisprudência das cortes superiores acerca do concurso de pessoas.
- Definir suspensão condicional da pena. Explicar as espécies, os requisitos e as condições para a suspensão condicional da pena. Analisar as hipóteses de revogação, cassação, prorrogação e extinção da suspensão condicional da pena.
- Conceituar livramento condicional. Analisar os requisitos e as condições para o livramento condicional. Explicar os casos de revogação, prorrogação e extinção do livramento condicional.

Conteúdo Programático

Unidade 1: Os princípios constitucionais do direito penal e interpretação e integração da lei penal

1.1 A importância da constitucionalização de princípios penais.
1.2 Princípios penais constitucionais.
1.3 Jurisprudência dos tribunais superiores acerca dos princípios constitucionais do Direito Penal.

Unidade 2: O conceito, classificação e as características da norma penal brasileira

2.1 Evolução histórica do Direito Penal.
2.2 Princípios gerais do Direito Penal.
2.3 Classificação, as características e as fontes do Direito Penal.

Unidade 3: Leis penais no tempo e no espaço

3.1 Aplicação da lei penal no tempo.

3.2 Aplicação da lei penal no espaço.

3.3 Aplicação da lei penal em relação às pessoas.

Unidade 4: Teoria do crime, teoria do delito: conceitos

4.1 Conceito de crime e contravenção penal.

4.2 Sistemas e modelos de Direito Penal.

4.3 Teorias do crime e do delito.

Unidade 5: A Tipicidade, a Culpabilidade e a Ilicitude

5.1 Teorias, as características, as formas e os elementos da conduta, bem como as causas de exclusão.

5.2 Ilicitude, e as causas excludentes.

5.3 Teoria da culpabilidade.

Unidade 6: Crime doloso, crime culposo, crime preterintencional e crime impossível

6.1 Diferença entre crime doloso e crime culposo.

6.2 Crime preterdoloso.

6.3 Crime impossível.

Unidade 7: Da exclusão da antijuridicidade

7.1 Conceito de causas excludentes de ilicitude.

7.2 Estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular do direito.

7.3 Excesso no emprego das justificantes e a descriminante putativa.

Unidade 8: Excesso punível, excludente de culpabilidade

8.1 Excludentes de culpabilidade.

8.2 O que é excesso punível?.

8.3 Excludentes de culpabilidade pela percepção das cortes superiores.

Unidade 9: Crime tentado e crime consumado.

9.1 Diferença entre crime tentado de crime consumado.

9.2 Espécies de tentativa.

9.3 Momento em que o crime se consuma.

Unidade 10: Das penas

10.1 Teorias das penas.

10.2 Princípios informadores da pena.

10.3 Execução provisória da pena no Brasil.

Unidade 11: Concurso de crimes

11.1 Conceito de concurso de crimes e sua aceitação nas cortes superiores.

11.2 Diferença entre concurso formal de concurso material.

11.3 Continuidade delitiva.

Unidade 12: Concurso de pessoas

12.1 Requisitos do concurso de pessoas.

12.2 Coautoria de participação.

12.3 Jurisprudência das cortes superiores acerca do concurso de pessoas.

Unidade 13: Suspensão condicional da pena

13.1 Suspensão condicional da pena.

13.2 Espécies, os requisitos e as condições para a suspensão condicional da pena.

13.3 Hipóteses de revogação, cassação, prorrogação e extinção da suspensão condicional da pena.

Unidade 14: Livramento condicional

14.1 Conceito de livramento condicional.

14.2 Requisitos e as condições para o livramento condicional.

14.3 Casos de revogação, prorrogação e extinção do livramento condicional.

Unidade 15: Efeitos da condenação

15.1 Efeitos da condenação.

15.2 Diferença entre efeitos extrapenais genéricos dos específicos.

15.3 Efeitos da condenação na legislação extravagante.

Unidade 16: Extinção da punibilidade

16.1 Casos de extinção da punibilidade pela prescrição, decadência e perempção.

16.2 Diferença entre graça, indulto e anistia.

16.3 Casos normativos de perdão judicial.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação.

Bibliografia Básica:

NUCCI, Guilherme de S. **Manual de Direito Penal.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642830/ >

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: artigos 1º a 120 do Código Penal. v.1**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771493/ >

ASSIS, Mariana Gloria de; FRAGA, Patrícia F.; MASSARUTTI, Eduardo A. de S.; et al. **Direito penal I.** Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025646/ >

Bibliografia Complementar:

GRECO, Rogério. **Direito Penal Estruturado**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993412/ >

PASCHOAL, Janaina C. **Direito Penal: Parte Geral.** Barueri [SP]: Editora Manole, 2015. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449196/ >

OLIVEIRA, Juan Carlos F.; BRITO, Alexis Couto de. **Direito penal brasileiro.** 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547215231/ >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

Data:	Ass. Professor:	Ass. Coordenador:
___/___/___	----------	----------

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL II

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	88	**Não há**	

Ementa

Conceitos gerais aplicados à parte especial. Homicídio. Infanticídio e aborto. Lesão corporal. Da periclitação da vida e da saúde. Dos crimes contra a honra. Dos crimes contra a liberdade pessoal. Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio, correspondência e dos segredos. Furto. Do roubo e da extorsão. Usurpação. Do dano. Da apropriação indébita, estelionato e receptação. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra sentimento religioso e contra o respeito aos mortos.

Objetivos Gerais

Analisar os conceitos gerais aplicados à parte especial do Código Penal. Conceituar homicídio simples. Analisar as diversas formas do crime de aborto. Analisar a violência doméstica e as suas peculiaridades. Definir o crime de contágio venéreo e de moléstia grave. Distinguir os crimes de calúnia, injúria e difamação. Conceituar crime de sequestro e cárcere privado. Explicar no que consiste o crime de divulgação de segredo. Identificar as majorantes e qualificadoras de furto. Reconhecer o delito de roubo e todas as suas particularidades. Definir delito de alteração de limites, usurpação de águas e esbulho possessório. Compreender o conceito do crime de apropriação indébita. Definir delito de violação de direito autoral. Compreender os crimes contra o sentimento religioso. Analisar os crimes contra o respeito aos mortos.

Objetivos Específicos

- Analisar os conceitos gerais aplicados à parte especial do Código Penal. Explicar o critério de sistematização dos tipos penais da parte especial do Código Penal. Explorar a jurisprudência das Cortes Superiores acerca das peculiaridades da parte especial do Código Penal.
- Conceituar homicídio simples. Analisar os casos de majorantes e qualificadoras, bem como o homicídio privilegiado e o culposo. Explicar no que consiste o feminicídio.
- Definir infanticídio. Analisar as diversas formas do crime de aborto. Identificar as hipóteses de aborto legal.
- Explicar a lesão corporal dolosa de natureza leve, grave e gravíssima. Definir lesão corporal culposa. Analisar a violência doméstica e as suas peculiaridades.
- Definir o crime de contágio venéreo e de moléstia grave. Explicar o delito de abandono de incapaz, bem como o de exposição ou abandono de recém-nascido.

Descrever as condições para que se caracterize crime de omissão de socorro, de maus-tratos e de rixa.

- Distinguir os crimes de calúnia, injúria e difamação. Explicar o que é exceção da verdade. Analisar os casos de exclusão do crime e o instituto da retratação.
- Distinguir crime de constrangimento ilegal do crime de ameaça. Conceituar crime de sequestro e cárcere privado. Analisar o delito de redução à condição análoga à de escravo e o de tráfico de pessoas.
- Conceituar delito de violação de domicílio. Analisar o delito de violação de correspondência. Explicar no que consiste o crime de divulgação de segredo.
- Definir o delito de furto e furto de coisa comum. Identificar as majorantes e qualificadoras de furto. Analisar as decisões das cortes superiores acerca do furto.
- Reconhecer o delito de roubo e todas as suas particularidades. Identificar o crime de extorsão e a extorsão mediante sequestro. Diferenciar o crime de extorsão mediante sequestro do crime de sequestro e cárcere privado.
- Definir delito de alteração de limites, usurpação de águas e esbulho possessório. Analisar o crime de supressão ou alteração de marca em animais. Explicar a jurisprudência das cortes brasileiras acerca do crime de usurpação.
- Conceituar crime de dano. Explicar no que consiste o crime de dano qualificado. Descrever o crime de dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico.
- Compreender o conceito do crime de apropriação indébita. Analisar os crimes de estelionato e outras fraudes. Avaliar as diferentes possibilidades de receptação.
- Definir delito de violação de direito autoral. Explicar os crimes contra as patentes, os desenhos industriais e os cometidos por meio de marca, título de estabelecimento e sinal de propaganda da Lei nº. 9.279/1996. Descrever o crime de concorrência desleal e contra as indicações geográficas, e demais indicações da Lei nº. 9.279/1996.
- Compreender os crimes contra o sentimento religioso. Analisar os crimes contra o respeito aos mortos. Avaliar a jurisprudência superior sobre o bem jurídico liberdade religiosa.

Conteúdo Programático

Unidade 1: Conceitos gerais aplicados à parte especial

1.1 Conceitos gerais aplicados à parte especial do Código Penal.
1.2 Sistematização dos tipos penais da parte especial do Código Penal.
1.3 Jurisprudência das Cortes Superiores acerca das peculiaridades da parte especial do Código Penal.

Unidade 2: Homicídio

2.1 Conceito de homicídio simples.
2.2 Casos de majorantes e qualificadoras, bem como o homicídio privilegiado e o culposo.
2.3 O que consiste o feminicídio.

Unidade 3: Infanticídio e aborto

3.1 Conceito de infanticídio.

3.2 Formas do crime de aborto.

3.3 Hipóteses de aborto legal.

Unidade 4: Lesão corporal

4.1 Lesão corporal dolosa de natureza leve, grave e gravíssima.

4.2 Lesão corporal culposa.

4.3 Violência doméstica e as suas peculiaridades.

Unidade 5: Da periclitação da vida e da saúde

5.1 Crime de contágio venéreo e de moléstia grave.

5.2 Delito de abandono de incapaz, bem como o de exposição ou abandono de recém-nascido.

5.3 Crime de omissão de socorro, de maus-tratos e de rixa.

Unidade 6: Dos crimes contra a honra

6.1 Crimes de calúnia, injúria e difamação.

6.2 Exceção da verdade.

6.3 Casos de exclusão do crime e o instituto da retratação.

Unidade 7: Dos crimes contra a liberdade pessoal

7.1 Crime de constrangimento ilegal e crime de ameaça.

7.2 Conceito de crime de sequestro e cárcere privado.

7.3 Delito de redução à condição análoga à de escravo e o de tráfico de pessoas.

Unidade 8: Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio, correspondência e dos segredos

8.1 Conceito de delito de violação de domicílio.

8.2 Delito de violação de correspondência.

8.3 Crime de divulgação de segredo.

Unidade 9: Furto

9.1 Diferença entre furto e furto de coisa comum.

9.2 Majorantes e qualificadoras de furto.

9.3 Decisões das cortes superiores acerca do furto.

Unidade 10: Do roubo e da extorsão

10.1 Roubo e todas as suas particularidades.

10.2 Crime de extorsão e a extorsão mediante sequestro.

10.3 Crime de extorsão mediante sequestro do crime de sequestro e cárcere privado.

Unidade 11: Usurpação

11.1 Delito de alteração de limites, usurpação de águas e esbulho possessório.

11.2 Crime de supressão ou alteração de marca em animais.

11.3 Jurisprudência das cortes brasileiras acerca do crime de usurpação.

Unidade 12: Do dano

12.1 Conceito de crime de dano.

12.2 Crime de dano qualificado.

12.3 Crime de dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico.

Unidade 13: Da apropriação indébita, estelionato e receptação

13.1 Conceito do crime de apropriação indébita.

13.2 Crimes de estelionato e outras fraudes.

13.3 Possibilidades de receptação.

Unidade 14: Crimes contra a propriedade imaterial

14.1 Violação de direito autoral.

14.2 Crimes contra as patentes, os desenhos industriais e os cometidos por meio de marca, título de estabelecimento e sinal de propaganda da Lei nº. 9.279/1996.

14.3 Crime de concorrência desleal e contra as indicações geográficas, e demais indicações da Lei nº. 9.279/1996.

Unidade 15: Crimes contra sentimento religioso e contra o respeito aos mortos

15.1 Crimes contra o sentimento religioso

15.2 Crimes contra o respeito aos mortos.

15.3 Jurisprudência superior sobre o bem jurídico liberdade religiosa.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação.

Bibliografia Básica:

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal: Parte Especial. Arts. 213 a 361 do Código Penal. v.3**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771431/ >

NUCCI, Guilherme de S. **Curso de Direito Penal: Parte Especial. v.3**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647231/ >

JESUS, Damásio de. **Direito penal: parte especial (arts. 184 a 288). v.3.** São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502619395/ >

Bibliografia Complementar:

GRECO, Rogério. **Direito Penal Estruturado**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993412/ >

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770700/ >

OLIVEIRA, Juan Carlos F.; BRITO, Alexis Couto de. **Direito penal brasileiro.** 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547215231/ >

MESSA, Ana F. **Curso de Direito Processual Penal**. 3ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547211264/ >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

Data:	Ass. Professor:	Ass. Coordenador:
___/___/___	----------	----------

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL III

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	88	**Não há**	

Ementa

Dos crimes contra a liberdade sexual. Dos crimes sexuais contra vulnerável. Lenocínio, tráfico de pessoa e ultraje público ao pudor. Dos crimes contra a família. Dos crimes de perigo comum. Dos crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos. Dos crimes contra a saúde pública. Dos crimes contra paz pública. Dos crimes contra a fé pública. Das fraudes em certames de interesse público. Dos crimes de peculato, concussão e excesso de exação. Dos crimes de corrupção ativa e passiva, prevaricação e advocacia administrativa. Dos crimes praticados por particular contra a administração. Dos crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira. Dos crimes contra a administração da justiça. Dos crimes contra a finanças públicas.

Objetivos Gerais

Compreender os tipos penal de estupro e de exposição da intimidade sexual. Compreender os crimes de estupro de vulnerável e corrupção de menores. Compreender os crimes de lenonício e de tráfico de pessoas. Analisar os crimes contra a filiação e a assistência familiar. Identificar os crimes contra a segurança dos meios de comunicação, transporte e outros serviços públicos. Compreender os crimes contra a saúde pública. Compreender os tipos: incitação ao crime e apologia ao crime ou ao criminoso. Explicar o crime de moeda falsa. Definir o crime de fraude em certame de interesse público. Explicar o crime de concussão e de excesso de exação. Diferenciar os crimes de corrupção ativa dos crimes de corrupção passiva. Explicar os crimes de desacato e tráfico de influência. Analisar o crime de corrupção ativa em transação comercial internacional. Analisar os crimes de exercício arbitrário das próprias razões, fraude processual e favorecimento pessoal e real. Relacionar os crimes contra as finanças públicas com as normas gerais de Direito Financeiro.

Objetivos Específicos

- Compreender os tipos penal de estupro e de exposição da intimidade sexual. Diferenciar as figuras do assédio sexual e da importunação sexual. Analisar decisões das cortes superiores acerca dos crimes contra a liberdade sexual.
- Compreender os crimes de estupro de vulnerável e corrupção de menores. Analisar o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual

de criança, adolescente ou vulnerável. Aplicar as especificidades do crime de divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia.

- Compreender os crimes de lenonício e de tráfico de pessoas. Avaliar decisões do STJ sobre os crimes de lenonício e de tráfico de pessoas. Aplicar o conceito de ultraje público ao pudor.
- Compreender os crimes contra o matrimônio. Analisar os crimes contra a filiação e a assistência familiar. Aplicar conceitos ligados aos crimes contra o poder familiar e de vigilância.
- Compreender os crimes de incêndio e explosão. Analisar os crimes de desabamento, desmoronamento e difusão de doença e praga. Aplicar conceitos sobre os demais crimes desta categoria previstos no Código Penal.
- Identificar os crimes contra a segurança dos meios de comunicação, transporte e outros serviços públicos. Analisar os crimes contra a segurança dos meios de comunicação, transporte e outros serviços públicos. Aplicar os conceitos jurisprudenciais sobre os crimes contra a segurança dos meios de comunicação, transporte e outros serviços públicos.
- Compreender os crimes contra a saúde pública. Analisar os crimes de posse, comercialização e uso de entorpecentes. Aplicar conceitos aprendidos com as decisões superiores sobre crimes contra a saúde pública.
- Compreender os tipos: incitação ao crime e apologia ao crime ou ao criminoso. Diferenciar os tipos: formação de associação criminosa e formação de milícia privada. Aplicar os critérios desenvolvidos pelas cortes superiores.
- Explicar o crime de moeda falsa. Classificar o crime de falsificação de papéis públicos. Descrever o crime de falsidade documental e outras falsidades.
- Explicar o que são certames públicos. Definir o crime de fraude em certame de interesse público. Explorar decisões das cortes superiores acerca das fraudes em certames de interesse público.
- Definir funcionário público. Descrever os casos de peculato. Explicar o crime de concussão e de excesso de exação.
- Diferenciar os crimes de corrupção ativa dos crimes de corrupção passiva. Definir o crime de prevaricação. Descrever o crime de advocacia administrativa e condescendência criminosa.
- Definir os crimes de resistência e desobediência. Explicar os crimes de desacato e tráfico de influência. Distinguir o crime de contrabando do crime de descaminho.
- Definir funcionário público estrangeiro. Analisar o crime de corrupção ativa em transação comercial internacional. Descrever o crime de tráfico de influência em transação comercial internacional.
- Definir os crimes de denunciação caluniosa e comunicação falsa de crime ou contravenção. Explicar os crimes de falso testemunho e falsa perícia. Analisar os crimes de exercício arbitrário das próprias razões, fraude processual e favorecimento pessoal e real.
- Relacionar os crimes contra as finanças públicas com as normas gerais de Direito Financeiro. Definir os crimes contra as finanças públicas. Analisar decisões das cortes superiores acerca dos crimes contra as finanças públicas.

Conteúdo Programático

Unidade 1: Dos crimes contra a liberdade sexual

1.1 Tipos penal de estupro e de exposição da intimidade sexual.
1.2 Assédio sexual e importunação sexual.

1.3 Decisões das cortes superiores acerca dos crimes contra a liberdade sexual.

Unidade 2: Dos crimes sexuais contra vulnerável

2.1 Crimes de estupro de vulnerável e corrupção de menores.
2.2 Crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança, adolescente ou vulnerável.
2.3 Especificidades do crime de divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia.

Unidade 3: Lenocínio, tráfico de pessoa e ultraje público ao pudor

3.1 Crimes de lenonício e de tráfico de pessoas.

3.2 Decisões do STJ sobre os crimes de lenonício e de tráfico de pessoas.

3.3 Conceito de ultraje público ao pudor.

Unidade 4: Dos crimes contra a família

4.1 Crimes contra o matrimônio.

4.2 Crimes contra a filiação e a assistência familiar.

4.3 Conceitos ligados aos crimes contra o poder familiar e de vigilância.

Unidade 5: Dos crimes de perigo comum

5.1 Crimes de incêndio e explosão.

5.2 Crimes de desabamento, desmoronamento e difusão de doença e praga.

5.3 Conceitos sobre os demais crimes desta categoria previstos no Código Penal.

Unidade 6: Dos crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos

6.1 Crimes contra a segurança dos meios de comunicação, transporte e outros serviços públicos.

6.2 Características dos crimes contra a segurança dos meios de comunicação, transporte e outros serviços públicos.

6.3 Conceitos jurisprudenciais sobre os crimes contra a segurança dos meios de comunicação, transporte e outros serviços públicos.

Unidade 7: Dos crimes contra a saúde pública

7.1 Crimes contra a saúde pública.

7.2 Crimes de posse, comercialização e uso de entorpecentes.

7.3 Conceitos aprendidos com as decisões superiores sobre crimes contra a saúde pública.

Unidade 8: Dos crimes contra a paz pública

8.1 Incitação ao crime e apologia ao crime ou ao criminoso.

8.2 Diferença entre os tipos: formação de associação criminosa e formação de milícia privada.

8.3 Critérios desenvolvidos pelas cortes superiores.

Unidade 9: Dos crimes contra a fé pública

9.1 Crime de moeda falsa.

9.2 Crime de falsificação de papéis públicos.

9.3 Crime de falsidade documental e outras falsidades.

Unidade 10: Das fraudes em certames de interesse público

10.1 Conceito de certames públicos.

10.2 Crime de fraude em certame de interesse público.

10.3 Decisões das cortes superiores acerca das fraudes em certames de interesse público.

Unidade 11: Dos crimes de peculato, concussão e excesso de exação

11.1 Definição de funcionário público.

11.2 Casos de peculato.

11.3 Crime de concussão e de excesso de exação.

Unidade 12: Dos crimes de corrupção ativa e passiva, prevaricação e advocacia administrativa

12.1 Diferença entre crimes de corrupção ativa dos crimes de corrupção passiva.

12.2 Crime de prevaricação.

12.3 Crime de advocacia administrativa e condescendência criminosa.

Unidade 13: Dos crimes praticados por particular contra a administração

13.1 Crimes de resistência e desobediência.

13.2 Crimes de desacato e tráfico de influência.

13.3 Diferença entre crime de contrabando do crime de descaminho.

Unidade 14: Dos crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira

14.1 Definição de funcionário público estrangeiro.

14.2 Crime de corrupção ativa em transação comercial internacional.

14.3 Crime de tráfico de influência em transação comercial internacional.

Unidade 15: Dos crimes contra a administração da justiça

15.1 Crimes de denunciação caluniosa e comunicação falsa de crime ou contravenção.

15.2 Crimes de falso testemunho e falsa perícia.

15.3 Crimes de exercício arbitrário das próprias razões, fraude processual e favorecimento pessoal e real.

Unidade 16: Dos crimes contras as finanças públicas

16.1 Crimes contra as finanças públicas com as normas gerais de Direito Financeiro.

16.2 Crimes contra as finanças públicas.

16.3 Decisões das cortes superiores acerca dos crimes contra as finanças públicas.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com

aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação.

Bibliografia Básica:

JESUS, Damásio Evangelista de; ESTEFAM, André Araújo L. **Direito Penal 4 - parte especial - crimes contra a fé pública a crimes contra a administração pública (arts. 289 a 359-h).** São Paulo: Editora Saraiva, 2020. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553619900/ >

BITENCOURT, Cezar R. **Tratado de Direito Penal: Parte especial: crimes contra a dignidade sexual até crimes contra a fé pública - arts. 213 a 311-- Vol. 4.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555597141/ >

REIS, Anna C G.; ELTZ, Magnum K F. **Direito penal IV.** Porto Alegre: SAGAH, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556903163/ >

Bibliografia Complementar:

GRECO, Rogério. **Direito Penal Estruturado**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993412/ >

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770700/ >

OLIVEIRA, Juan Carlos F.; BRITO, Alexis Couto de. **Direito penal brasileiro.** 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547215231/ >

MESSA, Ana F. **Curso de Direito Processual Penal**. 3ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547211264/ >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

Data:	Ass. Professor:	Ass. Coordenador:
___/___/___	----------	----------

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

SEGURANÇA I

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	44	**Não há**	

Ementa

Desafios éticos, sociais e de segurança da tecnologia de informação. Segurança em TI, Crimes, Conformidades e Continuidade I. Aplicações de Normas, Padrões Internacionais e Certificações. Segurança da Informação. Principais itens da segurança na escola. Violência na escola e a segurança dos alunos e professores. Segurança do Consumidor. Segurança na Internet. Segurança no trato com produtos perigosos. Segurança Patrimonial.

Objetivos Gerais

Relacionar o uso da tecnologia da informação com aspectos éticos. Reconhecer o impacto na organização de problemas relacionados com a segurança da informação. Compreender o uso das normas e padrões internacionais de segurança de informação. Identificar a importância de mecanismos de proteção da informação. Reconhecer a importância da segurança nos horários de entrada e saída da escola. Descrever os principais casos de agressividade no ambiente escolar. Reconhecer os dispositivos de proteção à saúde e à segurança do Código de Defesa do Consumidor. Definir as implicações do armazenamento de dados pessoais *on-line*. Reconhecer as instalações de um armazém de produtos perigosos. Detalhar as características mais significativas da segurança patrimonial.

Objetivos Específicos

- Relacionar o uso da tecnologia da informação com aspectos éticos. Diferenciar as estratégias básicas utilizadas para gerenciamento de segurança da informação. Identificar os diversos tipos de crimes relacionados com a tecnologia da informação.
- Reconhecer o impacto na organização de problemas relacionados com a segurança da informação. Diferenciar os principais termos utilizados na área de segurança da informação. Identificar os tipos de ameaças mais comuns à segurança da informação.
- Compreender o uso das normas e padrões internacionais de segurança de informação. Reconhecer as principais normas e padrões internacionais de segurança da informação. Identificar as principais certificações para quem trabalha com segurança da informação.
- Relacionar o conceito de segurança da informação e os principais tipos de ameaças e ataques. Identificar a importância de mecanismos de proteção da informação. Reconhecer itens que contemplam uma política de segurança da informação.

- Identificar quais são os principais itens de segurança na escola. Reconhecer a importância da segurança nos horários de entrada e saída da escola. Relacionar a importância das ações da escola e da família na segurança dos alunos.
- Descrever os principais casos de agressividade no ambiente escolar. Reconhecer o *bullying* como um tipo de agressão identificada na escola. Explicar a importância de ações de combate à agressividade entre alunos e professores na escola.
- Reconhecer os dispositivos de proteção à saúde e à segurança do Código de Defesa do Consumidor. Identificar os tipos de periculosidade dos produtos e dos serviços. Aplicar os artigos 8º, 9º e 10º o Código de Defesa do Consumidor ao caso concreto.
- Definir as implicações do armazenamento de dados pessoais *on-line*. Avaliar os riscos de exposição de nome de usuários e senhas pela Internet. Identificar as formas mais seguras de uso de redes domésticas e públicas.
- Reconhecer as instalações de um armazém de produtos perigosos. Definir como as cargas perigosas são estocadas no armazém e transportadas. Identificar os EPIs de segurança nas funções de periculosidade.
- Detalhar as características mais significativas da segurança patrimonial. Identificar as formas de organização dos processos de trabalho da área de segurança patrimonial. Definir instrumentos de planejamento e gestão para o setor de segurança patrimonial.

Conteúdo Programático

Unidade 1: Desafios éticos, sociais e de segurança da tecnologia de informação

1.1 Tecnologia da informação com aspectos éticos.
1.2 Estratégias básicas utilizadas para gerenciamento de segurança da informação.
1.3 Tipos de crimes relacionados com a tecnologia da informação.

Unidade 2: Segurança em TI, Crimes, Conformidade e Continuidade I

2.1 Organização de problemas relacionados com a segurança da informação.
2.2 Principais termos utilizados na área de segurança da informação.
2.3 Tipos de ameaças mais comuns à segurança da informação.

Unidade 3: Aplicação de Normas, Padrões Internacionais e Certificações

3.1 Uso das normas e padrões internacionais de segurança de informação.

3.2 Principais normas e padrões internacionais de segurança da informação.

3.3 Principais certificações para quem trabalha com segurança da informação.

Unidade 4: Segurança da Informação

4.1 Conceito de segurança da informação e os principais tipos de ameaças e ataques.

4.2 Importância de mecanismos de proteção da informação.

4.3 Política de segurança da informação.

Unidade 5: Principais itens de segurança na escola

5.1 Principais itens de segurança na escola.

5.2 A importância da segurança nos horários de entrada e saída da escola.

5.3 A importância das ações da escola e da família na segurança dos alunos.

Unidade 6: Violência na escola e a segurança dos alunos e professores

6.1 Principais casos de agressividade no ambiente escolar.

6.2 *Bullying* como um tipo de agressão identificada na escola.

6.3 Ações de combate à agressividade entre alunos e professores na escola.

Unidade 7: Da Proteção à Saúde e Segurança

7.1 Proteção à saúde e à segurança do Código de Defesa do Consumidor.

7.2 Tipos de periculosidade dos produtos e dos serviços.

7.3 Artigos 8º, 9º e 10º o Código de Defesa do Consumidor ao caso concreto.

Unidade 8: Privacidade e segurança nas transações eletrônicas

8.1 Implicações do armazenamento de dados pessoais *on-line*.

8.2 Riscos de exposição de nome de usuários e senhas pela *Internet*.

8.3 Formas seguras do uso de redes domésticas e públicas.

Unidade 9: Segurança na armazenagem, manuseio e transporte de produtos perigosos

9.1 Instalações de um armazém de produtos perigosos.

9.2 Cargas perigosas são estocadas no armazém e transportadas.

9.3 EPIs de segurança nas funções de periculosidade.

Unidade 10: Segurança patrimonial

10.1 Características segurança patrimonial.

10.2 Organização dos processos de trabalho da área de segurança patrimonial.

10.3 Instrumentos de planejamento e gestão para o setor de segurança patrimonial.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação.

Bibliografia Básica:

BRANQUINHO, Thiago; Marcelo. **Segurança Cibernética Industrial.** Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555204117/ >

MATTOS, Ubirajara. **Higiene e Segurança do Trabalho.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595150959/ >

TERADA, Routo. **Segurança de dados.** São Paulo: Editora Blucher, 2008. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521215400/ >

Bibliografia Complementar:

FONTES, Edison Luiz G. **Segurança da informação**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502122185/ >

FIORILLO, Celso Antônio P.; CONTE, Christiany P. **Crimes no meio ambiente digital.** São Paulo: Editora Saraiva, 2016. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547204198/ >

BENTIVEGNA, Carlos Frederico B. **Liberdade de expressão, honra, imagem e privacidade: os limites entre o lícito e o ilícito.** Barueri [SP]: Editora Manole, 2019. E-book. ISBN 9788520463321. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520463321/ >

FONTANA, Adriane M. **Segurança viária.** São Paulo: Editora Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786589965091/ >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

Data:	Ass. Professor:	Ass. Coordenador:
___/___/___	----------	----------

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ

PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular

PROJETO INTEGRADOR IV

Código	**Carga Horária** **44**	**Componente curricular teórico-prático** **11 horas**	**Escola** **Direito**
		Componente curricular de extensão **33 horas**	

DESCRIÇÃO	O Projeto Integrador consiste em atividades de resolução de problemas reais, a partir de uma ou mais questões específicas (questões orientadoras), constituindo um desafio cognitivo, cuja solução poderá demandar pesquisa e estudo, estimulando o estudante no confronto dos problemas do mundo real na profissão escolhida com os conteúdos assimilados durante as aulas. Em suma, o projeto integrador visa sistematizar os conhecimentos adquiridos pelos estudantes durante o desenvolvimento do curso proporcionando vivência prática-profissional mediante aplicação dos conhecimentos em situações reais. Presente em todos os períodos de sua formação, objetiva viabilizar e apresentar projetos que unam o conhecimento obtido em cada módulo por meio das respectivas unidades curriculares, desenvolver habilidades de pesquisa e interpretação de dados e informações, despertar o senso prático e o interesse pela pesquisa no exercício profissional, promover integração e cooperação tecnológica entre a UniSãoJosé e o mercado de trabalho, incentivar a criatividade e os talentos pessoais e profissionais e integrar os conhecimentos acadêmicos com a aplicação no exercício das atividades laborais. O Cronograma de Tutoria irá proporcionar um contato constante entre estudante e tutor, facilitando o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem. Deverá ser realizado individualmente ou em grupo, sob orientação do tutor, com base em suportes teóricos e metodológicos consistentes e em consonância com as normas de trabalhos acadêmicos definidos pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), sendo quesito parcial para conclusão de cada Módulo e, por consequência, do curso

	como um todo, sendo considerados na avaliação a participação nas atividades de tutoria e o cumprimento da atividade, levando-se em conta o prazo de entrega e sua qualidade acadêmica. Portanto, é importante a conclusão das atividades de cada Projeto Integrador dentro do prazo estabelecido evitando acúmulo de tarefas e atraso na conclusão de seu curso.
ATIVIDADE	"**Assassinatos caem nos primeiros nove meses do ano no Brasil** Alta nos homicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte nos últimos dois meses (agosto e setembro), porém, acende alerta. Mais de 1/3 dos estados registra aumento nos crimes em 2021. (...) O Brasil teve uma queda de 4,7% nos assassinatos nos primeiros nove meses deste ano na comparação com o mesmo período de 2020. É o que mostra o índice nacional de homicídios criado pelo G1, com base nos dados oficiais dos 26 estados e do Distrito Federal." (G1, 2021, [Internet]). Todos nós sabemos que os dados são muito importantes para o desenvolvimento de políticas públicas e a demonstração de sua afetividade ou não. Os profissionais que trabalham com segurança, principalmente os situados em cargos de liderança, devem ser capazes de criticar e analisar dados estatais, embasando suas ações. Com base na notícia apresentada e cientes de que a análise de dados é uma habilidade fundamental para o profissional que lida com a segurança, surge a seguinte problemática: como analisar e criticar dados públicos ou privados relacionados à segurança? O grupo deve escolher 4 (quatro) das 7 (sete) categorias indicados abaixo: • Racismo; • Homicídios; • Furtos; • Roubos; • Mortes de policiais; • Crimes virtuais; • Crimes sexuais. Os campos escolhidos serão objeto da coleta e da posterior análise dos dados, representando o subsídio do relatório a ser construído, que contenha, obrigatoriamente: • A coleta de pelos menos 2 (duas) fontes diferentes de dados para cada categoria escolhida, como por exemplo, confrontar dados nacionais com estaduais ou dados de estados diferentes; • O grupo deve estabelecer um lapso temporal idêntico das diferentes fontes, para que seja possível um comparativo; • O lapso temporal estabelecido deve corresponder ao período de 10 (dez) anos; Para facilitar o desenvolvimento da tarefa, observe e cumpra os pontos descritos nos objetivos específicos.

METODOLOGIA	***Componente curricular teórico-prático:*** Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, *webconference* e outros momentos síncronos, que possibilitem aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas. ***Componente curricular de extensão:*** Serão desenvolvidas atividades de extensão, de caráter obrigatório, pertinentes ao conteúdo da unidade curricular, previstas no PPC do curso, perfazendo o total de 33 horas.
OBJETIVO GERAL	Analisar e criticar dados públicos ou privados relacionados à segurança.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	• Escolher e visitar uma organização que lide com dados de segurança; • Contextualizar as análises apresentadas; • Conceituar as categorias escolhidas; • Indicar as fontes dos dados; • Apresentar críticas sobre o resultado das análises; e • Desenvolver a oratória dos discentes através da apresentação do resultado final do projeto integrador.
ORIENTAÇÕES	• Cada texto dissertativo deve conter o mínimo de 40 linhas (700 palavras), não incluídos o nome do aluno, o título do trabalho, as referências bibliográficas e os anexos; • Não esqueça de mencionar as fontes, pois os textos copiados serão submetidos à aplicativos verificadores de plágio; • O aluno poderá usar livremente a sua criatividade no desenvolvimento do trabalho; • O aluno poderá utilizar qualquer fonte de informação confiável no desenvolvimento do trabalho; • Tenha atenção ao Cronograma de Tutoria.
INSTRUMENTOS	• APRENDIZAGEM EXPEDICIONÁRIA através da visita a o Instituto de Segurança Pública (ISP) ou qualquer organização que lide com dados de segurança, como o Instituto Fogo Cruzado; • Plano de ação das atividades dos alunos; • Formulário de avaliação da tarefa; • Com o intuito de adquirir mais embasamento teórico ou aprofundar o estudo de alguma questão, salientamos a existência de uma biblioteca virtual de livre acesso para os alunos.

PRAZO	A data da apresentação do trabalho será alinhada com o professor da disciplina e terá como referência a semana de provas.
CRONOGRAMA DE TUTORIA	Apresentação do Cronograma de Tutoria; explicação sobre o Projeto integrador; dúvidas sobre a Unidade de Aprendizagem em curso; Apresentação dos órgãos que podem ser visitados, para cumprir a atividade expedicionária (atividade de extensão obrigatória); Seminário sobre pesquisa quantitativa; Esclarecimentos finais quanto à realização do Projeto Integrador; Seminário sobre pesquisa qualitativa; Seminário sobre a utilização de entrevistas em pesquisas; Discussão sobre a Unidade de Aprendizagem em curso; Apresentação do formato do relatório final do Projeto Integrador; Fechamento; discussão sobre a Unidade de Aprendizagem em curso; avaliação dos estudantes quanto o formato e as estratégias de ensino e aprendizagem; relato das principais dificuldades enfrentadas pelos alunos.
BIBLIOGRAFIA	***Básica:*** NUCCI, Guilherme de S. **Manual de Direito Penal.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642830/ > SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos F.; LUCIO, María D. P B. **Metodologia de pesquisa.** Porto Alegre: Penso, 2013. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848367/ > FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa.** Porto Alegre: Penso, 2012. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565848138/ >
	Complementar: ESTRELA, Carlos. **Metodologia científica: ciência, ensino, pesquisa**. (Métodos de pesquisa). Porto Alegre: Penso, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536702742/ >

	GRECO, Rogério. **Direito Penal Estruturado**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993412/ > OLIVEIRA, Juan Carlos F.; BRITO, Alexis Couto de. **Direito penal brasileiro.** 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547215231/ >	
OBSERVAÇÕES	O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.	
Data: ___/___/___	Ass. Professor: ----------	Ass. Coordenador: ----------

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ

ESCOLA DE DIREITO

CURSO DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

UNIDADES CURRICULARES DO QUINTO MÓDULO

- Investigação Criminal IV;
- Fundamentos de Direito Comercial;
- Direito Empresarial – Falência;
- Segurança II; e
- Projeto Integrador – Laboratório de Prática V.

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

INVESTIGAÇÃO CRIMINAL IV

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	88	**Não há**	

Ementa

Fundamentos do processo penal. Princípios penais e constitucionais. Lei processual penal no tempo e no espaço. Inquérito policial: início, diligências investigatórias e estrutura. Inquérito policial: prazos, indiciamento e arquivamento. Acordo de não persecução penal. Ação processual penal: noções gerais e condições. Ação processual penal: classificação, adiantamento e ação *ex delicto*. Jurisdição e competência penal. Prisões cautelares e prisões em flagrante. Teoria geral das provas no processo penal. Questões e processos incidentes. Sujeitos e partes do processo. Comunicação dos atos processuais. Medidas cautelares reais. Sentença penal.

Objetivos Gerais

Descrever a origem do processo penal brasileiro. Descrever os princípios da presunção de inocência, do contraditório e da ampla defesa. Analisar as particularidades da lei processual penal em relação às pessoas. Explicar as estruturas dos atos do inquérito policial. Identificar os prazos de conclusão do inquérito policial. Reconhecer o conceito e a previsão normativa do acordo de não persecução penal. Descrever a natureza jurídica da ação processual penal. Reconhecer as particularidades da ação civil *ex delicto.* Explicar os princípios da jurisdição penal. Explicar as hipóteses de prisão preventiva e de prisão temporária. Explicar as espécies de provas no processo penal. Definir questões prejudiciais e questões preliminares. Descrever os papéis do Juiz criminal, do Ministério Público e do acusado. Analisar as citações por edital e por hora certa. Explicar as medidas cautelares reais. Explicar *mutatio libelli* e *emendatio libelli*.

Objetivos Específicos

- Descrever a origem do processo penal brasileiro. Identificar a natureza jurídica das normas processuais nacionais. Definir os sistemas processuais penais.
- Descrever os princípios da presunção de inocência, do contraditório e da ampla defesa. Definir os princípios da publicidade, da busca da verdade e da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos. Identificar o princípio do juiz natural, do *nemo tenetur se detegere* e da proporcionalidade.

- Definir as principais características da lei processual penal no tempo. Identificar as circunstâncias que delimitam a lei processual penal no espaço. Analisar as particularidades da lei processual penal em relação às pessoas.
- Definir as noções gerais do inquérito policial. Descrever os atos do inquérito policial. Explicar as estruturas dos atos do inquérito policial.
- Definir indiciamento. Identificar os prazos de conclusão do inquérito policial. Descrever as hipóteses e o procedimento do arquivamento.
- Reconhecer o conceito e a previsão normativa do acordo de não persecução penal. Definir os requisitos e as condições para o acordo. Explicar o procedimento para a realização do acordo de não persecução penal.
- Descrever a natureza jurídica da ação processual penal. Identificar as condições genéricas da ação penal. Definir as condições específicas da ação penal.
- Explicar a classificação da ação penal. Apontar as hipóteses de aditamento. Reconhecer as particularidades da ação civil *ex delicto.*
- Explicar os princípios da jurisdição penal. Descrever a competência em matéria penal. Analisar a conexão e competência.
- Descrever as características das prisões cautelares. Explicar as hipóteses de prisão preventiva e de prisão temporária. Definir a prisão em flagrante.
- Descrever as noções gerais das provas no processo penal. Analisar os aspectos relevantes das provas. Explicar as espécies de provas no processo penal.
- Definir questões prejudiciais e questões preliminares. Identificar as exceções processuais. Descrever os conflitos de jurisdição e de competência.
- Descrever os papéis do Juiz criminal, do Ministério Público e do acusado. Explicar a atuação do ofendido e do seu defensor. Definir as funções do assistente de acusação.
- Descrever a citação pessoal. Analisar as citações por edital e por hora certa. Definir intimação e notificação.
- Explicar as medidas cautelares reais. Descrever o sequestro de bens móveis e imóveis e o arresto de bens móveis. Definir as hipóteses de hipoteca legal e de arresto prévio de imóveis.
- Definir sentença penal. Descrever a estrutura e os requisitos da sentença penal. Explicar *mutatio libelli* e *emendatio libelli*.

Conteúdo Programático

Unidade 1: Fundamentos do processo penal

1.1 Origem do processo penal brasileiro.
1.2 Natureza jurídica das normas processuais nacionais.
1.3 Sistemas processuais penais.

Unidade 2: Princípios processuais penais e constitucionais

2.1 Princípios da presunção de inocência, do contraditório e da ampla defesa.
2.2 Princípios da publicidade, da busca da verdade e da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.
2.3 Princípio do juiz natural, do *nemo tenetur* se *detegere* e da proporcionalidade.

Unidade 3: Lei processual penal no tempo e no espaço

3.1 Principais características da lei processual penal no tempo.

3.2 Circunstâncias que delimitam a lei processual penal no espaço.

3.3 Particularidades da lei processual penal em relação às pessoas.

Unidade 4: Inquérito policial: início, diligências investigatórias e estrutura

4.1 Noções gerais do inquérito policial.

4.2 Atos do inquérito policial.

4.3 Estruturas dos atos do inquérito policial.

Unidade 5: Inquérito policial: prazos, indiciamento e arquivamento

5.1 Indiciamento.

5.2 Prazos de conclusão do inquérito policial.

5.3 Hipóteses e o procedimento do arquivamento.

Unidade 6: Acordo de não persecução penal

6.1 Conceito e a previsão normativa do acordo de não persecução penal.

6.2 Requisitos e as condições para o acordo.

6.3 Procedimento para a realização do acordo de não persecução penal.

Unidade 7: Ação processual penal: noções gerais e condições

7.1 Natureza jurídica da ação processual penal.

7.2 Condições genéricas da ação penal.

7.3 Condições específicas da ação penal.

Unidade 8: Ação processual penal: classificação, aditamentos e ação *ex delicto*

8.1 Classificação da ação penal.

8.2 Hipóteses de aditamento.

8.3 Particularidades da ação civil *ex delicto*.

Unidade 9: Jurisdição e competência penal

9.1 Princípios da jurisdição penal.

9.2 Competência em matéria penal.

9.3 Conexão e competência.

Unidade 10: Prisões cautelares e prisões em flagrante

10.1 Características das prisões cautelares.

10.2 Hipóteses de prisão preventiva e de prisão temporária.

10.3 Prisão em flagrante.

Unidade 11: Teoria geral das provas no processo penal

11.1 Noções gerais das provas no processo penal.

11.2 Aspectos relevantes das provas.

11.3 Espécies de provas no processo penal.

Unidade 12: Questões e processos incidentes

12.1 Definição de questões prejudiciais e questões preliminares.

12.2 Exceções processuais.

12.3 Conflitos de jurisdição e de competência.

Unidade 13: Sujeitos e partes do processo

13.1 Papéis do Juiz criminal, do Ministério Público e do acusado.

13.2 Atuação do ofendido e do seu defensor.

13.3 Funções do assistente de acusação.

Unidade 14: Comunicação dos atos processuais

14.1 Citação pessoal.

14.2 Citações por edital e por hora certa.

14.3 Intimação e Notificação.

Unidade 15: Medidas cautelares reais

15.1 Medidas cautelares reais.

15.2 Sequestro de bens móveis e imóveis e o arresto de bens móveis.

15.3 Hipóteses de hipoteca legal e de arresto prévio de imóveis.

Unidade 16: Sentença penal

16.1 Sentença penal.

16.2 Estrutura e os requisitos da sentença penal.

16.3 *Mutatio libelli* e *emendatio libelli*.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação.

Bibliografia Básica:

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626072/ >

AVENA, Norberto. **Processo Penal.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647774/ >

NUCCI, Guilherme de S. **Manual de Processo Penal.** Volume Único. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559647385/ >

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. **Processo penal e constituição: princípios constitucionais do processo penal.** São Paulo: Editora Saraiva, 2014. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502224308/ >

NUCCI, Guilherme de S. **Manual de Processo Penal.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643691/ >

MARCÃO, Renato F. **Curso de Processo Penal.** São Paulo: Editora Saraiva, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555594485/ >

JÚNIOR, Aury Celso Lima L.; GLOECKNER, Ricardo J. **Investigação preliminar no processo penal**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502225992/ >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

Data:	Ass. Professor:	Ass. Coordenador:
___/___/___	----------	----------

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

FUNDAMENTOS DE DIREITO COMERCIAL

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	88	**Não há**	

Ementa

Evolução histórica do direito comercial. Empresário. Caracterização do empresário. Estabelecimento e ponto empresarial. Nome empresarial, título do estabelecimento, marcas e patentes. Empresário individual e sociedades empresárias. O capital inicial. Atividade empresarial. Atuação empresarial e função social. Atuação empresarial: Direito do trabalho e do consumidor. Conceito, teoria geral dos créditos e títulos de créditos. Do cheque. Da Nota Promissória. Duplicata. Letra de cambio. Atos cambiários: endosso, aval e protesto.

Objetivos Gerais

Descrever a evolução normativa do Direito Comercial brasileiro. Distinguir empresário individual de sociedade empresária. Identificar os elementos essenciais de regulação da atividade empresarial e do empresário. Reconhecer os mecanismos de alienação e tutela do estabelecimento e do ponto empresarial. Identificar o que vem a ser empresa, o empresário e a sociedade empresária. Caracterizar a atividade empresarial. Analisar a inscrição do empresário, bem como a sua capacidade. Explicar a importância do registro da empresa. Conceituar os títulos de crédito e suas modalidades. Conceituar letra de câmbio. Definir endosso, aval e protesto.

Objetivos Específicos

- Descrever a evolução normativa do Direito Comercial brasileiro. Analisar a teoria da empresa como novo paradigma do Direito Comercial. Identificar as fontes do Direito Empresarial.
- Distinguir empresário individual de sociedade empresária. Definir a possibilidade ou a impossibilidade de o servidor público exercer atividade empresária. Analisar os impedimentos e as hipóteses de incapacidade do empresário.
- Identificar os elementos essenciais de regulação da atividade empresarial e do empresário. Distinguir o empreendedor do empresário. Reconhecer o mecanismo de registro do empresário perante o órgão oficial competente.
- Identificar o que vem a ser o estabelecimento e sua proteção. Explicar como funciona a proteção ao ponto empresarial. Reconhecer os mecanismos de alienação e tutela do estabelecimento e do ponto empresarial.

- Identificar o que vem a ser nome empresarial, título do estabelecimento, marcas e patentes. Distinguir o nome empresarial do título do estabelecimento, e as marcas das patentes. Reconhecer as formas de proteção dos institutos apresentados.
- Identificar o que vem a ser empresa, o empresário e a sociedade empresária. Distinguir empresa de empresário e empresário individual de sociedade empresária. Reconhecer esses institutos e sua correta regulamentação.
- Identificar a regulamentação do capital social. Relacionar os princípios que orientam a formação do capital social. Reconhecer as implicações do capital social na responsabilidade dos sócios e da sociedade.
- Caracterizar a atividade empresarial. Analisar a inscrição do empresário, bem como a sua capacidade. Explicar a importância do registro da empresa.
- Identificar regras que revelam a função social da empresa. Distinguir a função social da repercussão e da responsabilidade social. Reconhecer como utilizar a função social em favor da empresa.
- Identificar regras básicas de Direito do trabalho e do consumidor. Distinguir as regras relativas ao Direito do trabalho e do consumidor. Compreender como minimizar riscos trabalhistas e consumeristas em favor da empresa.
- Conceituar os títulos de crédito e suas modalidades. Reconhecer os princípios gerais que norteiam os títulos de crédito. Identificar a classificação dos títulos de crédito.
- Identificar a regulamentação relativa ao cheque. Distinguir as regras gerais previstas em lei das regras de mercado. Reconhecer a correta aplicação das regras relativas ao cheque.
- Identificar a regulamentação relativa à nota promissória. Distinguir as regras da nota promissória dos demais títulos e suas vantagens. Reconhecer os benefícios da nota promissória.
- Identificar a regulamentação relativa à duplicata. Distinguir a duplicata de outros títulos e outros documentos de dívida. Reconhecer como utilizar a duplicata em benefício do empresário.
- Conceituar letra de câmbio. Identificar a legislação aplicável à letra de câmbio. Analisar decisões judiciais acerca de letra de câmbio.
- Definir endosso, aval e protesto. Diferenciar aval de fiança. Explicar as diversas formas de endosso.

Conteúdo Programático

Unidade 1: Evolução histórica do direito comercial

1.1 Evolução normativa do Direito Comercial brasileiro.
1.2 Teoria da empresa como novo paradigma do Direito Comercial.
1.3 Fontes do Direito Empresarial.

Unidade 2: Empresário

2.1 Diferença entre empresário individual de sociedade empresária.
2.2 Possibilidade ou a impossibilidade de o servidor público exercer atividade empresária.
2.3 Impedimentos e as hipóteses de incapacidade do empresário.

Unidade 3: Caracterização do empresário

3.1 Elementos essenciais de regulação da atividade empresarial e do empresário.

3.2 Distinção do empreendedor do empresário.

3.3 Mecanismo de registro do empresário perante o órgão oficial competente.

Unidade 4: Estabelecimento e ponto empresarial

4.1 O que é estabelecimento e sua proteção.

4.2 Como funciona a proteção ao ponto empresarial.

4.3 Mecanismos de alienação e tutela do estabelecimento e do ponto empresarial.

Unidade 5: Nome empresarial, título do estabelecimento, marcas e patentes

5.1 O que vem a ser nome empresarial, título do estabelecimento, marcas e patentes.

5.2 Distinção entre nome empresarial do título do estabelecimento, e as marcas das patentes.

5.3 Formas de proteção dos institutos apresentados.

Unidade 6: Empresário individual e sociedades empresárias

6.1 O que vem a ser empresa, o empresário e a sociedade empresária.

6.2 Distinção de empresa de empresário e empresário individual de sociedade empresária.

6.3 Institutos e sua correta regulamentação.

Unidade 7: O capital social

7.1 Regulamentação do capital social.

7.2 Princípios que orientam a formação do capital social.

7.3 Implicações do capital social na responsabilidade dos sócios e da sociedade.

Unidade 8: Atividade empresarial

8.1 Atividade empresarial.

8.2 Inscrição do empresário, bem como a sua capacidade.

8.3 A importância do registro da empresa.

Unidade 9: Atuação empresarial e função social

9.1 Regras que revelam a função social da empresa.

9.2 Função social da repercussão e da responsabilidade social.

9.3 Como utilizar a função social em favor da empresa.

Unidade 10: Atuação empresarial: Direito do trabalho e do consumidor

10.1 Regras básicas de Direito do trabalho e do consumidor.

10.2 Regras relativas ao Direito do trabalho e do consumidor.

10.3 Riscos trabalhistas e consumeristas em favor da empresa.

Unidade 11: Conceito, teoria geral dos créditos e títulos de crédito

11.1 Títulos de crédito e suas modalidades.

11.2 Princípios gerais que norteiam os títulos de crédito.

11.3 Classificação dos títulos de crédito.

Unidade 12: Cheque

12.1 Regulamentação relativa ao cheque.

12.2 Regras gerais previstas em lei das regras de mercado.

12.3 Correta aplicação das regras relativas ao cheque.

Unidade 13: Nota Promissória

13.1 Regulamentação relativa à nota promissória.

13.2 Regras da nota promissória dos demais títulos e suas vantagens.

13.3 Benefícios da nota promissória.

Unidade 14: Duplicata

14.1 Regulamentação relativa à duplicata.

14.2 Distinção da duplicata de outros títulos e outros documentos de dívida.

14.3 Como utilizar a duplicata em benefício do empresário.

Unidade 15: Letra de câmbio

15.1 Letra de câmbio.

15.2 Legislação aplicável à letra de câmbio.

15.3 Decisões judiciais acerca de letra de câmbio.

Unidade 16: Atos cambiários: endosso, aval e protesto

16.1 Definição de endosso, aval e protesto.

16.2 Diferença entre aval e fiança.

16.3 Diversas formas de endosso.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação.

Bibliografia Básica:

FRAPORTI, Simone; GIACOMELLI, Cinthia L F.; VIERO, Guérula M.; et al. **Direito Empresarial I**. Porto Alegre: SAGAH, 2020. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025608/ >

VENOSA, Sílvio de S.; RODRIGUES, Cláudia. **Direito Empresarial.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772445/ >

MAMEDE, Gladston. **Manual de Direito Empresarial.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559774845/ >

Bibliografia Complementar:

NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito empresarial.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627857/ >

SACRAMONE, Marcelo B. **Manual de Direito Empresarial.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626256/ >

CHAGAS, Edilson Enedino das. **Direito empresarial (Coleção Esquematizado®)**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553621558/ >

VIDO, Elisabete. **Curso de Direito Empresarial.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626461/ >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

Data: ___/___/___	Ass. Professor: ----------	Ass. Coordenador: ----------

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

DIREITO EMPRESARIAL – FALÊNCIA

Código	**Carga Horária**	**Pré-Requisito**	**Escola**
	66	**Não há**	

Ementa

Sociedade empresárias: espécies. Sociedade Limitada. Sociedade em nome coletivo. Sociedade Anônima: Regras gerais. Sociedade cooperativa. Sociedade em comandita simples e por ações. Sociedade em conta de participação. Da resolução e dissolução da sociedade. Recuperação de empresas e sua diferenciação da concordata. Das Convenções Coletiva; dos Acordos coletivos e das comissões de conciliação prévia. Da Falência. Da Recuperação de empresas.

Objetivos Gerais

Diferenciar sociedades simples de sociedades empresárias. Classificar as sociedades empresárias. Distinguir as regras gerais societárias e as específicas da sociedade limitada. Analisar a responsabilidade dos sócios e as características da sociedade em nome coletivo. Descrever a estrutura da sociedade cooperativa. Conceituar as sociedades em comandita simples e por ações. Conhecer e entender as características específicas da sociedade em conta de participação. Identificar quando se está diante da falência. Reconhecer as implicações da falência para a empresa, o empresário e os credores.

- Diferenciar sociedades simples de sociedades empresárias. Classificar as sociedades empresárias. Explicar sinteticamente cada uma das sociedades empresárias.
- Identificar a regulamentação relativa à sociedade limitada. Distinguir as regras gerais societárias e as específicas da sociedade limitada. Reconhecer os órgãos da sociedade limitada e sua correta regulamentação.
- Conceituar a sociedade em nome coletivo. Analisar a responsabilidade dos sócios e as características da sociedade em nome coletivo. Explorar as normas jurídicas e a jurisprudência dos tribunais acerca da sociedade em nome coletivo.
- Identificar as características mais importantes da sociedade anônima. Distinguir as regras específicas da sociedade anônima e das demais sociedades. Reconhecer os benefícios e os riscos da sociedade anônima.

- Definir as características da sociedade cooperativa. Descrever a estrutura da sociedade cooperativa. Analisar a responsabilidade dos sócios na sociedade cooperativa.
- Conceituar as sociedades em comandita simples e por ações. Analisar a responsabilidade dos sócios e as características das sociedades em comandita simples e por ações. Explorar as normas jurídicas e a jurisprudência dos Tribunais acerca das sociedades em comandita simples e por ações.
- Conhecer e entender as características específicas da sociedade em conta de participação. Identificar em quais tipos de negócio jurídico este modelo societário se enquadra. Vislumbrar os conflitos jurídicos societários existentes decorrentes desta prática empresarial.
- Identificar as hipóteses de resolução da sociedade em relação a um sócio. Distinguir os elementos indispensáveis na apuração dos haveres quando ocorre a resolução da sociedade em relação a um sócio. Reconhecer os elementos da dissolução da sociedade.
- Diferenciar concordata de recuperação empresarial. Apresentar as características da recuperação judicial. Analisar as peculiaridades da concordata.
- Distinguir convenção coletiva de acordo coletivo. Diferenciar um dissídio coletivo de natureza econômica de um dissídio de natureza jurídica. Identificar uma comissão de conciliação prévia.
- Identificar quando se está diante da falência. Distinguir a falência do encerramento da atividade sem falência. Reconhecer as implicações da falência para a empresa, o empresário e os credores.
- Identificar quem está sujeito à recuperação de empresas. Distinguir a recuperação de empresas da falência. Reconhecer quando se pode pleitear a recuperação de empresas.

Conteúdo Programático

Unidade 1: Sociedades empresárias: espécies

1.1 Diferenças entre sociedades simples de sociedades empresárias.
1.2 Classificação de sociedades empresárias.
1.3 Sociedades empresárias.

Unidade 2: Sociedade Limitada

2.1 Regulamentação relativa à sociedade limitada.
2.2 Regras gerais societárias e as específicas da sociedade limitada.
2.3 Órgãos da sociedade limitada e sua correta regulamentação.

Unidade 3: Sociedade em nome coletivo

3.1 Sociedade em nome coletivo.

3.2 Responsabilidade dos sócios e as características da sociedade em nome coletivo.

3.3 Normas jurídicas e a jurisprudência dos tribunais acerca da sociedade em nome coletivo.

Unidade 4: Sociedade Anônima: Regras gerais

4.1 Características mais importantes da sociedade anônima.

4.2 Regras específicas da sociedade anônima e das demais sociedades.

4.3 Benefícios e os riscos da sociedade anônima.

Unidade 5: Sociedade cooperativa

5.1 Características da sociedade cooperativa.

5.2 Estrutura da sociedade cooperativa.

5.3 Responsabilidade dos sócios na sociedade cooperativa.

Unidade 6: Sociedade em comandita simples e por ações

6.1 Sociedades em comandita simples e por ações.

6.2 A responsabilidade dos sócios e as características das sociedades em comandita simples e por ações.

6.3 Normas jurídicas e a jurisprudência dos Tribunais acerca das sociedades em comandita simples e por ações.

Unidade 7: Sociedade em conta de participação

7.1 Características específicas da sociedade em conta de participação.

7.2 Tipos de negócio jurídico este modelo societário se enquadra.

7.3 Conflitos jurídicos societários existentes decorrentes desta prática empresarial.

Unidade 8: Da resolução e dissolução da sociedade

8.1 Hipóteses de resolução da sociedade em relação a um sócio.

8.2 Elementos indispensáveis na apuração dos haveres quando ocorre a resolução da sociedade em relação a um sócio.

8.3 Elementos da dissolução da sociedade.

Unidade 9: Recuperação de empresas e sua diferenciação da concordata

9.1 Diferença de concordata de recuperação empresarial.

9.2 Características da recuperação judicial.

9.3 Peculiaridades da concordata.

Unidade 10: Das Convenções Coletivas; dos Acordos Coletivos e das Comissões de Conciliação Prévia

10.1 Distinção de convenção coletiva de acordo coletivo.

10.2 Diferença entre dissídio coletivo de natureza econômica de um dissídio de natureza jurídica.

10.3 comissão de conciliação prévia.

Unidade 11: A Falência

11.1 Quando se está diante da falência.

11.2 Distinção da falência do encerramento da atividade sem falência.

11.3 Implicações da falência para a empresa, o empresário e os credores.

Unidade 12: A recuperação de Empresas

12.1 Quem está sujeito à recuperação de empresas.

12.2 Recuperação de empresas da falência.

12.3 Quando se pode pleitear a recuperação de empresas.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação.

Bibliografia Básica:

FILHO, Calixto S. **O novo direito societário.** São Paulo: Editora Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611522/ >

MAMEDE, Gladston. **Direito Societário (Direito Empresarial Brasileiro).** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559772582/ >

TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário. v.1.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553627383/ >

Bibliografia Complementar:

ROQUE, Pamela R. **Estudos Aplicados de Direito Empresarial: LLC Empresarial.** São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556274379/ >

SANTOS, Tiago F.; DIHL, Janaína C O.; ILANES, Miriany C S.; e outros. **Legislação empresarial aplicada.** Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024380/ >

SACRAMONE, Marcelo B. **Manual de Direito Empresarial.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626256/ >

VIDO, Elisabete. **Prática jurídica empresarial.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553625761/ >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

Data:	Ass. Professor:	Ass. Coordenador:
___/___/___	----------	----------

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

SEGURANÇA II

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	44	**Não há**	

Ementa

Segurança Pública no Brasil e o papel dos entes federados. Policiamento Comunitário e Guarda municipal. Políticas de segurança e manutenção da ordem pública. Mudanças na política de segurança pública. Plano Nacional de segurança pública. Avaliação e monitoramento das políticas de segurança. Carreiras jurídicas na Segurança. Segurança jurídicas na segurança. Segurança Pública e Direitos Humanos.

Objetivos Gerais

Sintetizar a trajetória de segurança pública no Brasil. Identificar os motivos da criação das guardas municipais pelo poder público municipal. Descrever a importância das políticas de segurança pública para a redução da criminalidade. Sintetizar o panorama da segurança pública brasileira nos últimos 20 anos. Explicar o conteúdo e os objetivos do Decreto nº 9.630/18. Discutir a problemática da avaliação e do monitoramento de políticas públicas de segurança. Analisar o papel do delegado no âmbito da Constituição Federal. Explicar a política de segurança pública e o seu papel na sociedade.

Objetivos Específicos

- Sintetizar a trajetória de segurança pública no Brasil. Descrever o papel dos entes federados para a garantia da segurança pública no Brasil. Discutir a necessidade de inovação na gestão da segurança pública.
- Identificar os motivos da criação das guardas municipais pelo poder público municipal. Reconhecer os pressupostos de legalidade, competência e funcionamento do órgão de policiamento municipal. Explicar as bases do policiamento comunitário e a efetiva aplicação do poder da polícia, além das atribuições com previsão constitucional.
- Descrever a importância das políticas de segurança pública para a redução da criminalidade. Reconhecer o impacto que a manutenção da ordem pública tem na redução da criminalidade. Discutir as ações governamentais para a manutenção da ordem pública, por meio de seus projetos de segurança pública.
- Sintetizar o panorama da segurança pública brasileira nos últimos 20 anos. Apontar atores e empreendedores responsáveis pela definição de novos papéis na política nacional de segurança pública nos últimos anos. Explicar como as mudanças articuladas por novos atores e empreendedores produziram alterações significativas na política de segurança pública brasileira.

- Explicar o conteúdo e os objetivos do Decreto nº 9.630/18. Discutir o conteúdo do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP). Descrever o funcionamento do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).
- Discutir a problemática da avaliação e do monitoramento de políticas públicas de segurança. Explicar como a questão da segurança pública foi tratada no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Especificar como a questão de segurança pública foi tratada no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.
- Analisar o papel do delegado no âmbito da Constituição Federal. Diferenciar as competências do delegado federal das competências do delegado estadual. Explicar as competências, prerrogativas e funções do delegado no âmbito do inquérito penal e do processo penal.
- Explicar a política de segurança pública e o seu papel na sociedade. Relacionar perfil populacional e acesso aos direitos conquistados a partir da DUDH. Reconhecer os desafios da implementação dos direitos humanos no sistema prisional brasileiro.

Conteúdo Programático

Unidade 1: Segurança pública no Brasil e o papel dos entes federados

1.1 Trajetória de segurança pública no Brasil.
1.2 Papel dos entes federados para a garantia da segurança pública no Brasil.
1.3 Necessidade de inovação na gestão da segurança pública.

Unidade 2: Policiamento comunitário e funções da Guarda Municipal

2.1 Criação das guardas municipais pelo poder público municipal.
2.2 Pressupostos de legalidade, competência e funcionamento do órgão de policiamento municipal.
2.3 Bases do policiamento comunitário e a efetiva aplicação do poder da polícia, além das atribuições com previsão constitucional.

Unidade 3: Políticas de segurança e manutenção da ordem pública

3.1 A importância das políticas de segurança pública para a redução da criminalidade.

3.2 O impacto que a manutenção da ordem pública tem na redução da criminalidade.

3.3 Ações governamentais para a manutenção da ordem pública, por meio de seus projetos de segurança pública.

Unidade 4: Mudanças na política de segurança pública nos últimos 20 anos no Brasil

4.1 Panorama da segurança pública brasileira nos últimos 20 anos.

4.2 Atores e empreendedores responsáveis pela definição de novos papéis na política nacional de segurança pública nos últimos anos.

4.3 Mudanças articuladas por novos atores e empreendedores produziram alterações significativas na política de segurança pública brasileira.

Unidade 5: Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

5.1 Conteúdo e os objetivos do Decreto nº 9.630/18.

5.2 Conteúdo do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP).

5.3 Funcionamento do Sistema Único de Segurança Pública (Susp).

Unidade 6: Avaliação e monitoramento das políticas de segurança pública

6.1 Problemática da avaliação e do monitoramento de políticas públicas de segurança.

6.2 Questão da segurança pública foi tratada no Governo de Fernando Henrique Cardoso.

6.3 Questão de segurança pública foi tratada no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Unidade 7: Carreiras jurídicas na segurança pública

7.1 Papel do delegado no âmbito da Constituição Federal.

7.2 Competências do delegado federal das competências do delegado estadual.

7.3 Competências, prerrogativas e funções do delegado no âmbito do inquérito penal e do processo penal.

Unidade 8: Segurança pública e direitos humanos

8.1 Política de segurança pública e o seu papel na sociedade.

8.2 Perfil populacional e acesso aos direitos conquistados

a partir da DUDH.

8.3 desafios da implementação dos direitos humanos no sistema prisional brasileiro.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite

aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação.

Bibliografia Básica:

SPANHOL, Fernando J.; LUNARDI, Giovani M.; SOUZA, Márcio Vieira de. **Tecnologias de Informação e Comunicação na Segurança Pública e Direitos Humanos**. São Paulo: Editora Blucher, 2016. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580391763/ >

FILOCRE, Lincoln D. **Direito Policial Moderno: Polícia de Segurança Pública no Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2017. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584933273/ >

SOUSA, Cássio VS.; FERNANDES, Rodrigo F. **Atividades e profissões jurídicas.** Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024687/ >

Bibliografia Complementar:

RUIZ, Jefferson Lee de S. **Direitos humanos e concepções contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2015. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524923685/ >

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624610/ >

SIQUEIRA JÚNIOR., Paulo Hamilton; Miguel Augusto Machado de Oliveira. **Direitos humanos: liberdades públicas e cidadania.** São Paulo: Editora Saraiva, 2016. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502636514/ >

GUERRA, Sidney. **Curso de Direitos Humanos.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596151/ >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

Data:	Ass. Professor:	Ass. Coordenador:
___/___/___	----------	----------

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ

PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular

PROJETO INTEGRADOR V

Código	**Carga Horária**	**Componente curricular teórico-prático**	**Escola**
	44	**11 horas**	**Direito**
		Componente curricular de extensão	
		33 horas	

DESCRIÇÃO	O Projeto Integrador consiste em atividades de resolução de problemas reais, a partir de uma ou mais questões específicas (questões orientadoras), constituindo um desafio cognitivo, cuja solução poderá demandar pesquisa e estudo, estimulando o estudante no confronto dos problemas do mundo real na profissão escolhida com os conteúdos assimilados durante as aulas. Em suma, o projeto integrador visa sistematizar os conhecimentos adquiridos pelos estudantes durante o desenvolvimento do curso proporcionando vivência prática-profissional mediante aplicação dos conhecimentos em situações reais. Presente em todos os períodos de sua formação, objetiva viabilizar e apresentar projetos que unam o conhecimento obtido em cada módulo por meio das respectivas unidades curriculares, desenvolver habilidades de pesquisa e interpretação de dados e informações, despertar o senso prático e o interesse pela pesquisa no exercício profissional, promover integração e cooperação tecnológica entre a UniSãoJosé e o mercado de trabalho, incentivar a criatividade e os talentos pessoais e profissionais e integrar os conhecimentos acadêmicos com a aplicação no exercício das atividades laborais. O Cronograma de Tutoria irá proporcionar um contato constante entre estudante e tutor, facilitando o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem. Deverá ser realizado individualmente ou em grupo, sob orientação do tutor, com base em suportes teóricos e metodológicos consistentes e em consonância com as normas de trabalhos acadêmicos definidos pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), sendo quesito parcial para conclusão de cada Módulo e, por consequência, do curso

	como um todo, sendo considerados na avaliação a participação nas atividades de tutoria e o cumprimento da atividade, levando-se em conta o prazo de entrega e sua qualidade acadêmica. Portanto, é importante a conclusão das atividades de cada Projeto Integrador dentro do prazo estabelecido evitando acúmulo de tarefas e atraso na conclusão de seu curso.
ATIVIDADE	A empresa SOS Segurança nasceu em 1985 com o objetivo de oferecer serviços de segurança patrimonial na área de escolta armada para bancos. Com o passar do tempo, a empresa obteve relevância nacional, o que possibilitou a diversificação das suas atividades e a presença em todos os estados do Brasil. Atualmente, a empresa está enfrentando problemas na filial do Rio de Janeiro. A referida sucursal possui 800 funcionários, organizados em quatro gerências: • Gerência de shoppings centers; • Gerência de transporte de valores; • Gerência de condomínios residenciais; e • Gerência de grandes eventos. As problemáticas enfrentadas no Rio de Janeiro tornaram a permanência da atual gerência insustentável, sendo os quatro gerentes demitidos sumariamente em razão da inabilidade em lidar com as situações que denigrem a imagem da empresa, descritas abaixo: • Funcionários que utilizam as câmeras para observar os condôminos em seus apartamentos, violando a intimidade dos mesmos; • Funcionários que não tomam os devidos cuidados com as armas de fogo, por exemplo, esquecem de conferir se estão carregadas; • Distração com os shows ao invés de observar pessoas que estão cometendo furtos; • Assédio moral e bullying entre os próprios funcionários; e • Conflitos por causa das melhores escalas de trabalho. Imediatamente após as demissões, a Direção convocou seus 4 (quatro) melhores funcionários com o objetivo de assumirem as gerências e resolverem as questões. Com base nas informações apresentadas e cientes de que os alunos membros do grupo deste projeto integrador ocupam as funções hipotéticas de gerentes, surge a seguinte problemática: como resolver essas questões e tornar a SOS Segurança uma organização eficiente, melhorando a sua imagem junto aos consumidores? O grupo deve se concentrar na construção justificada de estratégias de resolução/gestão desses problemas, construindo uma dissertação, que contenha, obrigatoriamente: • A apresentação e explicação das estratégias apresentadas; e • A análise dos impactos na imagem da empresa das estratégias escolhidas pelos gerentes.

	Para facilitar o desenvolvimento da tarefa, observe e cumpra os pontos descritos nos objetivos específicos.
METODOLOGIA	***Componente curricular teórico-prático:*** Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, *webconference* e outros momentos síncronos, que possibilitem aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas. ***Componente curricular de extensão:*** Serão desenvolvidas atividades de extensão, de caráter obrigatório, pertinentes ao conteúdo da unidade curricular, previstas no PPC do curso, perfazendo o total de 33 horas.
OBJETIVO GERAL	Criar estratégias de resolução/gestão dos problemas enfrentados pela empresa para torná-la uma organização eficiente e bem-vista.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	• Escolher e visitar uma empresa de segurança privada; • Fazer uma tempestade de ideias para levantar o máximo de opções para os problemas apresentados; • Criar e apresentar as soluções para os problemas apresentados; • Explicar e justificar as soluções; • Desenvolver a oratória dos discentes através da apresentação do resultado final do projeto integrador.
ORIENTAÇÕES	• Cada texto dissertativo deve conter o mínimo de 40 linhas (700 palavras), não incluídos o nome do aluno, o título do trabalho, as referências bibliográficas e os anexos; • Não esqueça de mencionar as fontes, pois os textos copiados serão submetidos à aplicativos verificadores de plágio; • O aluno poderá usar livremente a sua criatividade no desenvolvimento do trabalho; • O aluno poderá utilizar qualquer fonte de informação confiável no desenvolvimento do trabalho; • Tenha atenção ao Cronograma de Tutoria.
INSTRUMENTOS	• Aprendizagem expedicionária através da visita a uma empresa de segurança privada; • Plano de ação das atividades dos alunos; • Formulário de avaliação da tarefa; • Com o intuito de adquirir mais embasamento teórico ou aprofundar o estudo de alguma questão, salientamos a existência de uma biblioteca virtual de livre acesso para os alunos.

PRAZO	A data da apresentação do trabalho será alinhada com o professor da disciplina e terá como referência a semana de provas.
CRONOGRAMA DE TUTORIA	Apresentação do Cronograma de Tutoria; explicação sobre o Projeto integrador; dúvidas sobre a Unidade de Aprendizagem em curso; Apresentação dos órgãos que podem ser visitados, para cumprir a atividade expedicionária (atividade de extensão obrigatória); Seminário sobre negociação; Esclarecimentos finais quanto à realização do Projeto Integrador; Seminário sobre negociação colaborativa; Seminário sobre mediação de conflitos; Discussão sobre a Unidade de Aprendizagem em curso; Apresentação do formato do relatório final do Projeto Integrador; Fechamento; discussão sobre a Unidade de Aprendizagem em curso; avaliação dos estudantes quanto o formato e as estratégias de ensino e aprendizagem; relato das principais dificuldades enfrentadas pelos alunos.
BIBLIOGRAFIA	***Básica:*** VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de Conflitos e Práticas Restaurativas.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559648030/ > GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de A. **Meios extrajudiciais de solução de conflitos: manual dos MESCs.** São Paulo: Editora Manole, 2022. E-book. ISBN 9786555768145. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555768145/ > BARROSO, Darlan; LETTIERE, Juliana F. **Prática no processo civil.** São Paulo: Editora Saraiva, 2019. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553611935/
	Complementar: RIBEIRO, Marcelo. **Processo Civil.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559646166/ >

	MOREIRA, José Carlos B. **O novo processo civil brasileiro.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2012. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4385-1/ > LOURENÇO, Haroldo. **Processo Civil Sistematizado.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9786559640133. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559640133/ >	
OBSERVAÇÕES	O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.	
Data: ___/___/___	Ass. Professor: ----------	Ass. Coordenador: ----------

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ

ESCOLA DE DIREITO

CURSO DE TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PÚBLICA

UNIDADES CURRICULARES DO SEXTO MÓDULO

- Perícia Criminal;
- Tópicos em Segurança;
- Educação Ambiental e para Direitos Humanos;
- Psicologia Forense e Criminologia; e
- Projeto Integrador – Laboratório de Prática VI.

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

PERÍCIA CRIMINAL

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	44	**Não há**	

Ementa

Provas admitidas no Direito Brasileiro. Prova pericial. Laudos periciais. Perícia Objetivos e tipos. Perícia e auditoria. Conceito de Perícia Contábil. Perícia Contábil.

Objetivos Gerais

Analisar os elementos de utilização de uma prova, sabendo classificá-la. Definir o conceito da prova pericial. Identificar a finalidade da prova pericial. Definir a sequência de elaboração de um laudo pericial. Distinguir as diferenças existentes entre os laudos de perícia trabalhista e contábil. Reconhecer as diferenças entre perícia e auditoria. Utilizar e aplicar os conceitos utilizados pela perícia. Identificar os conceitos e as necessidades da perícia contábil. Classificar os fundamentos lógicos e deontológicos da perícia contábil.

Objetivos Específicos

- Analisar os elementos de utilização de uma prova, sabendo classificá-la. Avaliar quais os pressupostos necessários para os meios de prova, acerca do ônus da apresentação. Diferenciar as fases que compõem o procedimento probatório, bem como seus princípios.
- Definir o conceito da prova pericial. Identificar a finalidade da prova pericial. Reconhecer métodos de evidenciar a prova pericial.
- Definir a sequência de elaboração de um laudo pericial. Estabelecer a sequência de encaminhamento de um laudo pericial. Distinguir as diferenças existentes entre os laudos de perícia trabalhista e contábil.
- Definir a finalidade da perícia contábil. Analisar os tipos de perícia contábil. Reconhecer as diferenças entre perícia e auditoria.
- Diferenciar auditoria de perícia. Utilizar e aplicar os conceitos utilizados pela perícia. Identificar a necessidade de realizar auditorias internas e externas.
- Identificar os conceitos e as necessidades da perícia contábil. Relembrar a evolução histórica da perícia contábil. Demonstrar a prática da perícia contábil.
- Classificar os fundamentos lógicos e deontológicos da perícia contábil. Definir os fundamentos doutrinários relacionados com a perícia contábil. Identificar os fundamentos periciais.

Conteúdo Programático

Unidade 1: Provas Admitidas no Direito Brasileiro

1.1 Elementos de utilização de uma prova, sabendo classificá-la.
1.2 Pressupostos necessários para os meios de prova, acerca do ônus da apresentação.
1.3 Fases que compõem o procedimento probatório, bem como seus princípios.

Unidade 2: Prova Pericial

2.1 Conceito da prova pericial.
2.2 Finalidade da prova pericial.
2.3 Métodos de evidenciar a prova pericial.

Unidade 3: Laudos periciais

3.1 Sequência de elaboração de um laudo pericial.

3.2 Sequência de encaminhamento de um laudo pericial.

3.3 Diferenças existentes entre os laudos de perícia trabalhista e contábil.

Unidade 4: Perícia: objetivos e tipos

4.1 Finalidade da perícia contábil.

4.2 Tipos de perícia contábil.

4.3 Diferenças entre perícia e auditoria.

Unidade 5: Perícia e auditoria

5.1 Distinção de auditoria de perícia.

5.2 Conceitos utilizados pela perícia.

5.3 Necessidade de realizar auditorias internas e externas.

Unidade 6: Conceitos de perícia contábil

6.1 Conceitos e as necessidades da perícia contábil.

6.2 Evolução histórica da perícia contábil.

6.3 Prática da perícia contábil.

Unidade 7: Perícia contábil

7.1 Papel do delegado no âmbito da Constituição Federal.

7.2 Competências do delegado federal das competências do delegado estadual.

7.3 Competências, prerrogativas e funções do delegado no âmbito do inquérito penal e do processo penal.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação.

Bibliografia Básica:

TRUNCKLE, Yuri F.; OKAMOTO, Cristina A. **Medicina Legal e Perícias Médicas. (Coleção Método Essencial)**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559643226/ >

MELO, Paulo Cordeiro de. **A perícia no novo código de processo Civil.** 1ª edição. São Paulo: Editora Trevisan, 2016. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788599519851/ >

MAGALHÃES, Antonio de Deus F. **Perícia Contábil - Uma Abordagem Teórica, Ética, Legal, Processual e Operacional**. 8ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2017. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597011043/ >

Bibliografia Complementar:

FRANÇA, Genival Veloso de. **Fundamentos de Medicina Legal**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527733373/ >

PEREIRA, Eliomar da S. **Teoria da Investigação Criminal.** São Paulo: Grupo Almedina (Portugal), 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556275802/ >

MENDRONI, Marcelo B. **Curso de investigação criminal**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2013. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522476947/ >

CROCE, Delston; JÚNIOR, Delton C. **Manual de Medicina Legal**. 8ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502149533/ >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

Data:	Ass. Professor:	Ass. Coordenador:
___/___/___	----------	----------

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

TÓPICOS EM SEGURANÇA

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	44	**Não há**	

Ementa

Abuso de autoridade. Crimes ambientais. Crimes hediondos. Crimes de trânsito. Estatuto do desarmamento. Interceptação telefônica. Juizados Especiais Criminais. Lavagem de dinheiro. Terrorismo. Tortura. Tráfico de pessoas. Violência doméstica e familiar.

Objetivos Gerais

Proporcionar ao aluno a análise das questões fundamentais do Direito Penal Especial, verificando especificamente as leis penais extravagantes.

Objetivos Específicos

- Identificar a incidência do abuso de autoridade através da análise dos dispositivos legais.
- Analisar os crimes ambientais e a atuação do poder público nas situações descritas na lei.
- Explicar o conceito de crimes hediondos e a sua caracterização.
- Identificar os crimes de trânsito previstos no ordenamento brasileiro.
- Verificar o Estatuto do Desarmamento e aprender as consequências da posse irregular e do porte ilegal de arma de fogo.
- Conceituar o que é interceptação telefônica e analisar os seus aspectos processuais e penais.
- Analisar a disciplina dos juizados especiais criminais.
- Diferenciar procedimento sumaríssimo e suspensão condicional do processo nos juizados especiais criminais.
- Identificar o que caracteriza lavagem de dinheiro e os seus tipos penais.
- Conceituar terrorismo contrastando a sua disciplina internacional e nacional.
- Analisar o crime de tortura e os institutos da graça e da anistia.
- Conceituar o tráfico de pessoas e verificar princípios e diretrizes para evitar esse crime.
- Analisar a violência doméstica e familiar abordando as medidas protetivas de urgência e a aplicação da Lei Maria da Penha.

Conteúdo Programático

Unidade 1: Abuso de autoridade.

1.1 Introdução.
1.2 Dos crimes.
1.3 Dos efeitos da condenação.

Unidade 2: Crimes ambientais.

2.1 Disposições gerais.
2.2 Dos crimes contra o meio ambiente.
2.3 Da apreensão do produto e do instrumento da infração.

Unidade 3: Crimes hediondos.

3.1 Conceito.

3.2 Crimes constantes no rol legal.

3.3 Causa de aumento da pena.

Unidade 4: Crimes de trânsito.

4.1 Considerações preliminares.

4.2 Procedimento nos crimes de trânsito.

4.3 Dos crimes em espécie.

Unidade 5: Estatuto do Desarmamento.

5.1 Aspectos gerais dos crimes.

5.2 Posse irregular de arma de fogo.

5.3 Porte ilegal de arma de fogo.

Unidade 6: Interceptação telefônica.

6.1 Introdução.

6.2 Aspectos processuais.

6.3 Aspectos penais.

Unidade 7: Juizados Especiais Criminais.

7.1 Disposições gerais.

7.2 Fase preliminar e transação penal.

7.3 Procedimento sumaríssimo e suspensão condicional do processo.

Unidade 8: Lavagem de dinheiro.

8.1 Considerações preliminares.

8.2 Objeto jurídico e material.

8.3 Tipos penais.

Unidade 9: Terrorismo.

9.1 Terrorismo no direito internacional.

9.2 Terrorismo no direito pátrio.

9.3 Competência.

Unidade 10: Tortura.

10.1 Aspectos penais.

10.2 Crimes de tortura.

10.3 Graça, anistia e fiança.

Unidade 11: Tráfico de pessoas.

11.1 Legislação.

11.2 Princípios e diretrizes.

11.3 Da prevenção ao tráfico de pessoas.

Unidade 12: Violência doméstica e familiar.

12.1 Introdução.

12.2 Medidas protetivas de urgência.

12.3 Lei Maria da Penha.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação

Bibliografia Básica:

CAPEZ, Fernando. **Legislação penal especial.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624597/ >

ASSIS, Mariana G.; MASSARUTTI, Eduardo A S.; GUIMARÃES, Marina S.; et al. **Legislação Penal Aplicada.** Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024342/ >

REIS, Anna C G.; ELTZ, Magnum K F. **Direito penal IV.** Porto Alegre: SAGAH, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556903163/ >

Bibliografia Complementar:

NUCCI, Guilherme de S. **Prática Forense Penal.** Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645220/ >

JESUS, Damásio de. **Código penal anotado.** São Paulo: Editora Saraiva, 2015. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502634343/ >

GONÇALVES, Victor Eduardo R.; JÚNIOR, José Paulo B.; LENZA, Pedo. **Esquematizado - Legislação Penal Especial.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553623286/ >

GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770700/ >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

Data:	Ass. Professor:	Ass. Coordenador:
___/___/___	----------	----------

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PARA DIREITOS HUMANOS

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	44	**Não há**	

Ementa

História de educação ambiental. Introdução à educação ambiental. Saúde humana e Educação ambiental. Gestão ambiental: desenvolvimento sustentável, ONG's e questão ambiental na empresa. Cultura e meio ambiente. O processo histórico da constituição dos direitos humanos. Declaração universal dos direitos humanos. Movimentos Sociais e direitos humanos. Constituição Federal de1988 e os direitos humanos. Instituições e funcionamento de defesa e promoção dos direitos humanos.

Objetivos Gerais

Diferenciar entre Educação Ambiental formal e Educação Ambiental não formal. Identificar as principais tendências atuais da educação ambiental. Listar os impactos a longo prazo da degradação ambiental na saúde e no desenvolvimento humano. Explicar como a cultura condiciona a visão de mundo do ser humano. Discutir os direitos humanos baseados no senso comum. Discutir a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Identificar os direitos humanos na CF de 1988 e como são materializados na contemporaneidade. Definir no que consiste a Organização das Nações Unidas e qual é o seu papel na garantia dos direitos humanos.

Objetivos Específicos

- Diferenciar entre Educação Ambiental formal e Educação Ambiental não formal. Reconhecer o histórico e as diferentes abordagens acerca da Educação Ambiental. Identificar políticas públicas em Educação Ambiental.
- Definir o sistema conceitual básico da educação ambiental. Reconhecer a educação ambiental das organizações. Identificar as principais tendências atuais da educação ambiental.
- Identificar os principais efeitos da degradação ambiental na saúde humana. Listar os impactos a longo prazo da degradação ambiental na saúde e no desenvolvimento humano. Descrever as metas de educação ambiental.
- Descrever a relação da gestão ambiental com o desenvolvimento sustentável. Caracterizar o sistema de gestão ambiental aplicado no segundo setor. Relacionar a aplicação da gestão ambiental no terceiro setor.
- Explicar como a cultura condiciona a visão de mundo do ser humano. Identificar a interferência da cultura no plano biológico. Definir cultura ecológica.

- Analisar o processo histórico da constituição dos direitos humanos. Explicar direitos humanos. Discutir os direitos humanos baseados no senso comum.
- Reconhecer as principais garantias da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Discutir a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Relacionar a Declaração Universal dos Direitos Humanos com a legislação educacional brasileira.
- Descrever Estado, sociedade e Direitos Humanos. Reconhecer a história e a evolução dos Direitos Humanos no Brasil. Discutir sobre o papel dos movimentos sociais em defesa dos Direitos Humanos.
- Reconhecer o processo de materialização de direitos humanos no Brasil. Relacionar a Declaração Universal dos Direitos Humanos com a legislação brasileira. Identificar os direitos humanos na CF de 1988 e como são materializados na contemporaneidade.
- Identificar as instituições internacionais e locais de defesa e promoção dos direitos humanos. Reconhecer as atuais configurações dos direitos humanos diante dos desafios humanitários contemporâneos. Definir no que consiste a Organização das Nações Unidas e qual é o seu papel na garantia dos direitos humanos.

Conteúdo Programático

Unidade 1: Histórico de educação ambiental

1.1 Diferença entre Educação Ambiental formal e Educação Ambiental não formal.
1.2 Histórico e as diferentes abordagens acerca da Educação Ambiental.
1.3 Políticas públicas em Educação Ambiental.

Unidade 2: Introdução à Educação ambiental

2.1 Sistema conceitual básico da educação ambiental.
2.2 Educação ambiental das organizações.
2.3 Principais tendências atuais da educação ambiental.

Unidade 3: Saúde humana e educação ambiental

3.1 Principais efeitos da degradação ambiental na saúde humana.

3.2 Impactos a longo prazo da degradação ambiental na saúde e no desenvolvimento humano.

3.3 Metas de educação ambiental.

Unidade 4: Gestão ambiental: desenvolvimento sustentável, ong's e questão ambiental na empresa

4.1 Relação da gestão ambiental com o desenvolvimento sustentável.

4.2 Sistema de gestão ambiental aplicado no segundo setor.

4.3 Aplicação da gestão ambiental no terceiro setor.

Unidade 5: Cultura e meio ambiente

5.1 Cultura condiciona a visão de mundo do ser humano.

5.2 Interferência da cultura no plano biológico.

5.3 Cultura ecológica.

Unidade 6: O processo histórico da constituição dos direitos humanos

6.1 Processo histórico da constituição dos direitos humanos.

6.2 Direitos humanos.

6.3 Direitos humanos baseados no senso comum.

Unidade 7: Declaração universal dos direitos humanos

7.1 Principais garantias da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

7.2 Importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

7.3 Declaração Universal dos Direitos Humanos com a legislação educacional brasileira.

Unidade 8: Movimentos Sociais e Direitos Humanos

8.1 Conceito Estado, sociedade e Direitos Humanos.

8.2 História e a evolução dos Direitos Humanos no Brasil.

8.3 Papel dos movimentos sociais em defesa dos Direitos Humanos.

Unidade 9: Constituição Federal de 1988 e os direitos humanos

9.1 Processo de materialização de direitos humanos no Brasil.

9.2 Declaração Universal dos Direitos Humanos com a legislação brasileira.

9.3 Direitos humanos na CF de 1988 e como são materializados na contemporaneidade.

Unidade 10: Instituições e funcionamento de defesa e promoção dos direitos humanos

10.1 Instituições internacionais e locais de defesa e promoção dos direitos humanos.

10.2 Atuais configurações dos direitos humanos diante dos desafios humanitários contemporâneos.

10.3 Consiste a Organização das Nações Unidas e qual é o seu papel na garantia dos direitos humanos.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação.

Bibliografia Básica:

RUSCHEINSKY, Aloisio. **Educação ambiental: abordagens múltiplas.** Porto Alegre: SAGAH, 2009. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788563899873/ >

PINOTTI, Rafael. **Educação ambiental para o século XXI: No Brasil e No Mundo**. São Paulo: Editora Blucher, 2016. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521210566/ >

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553624610/ >

Bibliografia Complementar:

RUIZ, Jefferson Lee de S. **Direitos humanos e concepções contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2015. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788524923685/ >

IBRAHIN, Francini Imene D. **Educação Ambiental: Estudo dos Problemas, Ações e Instrumentos para o Desenvolvimento da Sociedade.** São Paulo: Editora Saraiva, 2014. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536521534/ >

SIQUEIRA JÚNIOR., Paulo Hamilton; Miguel Augusto Machado de Oliveira. **Direitos humanos: liberdades públicas e cidadania.** São Paulo: Editora Saraiva, 2016. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502636514/ >

GUERRA, Sidney. **Curso de Direitos Humanos.** São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555596151/ >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

Data:	Ass. Professor:	Ass. Coordenador:
___/___/___	----------	----------

UNISÃOJOSÉ ***PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR***

Unidade Curricular

PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINOLOGIA

Código	Carga Horária	Pré-Requisito	Escola
	88	**Não há**	

Ementa

Introdução à psicologia geral e à psicologia jurídica. Campos de aplicação da Psicologia forense. Fatores determinantes do comportamento. Estruturação e formação da personalidade. Tipos de personalidade. Tópicos da psicologia relacionados ao direito e à criminologia. Criminologia como ciência empírica. Desenvolvimento histórico da criminologia. Escola criminológicas. Teoria explicativas do crime. Modelo biológico explicativo do crime. Modelos psicológicos explicativos do crime. Modelos sociológicos explicativos do crime. Adolescente infrator. Criminalização do uso drogas. Seletividade penal e processos criminais.

Objetivos Gerais

Reconhecer o surgimento da Psicologia como ciência. Identificar a atuação dos psicólogos na área criminal. Definir noções de comportamento. Descrever diferentes traços de personalidade. Relacionar transtornos de personalidade como motivação para crimes. Identificar as contribuições da Gestalt para a psicologia do testemunho. Caracterizar o método da criminologia sob a lente do empirismo e da interdisciplinaridade. Descrever a origem da Criminologia Científica. Reconhecer a Escola Cartográfica. Reconhecer as principais contribuições de Lombroso, Ferri e Garofalo para a Escola Positiva. Analisar todas as teorias da aprendizagem do crime. Descrever a Antropometria, a Antropologia e a Biotipologia como áreas da investigação criminal. Distinguir o modelo psicanalítico do modelo psicopatológico. Elencar as contribuições teóricas feitas à Sociologia Criminal pelos enfoques multifatoriais e pela escola de Chicago. Descrever a evolução dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. Reconhecer o papel das conferências internacionais de 1912 e 1961. Analisar o sistema penal brasileiro sob a ótica da lógica punitiva moderna.

Objetivos Específicos

- Reconhecer o surgimento da Psicologia como ciência. Identificar as diferentes abordagens da Psicologia. Descrever a emergência da Psicologia Jurídica como disciplina e área de atuação.
- Identificar a atuação dos psicólogos na área criminal. Descrever a participação dos psicólogos nos processos de Direito Civil. Relacionar a atuação do psicólogo com as áreas de Direito do Trabalho e Direito de Família.

- Definir noções de comportamento. Identificar fatores que determinam diferentes comportamentos. Descrever a relação entre comportamento criminal e psicopatia.
- Definir personalidade e sua estruturação. Descrever diferentes traços de personalidade. Identificar as contribuições de Gordon Allport, Hans Eysenck e Raymond Catell para a Teoria dos Traços de Personalidade.
- Descrever os tipos de personalidade a partir da abordagem tipológica de Jung. Reconhecer testes psicológicos validados no Brasil para avaliação da personalidade. Relacionar transtornos de personalidade como motivação para crimes.
- Diferenciar percepção e apercepção sob a perspectiva da psicologia do testemunho. Identificar as contribuições da Gestalt para a psicologia do testemunho. Relacionar psicopatologia com psicologia do testemunho, com foco na percepção.
- Caracterizar o método da criminologia sob a lente do empirismo e da interdisciplinaridade. Reconhecer delito, delinquente, vítima e controle social como objetos da criminologia. Definir as funções básicas da criminologia.
- Descrever a origem da Criminologia Científica. Distinguir a etapa criminológica pré-científica da científica.
- Reconhecer a Escola Cartográfica. Reconhecer as principais contribuições de Lombroso, Ferri e Garofalo para a Escola Positiva. Descrever a Escola Intermediária de Lyon. Definir as Escolas Intermediárias Ecléticas.
- Analisar todas as teorias da aprendizagem do crime. Reconhecer a teoria do controle e da frustração. Identificar as teorias da frustração e da anomia.
- Definir o modelo biológico. Descrever a Antropometria, a Antropologia e a Biotipologia como áreas da investigação criminal. Identificar a neurofisiologia, a hipótese de Ensinck, a endocrinologia, a bioquímica e a genética criminal como áreas de investigação do modelo biológico.
- Distinguir o modelo psicanalítico do modelo psicopatológico. Relacionar Criminologia e Psicopatologias. Identificar as características de oligofrenias, transtornos orgânicos, esquizofrenia e transtorno de humor em situações de conflito com o ordenamento penal.
- Definir a Sociologia Criminal. Elencar as contribuições teóricas feitas à Sociologia Criminal pelos enfoques multifatoriais e pela escola de Chicago. Descrever as teorias estrutural-funcionalistas e as teorias do conflito sob a lente do modelo sociológico.
- Descrever a evolução dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. Analisar o conceito de adolescência e os fatores de risco dessa faixa etária em relação à infração. Diferenciar os conceitos de política de atendimento, medidas de proteção e infração.
- Reconhecer o papel das conferências internacionais de 1912 e 1961. Analisar a evolução da legislação brasileira sobre o uso e comércio de substâncias entorpecentes. Avaliar a importância da crítica de Foucault em relação ao tratamento do sistema penal brasileiro ao uso das drogas.
- Analisar o sistema penal brasileiro sob a ótica da lógica punitiva moderna. Comparar as criminalizações primária e secundária na doutrina crítica. Reconhecer a seletividade quantitativa e qualitativa no sistema penal.

Conteúdo Programático

Unidade 1: Introdução à Psicologia Geral e à Psicologia Jurídica

1.1 Surgimento da Psicologia como ciência.

1.2 Diferentes abordagens da Psicologia.
1.3 Emergência da Psicologia Jurídica como disciplina e área de atuação.

Unidade 2: Campos de Aplicação da Psicologia Forense

2.1 Atuação dos psicólogos na área criminal.
2.2 Participação dos psicólogos nos processos de Direito Civil.
2.3 Atuação do psicólogo com as áreas de Direito do Trabalho e Direito de Família.

Unidade 3: Fatores determinantes do comportamento

3.1 Noções de comportamento.

3.2 Fatores que determinam diferentes comportamentos.

3.3 Relação entre comportamento criminal e psicopatia.

Unidade 4: Estruturação e formação da personalidade

4.1 Personalidade e sua estruturação.

4.2 Diferentes traços de personalidade.

4.3 Contribuições de Gordon Allport, Hans Eysenck e Raymond Catell para a Teoria dos Traços de Personalidade.

Unidade 5: Tipos de personalidade

5.1 Tipos de personalidade a partir da abordagem tipológica de Jung.

5.2 Testes psicológicos validados no Brasil para avaliação da personalidade.

5.3 Transtornos de personalidade como motivação para crimes.

Unidade 6: Tópicos da psicologia relacionados ao direito e à criminologia

6.1 Diferença entre percepção e apercepção sob a perspectiva da psicologia do testemunho.

6.2 Contribuições da Gestalt para a psicologia do testemunho.

6.3 Psicopatologia com psicologia do testemunho, com foco na percepção.

Unidade 7: Criminologia como ciência empírica

7.1 Método da criminologia sob a lente do empirismo e da interdisciplinaridade.

7.2 Delito, delinquente, vítima e controle social como objetos da criminologia.

7.3 Funções básicas da criminologia.

Unidade 8: Desenvolvimento histórico da criminologia

8.1 A origem da Criminologia Científica.

8.2 Etapa criminológica pré-científica da científica.

8.3 Escola Cartográfica.

Unidade 9: Escolas criminológicas

9.1 Principais contribuições de Lombroso, Ferri e Garofalo para a Escola Positiva.

9.2 Escola Intermediária de Lyon.

9.3 Escolas Intermediárias Ecléticas.

Unidade 10: Teorias explicativas do crime

10.1 Teorias da aprendizagem do crime.

10.2 Teoria do controle e da frustração.

10.3 Teorias da frustração e da anomia.

Unidade 11: Modelo biológico explicativo do crime

11.1 Conceito de modelo biológico.

11.2 Antropometria, a Antropologia e a Biotipologia como áreas da investigação criminal.

11.3 Neurofisiologia, a hipótese de Ensinck, a endocrinologia, a bioquímica e a genética criminal como áreas de investigação do modelo biológico.

Unidade 12: Modelos psicológicos explicativos do crime

12.1 Distinção do modelo psicanalítico do modelo psicopatológico.

12.2 Criminologia e Psicopatologias.

12.3 Características de oligofrenias, transtornos orgânicos, esquizofrenia e transtorno de humor em situações de conflito com o ordenamento penal.

Unidade 13: Modelos sociológicos explicativos do crime

13.1 Sociologia Criminal.

13.2 Contribuições teóricas feitas à Sociologia Criminal pelos enfoques multifatoriais e pela escola de Chicago.

13.3 Teorias estrutural-funcionalistas e as teorias do conflito sob a lente do modelo sociológico.

Unidade 14: Adolescente infrator

14.1 Evolução dos direitos da criança e do adolescente no Brasil.

14.2 Conceito de adolescência e os fatores de risco dessa faixa etária em relação à infração.

14.3 Conceitos de política de atendimento, medidas de proteção e infração.

Unidade 15: Criminalização do uso drogas

15.1 Papel das conferências internacionais de 1912 e 1961.

15.2 Evolução da legislação brasileira sobre o uso e comércio de substâncias entorpecentes.

15.3 A importância da crítica de Foucault em relação ao tratamento do sistema penal brasileiro ao uso das drogas.

Unidade 16: Seletividade penal e processos criminais

16.1 Sistema penal brasileiro sob a ótica da lógica punitiva moderna.

16.2 Criminalizações primária e secundária na doutrina crítica.

16.3 Seletividade quantitativa e qualitativa no sistema penal.

Procedimentos Metodológicos

Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, webconference e outros momentos síncronos que possibilite aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e

vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas.

Avaliação

Realização de duas avaliações (TA1 e TA2) aplicadas após o acesso de um conjunto pré-definido de unidades de aprendizagem, sendo considerado aprovado o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis), considerando-se a média aritmética das notas de TA1 e TA2. Para o estudante que não atingir a média, será aplicada uma terceira avaliação.

Bibliografia Básica:

HUSS, Matthew T. **Psicologia forense: pesquisa, prática clínica e aplicações**. Porto Alegre: SAGAH, 2010. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536325545/ >

SERAFIM, Antonio de P.; SAFI, Fabiana. **Psicologia e práticas forenses**. 3a ed. São Paulo: Editora Manole, 2019. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555761344/ >

NUCCI, Guilherme de S. **Criminologia**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559641437/ >

Bibliografia Complementar:

PRADO, Luiz R. **Criminologia**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788530987008. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530987008/ >

COLETTA, Eliane D.; VIERO, Guérula M.; TEIXEIRA, Juliana K M.; e outros. **Psicologia e criminologia**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595024649/ >

GONZAGA, Cristiano. **Manual de criminologia.** São Paulo: Editora Saraiva, 2023. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553625891/ >

VEIGA, Marcelo. **Criminologia. (Coleção Método Essencial)**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9786559645749. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559645749/ >

Observações:

O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.

Data:	Ass. Professor:	Ass. Coordenador:
___/___/___	----------	----------

CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO JOSÉ

PROGRAMA DE UNIDADE CURRICULAR

Unidade Curricular

PROJETO INTEGRADOR VI

Código	**Carga Horária**	**Componente curricular teórico-prático**	**Escola**
	44	**11 horas**	**Direito**
		Componente curricular de extensão	
		33 horas	

DESCRIÇÃO	O Projeto Integrador consiste em atividades de resolução de problemas reais, a partir de uma ou mais questões específicas (questões orientadoras), constituindo um desafio cognitivo, cuja solução poderá demandar pesquisa e estudo, estimulando o estudante no confronto dos problemas do mundo real na profissão escolhida com os conteúdos assimilados durante as aulas. Em suma, o projeto integrador visa sistematizar os conhecimentos adquiridos pelos estudantes durante o desenvolvimento do curso proporcionando vivência prática-profissional mediante aplicação dos conhecimentos em situações reais. Presente em todos os períodos de sua formação, objetiva viabilizar e apresentar projetos que unam o conhecimento obtido em cada módulo por meio das respectivas unidades curriculares, desenvolver habilidades de pesquisa e interpretação de dados e informações, despertar o senso prático e o interesse pela pesquisa no exercício profissional, promover integração e cooperação tecnológica entre a UniSãoJosé e o mercado de trabalho, incentivar a criatividade e os talentos pessoais e profissionais e integrar os conhecimentos acadêmicos com a aplicação no exercício das atividades laborais. O Cronograma de Tutoria irá proporcionar um contato constante entre estudante e tutor, facilitando o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem. Deverá ser realizado individualmente ou em grupo, sob orientação do tutor, com base em suportes teóricos e metodológicos consistentes e em consonância com as normas de trabalhos acadêmicos definidos pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), sendo quesito parcial para conclusão de cada Módulo e, por consequência, do curso

	como um todo, sendo considerados na avaliação a participação nas atividades de tutoria e o cumprimento da atividade, levando-se em conta o prazo de entrega e sua qualidade acadêmica. Portanto, é importante a conclusão das atividades de cada Projeto Integrador dentro do prazo estabelecido evitando acúmulo de tarefas e atraso na conclusão de seu curso.
ATIVIDADE	CENA DO CRIME O vídeo humorístico acima, utilizado como metodologia ativa para contextualizar a questão que será apresentada, representa o desleixo com uma cena de crime. Apesar de ser absurdo, em algumas situações reais nos deparamos com problemas na preservação do ambiente, principalmente devido a falta de preparo técnico. Vamos ao caso hipotético do nosso projeto integrador! No dia 22 de novembro de 2021, às 06:30, a guarnição responsável pela segurança de uma área residencial foi informada de que havia uma pessoa sangrando em uma servidão de passagem escura que ligava dois condomínios residenciais em um bairro pobre na zona leste de São Paulo. Ao chegar ao local a equipe, composta por agentes com pouco tempo de experiência de campo, (Ferreira - 2 anos; Carlos 1 ano; e Felipe 6 meses), por ordem de Ferreira tentou socorrer a vítima movimentando o corpo ensanguentado por 100 metros até a calçada de um condomínio edilício próximo. Ao ver que a vítima não expressava nenhuma reação, por sugestão de Carlos, resolveram verificar os sinais vitais e verificaram que o sujeito estava morto. Ao perceber que se tratava de um corpo, Ferreira ordenou que o cadáver fosse levado de volta para o local onde foi encontrado. Muito tenso e desgastado pelo esforço físico, Carlos vomitou em cima do corpo enquanto eles o carregavam. Querendo esconder o seu ato, limpou o defunto vomitado com álcool 70 e uma flanela. Ferreira resolveu alertar os superiores sobre o corpo e ficou no aguardo das providências legais. Enquanto isso, Felipe tirou uma selfie ao lado do corpo e encaminhou para a sua mãe, que alertou para a necessidade de publicidade do ato, pois o agressor ainda poderia estar a solta. Assim, resolveu fazer uma live contando o ocorrido para os seus seguidores no Instagram. O vídeo viralizou e atraiu centenas de curiosos e justiceiros locais armados com paus e pedras. Logo o local se tornou um ponto de peregrinação do bairro atraindo até mesmo camelôs que vendiam cerveja, biscoitos e refrigerantes. Os religiosos do bairro chegaram ao local juntamente com parentes do falecido, iniciando um ritual e clamando para que o sujeito ressuscitasse. O líder religioso afastou os membros da equipe para ter acesso ao corpo e ordenou que eles ficassem de joelhos, pois eles seriam testemunhas de um milagre. A equipe relutou, mas lembrou que no Brasil é livre o

	exercício de qualquer religião e como os parentes do falecido estavam presentes, não viram nenhum problema. Equipes de televisão chegaram e o religioso começou um ritual consubstanciado em pegar terra e enfiar com os dedos nos buracos da blusa onde estavam os ferimentos, para que através da sua energia os buracos se fechassem e o sujeito voltasse à vida. Nesse momento, crianças encontraram a suposta arma do crime, uma faca ensanguentada que passou pelas mãos de vários curiosos. Por fim, outra equipe chegou ao local e dispersou a multidão para que a perícia pudesse fazer o seu trabalho. Com base na narrativa acima, surge a seguinte problemática: Quais devem ser os cuidados necessários para preservar a cena de um crime? O grupo deve analisar as ações das pessoas que encontraram o corpo, construindo uma dissertação, que contenha, obrigatoriamente: • A identificação dos erros cometidos pelas pessoas; • A explicação de como seria o procedimento adequado para a preservação da cena do crime e das provas; e • A análise do impacto jurídico dos erros cometidos em um processo penal. Para facilitar o desenvolvimento da tarefa, observe e cumpra os pontos descritos nos objetivos específicos.
METODOLOGIA	***Componente curricular teórico-prático:*** Apresentação do conteúdo por meio de momentos de interação aprofundados em fóruns de discussão, *webconference* e outros momentos síncronos, que possibilitem aprendizagem por pares, privilegiando a linguagem visual por meio de infográficos e vídeos de animações, elementos interativos e práticas laboratoriais com aprofundamento dos conteúdos estudados na unidade de aprendizagem com base nas referências bibliográficas disponibilizadas. ***Componente curricular de extensão:*** Serão desenvolvidas atividades de extensão, de caráter obrigatório, pertinentes ao conteúdo da unidade curricular, previstas no PPC do curso, perfazendo o total de 33 horas.
OBJETIVO GERAL	Identificar e analisar os erros que não podem ser cometidos quando um sujeito se depara com uma cena suspeita.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	• Escolher e visitar o Instituto Médico Legal (IML) ou órgão com as mesmas atribuições na sua região; • Descrever e delimitar a atuação do IML; • Descrever os elementos de um laudo necroscópico; • Identificar os erros dos sujeitos envolvidos na narrativa acima; • Analisar os erros e apresentar as cautelas que deveriam ser tomadas na situação apresentada;

	• Analisar como a contaminação da cena do crime pode prejudicar a investigação e o posterior processo penal; • Desenvolver a oratória dos discentes através da apresentação do resultado final do projeto integrador.
ORIENTAÇÕES	• Cada texto dissertativo deve conter o mínimo de 40 linhas (700 palavras), não incluídos o nome do aluno, o título do trabalho, as referências bibliográficas e os anexos; • Não esqueça de mencionar as fontes, pois os textos copiados serão submetidos à aplicativos verificadores de plágio; • O aluno poderá usar livremente a sua criatividade no desenvolvimento do trabalho; • O aluno poderá utilizar qualquer fonte de informação confiável no desenvolvimento do trabalho; • Tenha atenção ao Cronograma de Tutoria.
INSTRUMENTOS	• APRENDIZAGEM EXPEDICIONÁRIA através da visita ao Instituto Médico Legal (IML); • Plano de ação das atividades dos alunos; • Formulário de avaliação da tarefa; • Com o intuito de adquirir mais embasamento teórico ou aprofundar o estudo de alguma questão, salientamos a existência de uma biblioteca virtual de livre acesso para os alunos.
PRAZO	A data da apresentação do trabalho será alinhada com o professor da disciplina e terá como referência a semana de provas.
CRONOGRAMA DE TUTORIA	Apresentação do Cronograma de Tutoria; explicação sobre o Projeto integrador; dúvidas sobre a Unidade de Aprendizagem em curso; Apresentação dos órgãos que podem ser visitados, para cumprir a atividade expedicionária (atividade de extensão obrigatória); Seminário sobre coleta de provas; Esclarecimentos finais quanto à realização do Projeto Integrador; Seminário sobre o procedimento pericial; Seminário sobre a preservação do local onde ocorreu um crime; Discussão sobre a Unidade de Aprendizagem em curso; Apresentação do formato do relatório final do Projeto Integrador; Fechamento; discussão sobre a Unidade de Aprendizagem em curso; avaliação dos estudantes quanto o formato e as estratégias de ensino e aprendizagem; relato das principais dificuldades enfrentadas pelos alunos.

<table>
<tr><td rowspan="2">BIBLIOGRAFIA</td><td>Básica:

NUCCI, Guilherme de S. Manual de Direito Penal. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559642830/ >

GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: artigos 1º a 120 do Código Penal. v.1. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2022. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771493/ >

ASSIS, Mariana Gloria de; FRAGA, Patrícia F.; MASSARUTTI, Eduardo A. de S.; et al. Direito penal I. Porto Alegre: SAGAH, 2018. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025646/ ></td></tr>
<tr><td>Complementar:

GRECO, Rogério. Direito Penal Estruturado. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530993412/ >

PASCHOAL, Janaina C. Direito Penal: Parte Geral. Barueri [SP]: Editora Manole, 2015. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520449196/ >

OLIVEIRA, Juan Carlos F.; BRITO, Alexis Couto de. Direito penal brasileiro. 2ª edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. Disponível em: < https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547215231/ ></td></tr>
<tr><td>OBSERVAÇÕES</td><td colspan="2">O plano proposto compreende o professor tutor enquanto o facilitador da aprendizagem. Seu papel não é apenas ensinar, mas contribuir para a aprendizagem do estudante; não é apenas transmitir informações, mas criar condições para que o aluno adquira informações; não é fazer apenas preleções para divulgar seu saber, mas organizar estratégias para que o estudante compreenda a realidade e se reconheça como criador de valores e de práticas sociais no seu ambiente profissional e social.</td></tr>
<tr><td>Data:

___/___/___</td><td>Ass. Professor:

----------</td><td>Ass. Coordenador:

----------</td></tr>
</table>